

CULTIVAR A VIDA EM MOVIMENTO

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA FEMINISTA NA AMÉRICA LATINA



CULTIVAR A VIDA EM MOVIMENTO

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA FEMINISTA
NA AMÉRICA LATINA

SÃO PAULO, SETEMBRO DE 2020



Cultivar a vida em movimento: experiências de economia feminista na América Latina

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista
em colaboração com a Marcha Mundial das Mulheres e
REMTE Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia

Organização

Miriam Nobre, Nalu Faria, Tica Moreno

Tradução de textos

Helena Zelic, Jéssika Martins Ribeiro, Luiza Mançano,
María Florencia Chapini, Mauro Ramos, Tica Moreno

Ilustração de capa:

Deborah Salles

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Esta obra está sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

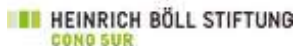
São Paulo, setembro de 2020

SOF Sempreviva Organização Feminista
Ministro Costa e Silva, 36. São Paulo/SP
CEP 05417-080

+55 11 38193876 | www.sof.org.br | sof@sof.org.br

ISBN 978-65-87591-04-9

Apoios para esta publicação:



Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. Seu conteúdo é responsabilidade exclusiva de Sempreviva Organização Feminista e não reflete necessariamente os pontos de vista da União Europeia.

SUMÁRIO

- 7** INTRODUÇÃO
ECONOMIA FEMINISTA *DESDE ABAJO*
MIRIAM NOBRE, NALU FARIA E TICA MORENO
- 17** VENEZUELA: RESISTINDO A PARTIR DOS TERRITÓRIOS
ALEJANDRA LAPREA
- 31** UMA PERSPECTIVA ECOFEMINISTA
E DA ECONOMIA FEMINISTA SOBRE
A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS:
O CASO DE RECUPERADORES URBANOS E
PROMOTORAS AMBIENTAIS NA ARGENTINA
FLORENCIA FUNOLL CAPURRO, MAGALÍ MAGNANI E MAGALÍ RIVAS
- 45** ECONOMIA FEMINISTA, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
E CRISE DO CORONAVÍRUS: REFLEXÕES ACERCA
DAS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES
NO RIO GRANDE DO NORTE
ADRIANA VIEIRA, CONCEIÇÃO DANTAS E RENATA SAPUCAÍ
- 59** FLOR DE LUNA: MULHERES POR
UMA AGRICULTURA PARA A VIDA
CARMEN DIAZ, CARMEN GARCIA E XIMENA TORRES
- 69** RESILIÊNCIA E AUTONOMIA: EXPERIÊNCIAS
DAS AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS
NO VALE DO RIBEIRA/SP
LILIAM TELLES, SHEYLA SAORI IYUSUKA E VIVIAN FERREIRA FRANCO
- 87** ECONOMIA FEMINISTA E O BOM VIVER,
UMA PROPOSTA DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA
ALIANÇA POLÍTICA SETOR DE MULHERES
- 97** SEMENTEIRA DE ALTERNATIVAS FEMINISTAS
PARA O BEM VIVER
MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES - CHILE
- 115** UM OLHAR DO AMBIENTALISMO POPULAR SOBRE
OS ENSINAMENTOS DA ECONOMIA FEMINISTA
LETÍCIA PARANHOS M. DE OLIVEIRA



A stylized illustration of two people in a field. In the foreground, a person with white hair, wearing an orange shirt, is bent over. Behind them, a person with dark skin, wearing a yellow shirt and a wide-brimmed yellow hat, stands holding a wooden staff. The background features green bushes and a light blue sky with white clouds.

INTRODUÇÃO

Economia feminista *desde abajo*¹

MIRIAM NOBRE
NALU FARIA
TICA MORENO

1. "DESDE ABAJO" É UMA EXPRESSÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA, MUITO USADA ESPECIALMENTE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE PELOS MOVIMENTOS POPULARES. REFERE-SE ÀS PERSPECTIVAS E REALIDADES DAS E DOS EXPLORADOS, DAQUELAS E DAQUELES QUE ESTÃO "ABAIXO", OU SEJA, NAS BASES DA SOCIEDADE E DO SUL GLOBAL.

Os textos desta coletânea foram escritos a partir de processos protagonizados por mulheres na América Latina. Essa é uma região marcada pela violência da ocupação colonial, atualizada pelas empresas transnacionais e seus projetos extrativistas de apropriação física e cultural. Ao longo da nossa história, a guerra contra os povos e contra as mulheres se expressa nos diferentes países e nos territórios de cada país. O intuito dessas guerras é criar e manter uma divisão espacial e internacional do trabalho, fundada no saqueio do corpo-território-memória. A violenta destruição de modos de vida e laços comunitários se traduz, por exemplo, na homogeneização alimentar, na perda da variabilidade genética e na ameaça de desaparecimento de conhecimentos de práticas agrícolas e de preparo de alimentos.

Ainda assim, resistimos. Os conhecimentos ancestrais são resgatados e combinados pelas mulheres em permanentes inovações para reproduzir a vida em todas as suas dimensões, inclusive naquelas que se convencionou nomear como econômicas. Na América Latina, as mulheres também criaram formas organizativas diversas para preparar e distribuir alimentos que sustentaram greves e levantamentos populares. Ainda sustentam. Porém, mesmo que muitas vezes essas ações cheguem a ser massivas, “não lhes é atribuído valor político, porque este trabalho parece estar relacionado com o ‘papel natural’ das mulheres”, como analisam as companheiras da Marcha Mundial das Mulheres do Chile.

Em todas as reflexões e olhares compartilhados nesta coletânea, os princípios da economia feminista se concretizam em práticas e propostas políticas. Mais do que traduzir conceitos, também são processos de elaboração teórica e política. A visão que nos orienta considera economia e trabalho não só como aquilo que é remunerado, “mas tudo o que é necessário para a produção da vida: bens e serviços, relações, afetos

e cuidados que todas as pessoas precisam ao longo de suas vidas”, como afirmam as companheiras do México.

A natureza e o trabalho de cuidado sustentam a vida, e o desafio não é apenas visibilizar estes trabalhos ocultados, mas garantir que suas lógicas e valores orientem o conjunto do funcionamento econômico.

É assim que os princípios de interdependência e ecodependência ganham vida em movimento: nas experiências de hortas urbanas, de reciclagem e de cuidado compartilhado, que são vinculadas com a ação das mulheres enquanto sujeitos coletivos. Assim, as experiências em cada lugar estão conectadas pela perspectiva de construir um feminismo articulado pela solidariedade internacional. As práticas de transformação econômica na periferia da cidade de Natal, no Brasil, ou em uma comunidade rural, na Guatemala, estão em estreita relação.

| A SOLIDARIEDADE COMO UM FATO ECONÔMICO

A economia capitalista é hegemônica, mas não é a única forma de organização econômica. Existe uma pluralidade de formas econômicas que coexistem e, às vezes, se opõem diretamente. Isso também significa que o mercado não é o único princípio de integração econômica vigente. Outras economias se orientam pela redistribuição e pela reciprocidade, especialmente no âmbito comunitário. Dinâmicas patriarcais e/ou racistas não estão ausentes dessas outras formas de organização econômica.

As experiências aqui relatadas combinam esses diferentes princípios a partir de uma vontade política coletiva nomeada *solidariedade*, que explicita o vínculo entre o econômico e o político. A solidariedade começa por identificar como as pessoas vivem as falhas estruturais do capitalismo, e por criar respostas às necessidades mais básicas (comer, abrigar-se etc.), que se tornam mais prementes em situações de guerra, emergências sociais, climáticas e sanitárias, como a atual pandemia de covid-19. As

respostas vão desde diminuir o sofrimento, satisfazer plenamente as necessidades com outras formas organizativas e econômicas, até ampliá-las e transformá-las para incorporar os desejos e vontades como expressão de liberdade coletiva.

A reciprocidade é mobilizada, por exemplo, nas doações a comunidades periféricas durante o isolamento social necessário para conter a covid-19. A assimetria da relação entre quem doa e quem recebe é atenuada pelo entendimento de que esta fronteira é fluida, as posições dos sujeitos podem mudar (e mudam) no combate à ordem social desigual que as criaram. A organização popular aponta caminhos para a politização da resposta às urgências e, ao mesmo tempo, é a possibilidade de efetivá-las. Quando as mulheres centram todo seu esforço e energia na reprodução da vida em comum, seu envolvimento nos processos políticos coletivos se dá se esses processos estiverem em sintonia.

A consciência de si como sujeito vai sendo talhada pouco a pouco, em processos de formação, comunicação e organização que resgatam, por exemplo, a percepção de processos históricos. A experiência da Marcha Mundial das Mulheres no Rio Grande do Norte, no Brasil, relaciona os momentos de coleta e redistribuição de alimentos com o calendário de lutas do movimento: 24 de abril e 1º de maio. Assim, aproxima dois momentos separados por um século de lutas por melhores condições de trabalho e pela repartição da riqueza gerada pelo trabalho².

Economia e política se vinculam nesse momento que a ofensiva neoliberal, na maior parte do continente, ataca as democracias e pressiona para Estados cada vez mais privatizados, a serviço das elites e do poder corporativo. Como as companheiras da Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC) destacam, nossas agendas de luta por justiça econômica passam por disputar o sentido público do Estado, ou seja, por colocá-lo “em função dos direitos dos povos e dos comuns, um Estado organizado em função da sustentabilidade da vida, do público, da defesa do patrimônio dos povos a serviço da humanidade”.

2. O dia 24 de abril faz parte do calendário de lutas da Marcha Mundial das Mulheres como um dia de solidariedade internacional desde que, em 2013, o edifício Rana Plaza desabou, em Bangladesh. Nesse edifício operavam oficinas de produção têxtil terceirizadas de empresas transnacionais.

A organização das mulheres em diálogo com iniciativas de governos municipais amplia o sentido dessa disputa, indicando os termos das políticas imbuídas de participação popular. Em Rosário, na Argentina, o reconhecimento público do trabalho das recicladoras e recuperadoras e sua relação com as comunidades compõem propostas ecofeministas para a cidade. A organização das mulheres viabiliza alternativas de vida e também constrói as condições de resistência quando a soberania dos povos é diretamente atacada, como acontece na Venezuela.

| NATUREZA

Experiências agroecológicas feministas compartilham a compreensão de que a natureza, embora necessite da mediação do trabalho humano para satisfazer nossas necessidades, é uma riqueza em si. Essa riqueza é nomeada pelas companheiras da Guatemala como “trabalho da natureza”, e também se expressa pela diversidade de produtos alimentícios e medicinais produzidos ou acessados pelas mulheres, como compartilham as companheiras do Brasil.

Nas agroflorestas, como é o caso do Vale do Ribeira no Brasil, abundância é o termo utilizado para se referir aos frutos, raízes, flores e folhas disponíveis, com pouca ou mesmo nenhuma atividade humana. A agrofloresta é realizada na sombra, em oposição ao extenuante trabalho de sol a sol que caracteriza a agricultura. “Nenhuma atividade” não quer dizer necessariamente nenhum trabalho, já que pode ser uma decisão deliberada pela observação e experimentação, conhecimentos que também mobilizam a subjetividade e o simbólico. O fato é que a riqueza em termos de biodiversidade é intensa em áreas onde vivem comunidades tradicionais indígenas e afrodescendentes.

As cidades são construídas organizando o trabalho e o consumo em função do capital e em oposição à natureza. Os córregos são canalizados e o chão é impermeabilizado. As trocas e fluxos dos ciclos da natureza são inviabilizados: as águas não drenam, as folhas não se decompõem. Dissociadas da natureza, as cidades se tornam “parasitas do campo” para ter alimentos, água ou um espaço de refúgio. A agricultura urbana ocupa territórios a partir de outras lógicas. Recupera, com muito trabalho e matéria

orgânica, chão de aterro em solo vivo, amplia o acesso a alimentos saudáveis e diversos e a percepção do tempo que não se esgota nas vivências de um dia.

A natureza é cíclica. Os resíduos de um processo são insumos de outro. São processos metabólicos que envolvem tempo, mas que podem ser acelerados pela ação humana. Reestabelecer o circuito de retorno dos materiais é o ofício das argentinas que reciclam resíduos sólidos. A organização popular e seu fortalecimento como sujeitos coletivos as fez se entenderem e se afirmarem como cuidadoras da natureza que atuam sobre o metabolismo entre sociedade e natureza. Na Venezuela, o ciclo dos resíduos úmidos se restitui nas composteiras coletivas e nos minhocários familiares. A experiência do minhocário nos faz pensar sobre o que comemos. Em geral, passamos a comer mais comida *in natura*, e a vontade de utilizar o composto e o biofertilizante produzidos nas composteiras nos dá vontade plantar. Assim, quem assume uma etapa no ciclo acaba aos poucos se envolvendo com o ciclo inteiro. No relato sobre a Venezuela, o ciclo vai se expandindo, abrindo espaço para a produção da própria comida, da própria semente. Resistências cotidianas aos bloqueios econômicos que, por lá, são mais diretos.

As experimentações de conexão entre urbano e rural e de reorganização do espaço urbano se dão em torno à produção da própria comida, mercados solidários e agroecológicos, grupos de compras ou redes solidárias onde quem organiza a produção não é o consumidor com suas preferências e seu dinheiro, e sim a natureza e quem produz com ela. Essas práticas invertem a lógica da primazia do mundo urbano, e são uma referência de onde queremos chegar.

| OUTRAS PERCEPÇÕES E MEDIDAS DE INTERCÂMBIO DA RIQUEZA

As experiências trazem reflexões sobre a necessidade de outras medidas, tanto para estabelecer intercâmbios econômicos como para avaliar os resultados econômicos de um trabalho. Os preços são uma expressão de lógicas concorrenciais e de oligopólios capitalistas, e são essas lógicas que queremos confrontar. Comprar da

economia solidária e da agricultura familiar, por exemplo, é uma decisão política que não se restringe ao fator preço. Na experiência mexicana de construção de um mercado agroecológico, os resultados do trabalho não são só monetários: consideram também o que o trabalho proporciona em termos de crescimento e autonomia pessoal das mulheres envolvidas.

No Brasil, a caderneta agroecológica, onde as mulheres anotam o destino de sua produção (autoconsumo, doação, troca e venda) permite desvelar a enorme contribuição econômica das mulheres para a reprodução de suas famílias, famílias estendidas e comunidades. Ainda há muitos desafios para comparar essas informações (novamente, o preço é a referência para comparar valores?). Ainda assim, a apropriação das mulheres sobre os resultados de seu trabalho é destacável. Elas anotam na caderneta como um diário e, ao final do mês, quando totalizam, têm uma dimensão de processo e de conjunto.

Os outros referenciais construídos por essas experiências nos ajudam a ampliar o leque de propostas políticas. Valorizar o trabalho e os cuidados que as mulheres realizam não é sinônimo de pagá-los. O pagamento não dá conta de questionar a lógica da precarização que rege nossas sociedades. Pelo contrário, corre o risco de aprofundar dinâmicas racistas de exploração, ao passo que coloca mais água no moinho da reação heteropatriarcal e familista que enfrentamos. Os tempos e critérios que orientam o cuidado e as formas coletivas e comuns de cuidar da vida (não apenas nas casas, mas nos territórios) são as pistas para ir além da visibilidade e reconhecimento. Apostamos na reorganização do cuidado e, portanto, em uma economia para a vida.

Nos processos agroecológicos feministas, a logística de distribuição é voluntária. É um processo político organizativo que quebra com a lógica de organização do trabalho baseada em trabalho precário e controle (supervisores e/ou aplicativos). Esta é uma questão também para as doações, que não são centradas em uma liderança local que poderia mobilizá-la como capital político clientelista. Trata-se de um processo organizativo que se espraia em comitês de rua, inspirados na revolução cubana e bolivariana. Os comitês de moradia do Chile, retratados na experiência do Movi-

mento Solidário Vida Digna de La Bandera, têm, dentre suas comissões de trabalho, as comissões de distribuição. O “porta a porta” e as relações de vizinhança que as mulheres mantêm asseguram a confiança em tempos difíceis e recobrem uma diversidade de ações, como a coleta de resíduos sólidos e a proteção diante de situações de violência doméstica.

As práticas feministas de transformação da economia ampliam a organização popular, constroem e reconstroem o comum e o comunitário, confrontando a fragmentação dos laços sociais intensificada pela racionalidade neoliberal.

ECONOMIA FEMINISTA EM CONSTRUÇÃO: PRÁTICAS, APOSTAS E SÍNTESES

As experiências de cuidado coletivo nos processos e espaços políticos dão visibilidade e politizam esse trabalho, que tem a ver com o cuidado direto, mas também com toda a construção de redes de interdependência. A politização do cuidado (das pessoas e da natureza), da comida (produção, distribuição e preparo) e dos processos e trabalhos que os tornam possíveis é uma prática que conecta os diferentes relatos que trazem a sustentabilidade da vida para o centro do feminismo.

Nesse percurso feministas, a reorganização da economia em relações de proximidade considera as pessoas em sua integralidade. Quando as mulheres refletem sobre como fortalecemos nossos sistemas vitais, se referem tanto à alimentação de boa qualidade e às plantas medicinais como a cuidados emocionais, acolhimento, escuta. Conscientes de que tais práticas envolvem o enfrentamento à sociedade capitalista, racista e patriarcal, ao colonialismo articulado internacionalmente na disputa pelos territórios e seus significados, “quando se veem os frutos se recobra a alegria”, como compartilham as companheiras da Venezuela.

As experimentações econômicas demandam novas formas de organização do trabalho, em processos políticos que as acolhem e articulam, e contribuem para uma nova divisão política territorial e uma democracia direta e popular, como na Venezuela.

Não por acaso, todos os textos fazem referência à emergência ou fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos, que é, ao mesmo tempo, alimento e resultado desses processos. Essa intencionalidade estava posta desde o início. “O projeto surgiu de uma base social e não econômica”, dizem as mexicanas. No caso relatado por ATALC, as produtoras que participam da feira “não são selecionadas por critérios produtivistas ou puramente econômicos”. Economia feminista e bem viver sintetizam a aposta política das mulheres, relatada na experiência da Guatemala-Iximuleu.

A formação feminista é comum a todas as experiências, podendo partir dos mais diversos assuntos e práticas. A preparação do alimento pode se desdobrar na reflexão sobre o controle corporativo do sistema alimentar e sobre os privilégios dos homens que são cuidados muito mais do que cuidam. A formação é concomitante à ação, como na distribuição de panfletos e programas de rádio, e se organiza em processos mais estruturados de oficinas, escolas e sementeiras.

Cada prática e processo aqui relatado não deve ser lido como algo isolado. Também não é o caso de circunscrever tais processos a momentos de crise, como a emergência da covid-19. Colocar a sustentabilidade da vida no centro é uma aposta política, um processo que se amplia com cada passo que as mulheres dão juntas, construindo o caminho a seguir.

Os textos reunidos nessa publicação mostram a economia feminista em permanente construção, não como um tema, muito menos uma especialidade, mas como prática, proposta sistêmica (antissistêmica), aposta política, síntese programática. Pela auto-organização e construção de lutas feministas, antirracistas, populares e internacionalistas nas diferentes escalas, em aliança e conexão, se tecem o sentido e a força política da economia feminista em movimento.



Venezuela: resistindo a partir dos territórios

ALEJANDRA LAPREA¹

1. REDE DE COLETIVOS ARAÑA FEMINISTA,
MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES VENEZUELA



O mundo vive tempos complexos que exercem muita pressão sobre os corpos das mulheres e sobre as respostas coletivas que são construídas a partir deles, como alternativas ao sistema capitalista, racista, colonialista e patriarcal. Esta realidade compartilhada globalmente se torna ainda mais complexa quando se vive e pensa na Venezuela, um país que vive e cria em meio a uma guerra não convencional. Nestas linhas, vamos compartilhar um pouco das soluções que estão sendo desenvolvidas diante destes momentos difíceis.

A economia é uma das frentes de guerra não convencional. A chamada guerra econômica foi formalmente declarada em 2013, quando o governo de Obama anunciou ao mundo que um pequeno país às portas da América do Sul era um “perigo incomum e extraordinário” para os Estados Unidos. Deve-se notar que os ataques começaram muito antes, a partir do momento em que a maioria do país apoiou a proposta revolucionária e a expressou através do voto e eleição do comandante Hugo Rafael Chávez Frías, uma e outra vez, e após sua partida, com a eleição do presidente Nicolás Maduro. Mas somente em 2013 o governo dos Estados Unidos tira sua máscara e declara guerra frontal.

Viver, criar, produzir no meio da guerra econômica não é fácil para as mulheres. Durante este tempo percebemos que o principal objetivo da guerra é perturbar a vida cotidiana e destruir a base material da subsistência. Ou seja, a guerra é principalmente contra a sustentabilidade da vida e, na primeira linha de fogo, estão as mulheres e suas tarefas reprodutivas.

Esta realidade não amedronta nem acovarda o povo venezuelano, que há mais de sete anos demonstra que é possível resistir com dignidade e continuar fazendo e pen-

sando uma revolução. Nisto, as mulheres são a vanguarda, a partir de seu trabalho familiar, comunitário e coletivo.

Embora a covid-19 tenha encontrado uma Venezuela agoniada – pelo cerco imperial, bloqueada, vítima de sanções unilaterais, com propriedades, ouro e dólares confiscados no exterior, com transações bancárias para pagamento de suprimentos médicos bloqueadas e até carregamentos de alimentos confiscados –, também encontrou um povo, órgãos governamentais e militares disciplinados, flexíveis em seus hábitos de consumo, organizados em torno do fornecimento de alimentos, medicamentos e serviços como água, eletricidade e combustível, focados na criação de soluções para problemas econômicos, recorrendo a práticas ancestrais afrodescendentes e indígenas, e inventando novas práticas. A covid-19 encontra uma Venezuela capaz de se manter de pé com a economia do cotidiano, a que se tece em torno da sustentabilidade da vida e que está disposta a pensar e colocar em prática alternativas a este sistema econômico hegemônico, que vulnera a soberania e o direito à autodeterminação dos povos.

Definitivamente, a guerra econômica tem curado de espantos o povo venezuelano³, e o preparou para agir de forma rápida e coletiva diante de qualquer contingência. Isto tem sido muito útil durante a quarentena, tempo em que dois lemas se tornaram realidade: “Entre quarentena e produção não há contradição” e “Em casa, mas nem caladas nem quietas”.

Com um governo revolucionário que, desde o início, colocou a sustentabilidade da vida no centro de todas as suas políticas públicas, com mecanismos como os Comitês de Abastecimento e Produção Local [Comités de Abastecimiento y Producción Local] (CLAP), que garantem a base alimentar para a maioria das famílias (e que assumiram outras tarefas, como ativar restaurantes escolares para preparar alimentos e levá-los até as casas das pessoas mais vulneráveis à covid-19). As mulheres e o povo, em geral, assumem a quarentena sem parar sua reflexão sobre os circuitos de produ-

3. NE: Expressão coloquial que expressa que se é imune aos sustos ou que nada surpreende ou perturba.

ção e distribuição que precisamos para garantir a vida, mas não de qualquer forma, e, sim, uma vida livre e digna.

SEMEADURA COM MÃOS DE MULHER

Dinorah Requena vive em Anzoátegui, estado no leste da Venezuela. É militante feminista e socialista desde antes da revolução, trabalha em tempo completo na política, é atualmente vice-presidente do Conselho Legislativo do Estado de Anzoátegui [Consejo Legislativo del Estado Anzoátegui] (um cargo eleito por voto popular), e faz parte da Vice-presidência de Mulheres do Partido Socialista Unido da Venezuela [Mujeres del Partido Socialista Unido de Venezuela], PSUV.

Dinorah fala com paixão sobre como, em meio da pandemia, a comunalização do território não foi interrompida. Esse processo consiste na construção das comunas socialistas como novas unidades de desenvolvimento político, social e econômico, nas quais a consciência ecológica e a consciência dos limites dos recursos são eixos centrais para a formação, diz ela.

Durante a pandemia, organizações sociais de mulheres, feministas e o PSUV do município de Simón Bolívar implementaram o uso de *chats* e videoconferências para não interromper os processos de formação. Assim, tem conseguido a coordenação necessária para pôr em andamento o programa *Semeadura com mãos de mulher* [Siembra con manos de mujer].

Semeadura com mãos de mulher consiste em um programa de quintais produtivos⁴ e conucos⁵ familiares ou comunitários para mulheres, com apoio para suas experiências de semeadura. O programa foi implementado durante os primeiros meses da pandemia e oferece assistência técnica, materiais e insumos. Começou em meio à pandemia com a semeadura de milho, alimento básico na Venezuela.

4. NE: Os quintais produtivos são hortas familiares desenvolvidas no espaço das moradias familiares.

5. NE: Forma indígena e da cultura popular venezuelana de chamar semeaduras comunitárias ou familiares destinadas à subsistência, geralmente feitas em terrenos comuns.

Dinorah tem orgulho de dizer que está prestes a iniciar um novo ciclo de semeadura como parte do plano Hallaquero⁶, um ciclo de semeadura e criação dedicado a fornecer produtos tradicionais para as festas em dezembro.

Dentro do programa, e como parte do impulso da outra economia – a economia comunal e solidária –, a troca é promovida como forma de intercâmbio econômico e tem como objetivo a autogestão de recursos. A produção de suas próprias sementes e a independência de alocações institucionais para a semeadura estão entre suas metas mais ambiciosas.

COZINHA EM TEMPOS DE GUERRA

Moira Blanco diz: “a crise nos move, e isto nos levou a ficar em nossas casas”. Esta frase dá lugar à reflexão sobre como a covid-19 nos permitiu concentrar nosso trabalho nos territórios e dedicar tempo para implementar projetos e ideias que ficam para depois na lógica da emergência, da guerra econômica e na contenção diária de seus efeitos.

Moira é da organização Alexis Vive e de um dos coletivos feministas mais antigos da Venezuela, Mulheres pela Vida Lara. A vida a levou a estabelecer sua jovem família na periferia de Barquisimeto, longe de sua organização de base, Mulheres pela Vida [Mujeres por la Vida].

Moira, uma jovem mãe de uma menina, pôs seu coração na formação comunal e, nela, na transversalização do feminismo. Por esta razão, nos últimos anos a vimos com sua filhinha no colo viajando pelo oeste do país para processos de formação, assumindo a direção da Escola de Poder Popular [Escuela de Poder Popular]. Mas, como ela disse, a covid-19 a obrigou a ficar em casa.

Ficar em casa não significa ficar parada, então agora toda a energia de Moira está focada em colocar em andamento, dentro da comuna Vencedores de Carorita, pro-

6. NE: Semeadura de itens utilizados para fazer hallaca, um prato tradicional que consiste em uma massa de milho cozido, recheada com carne refogada e cozida no vapor, enrolada em folhas de bananeira.

jetos como *Cozinha em tempos de guerra* [Cocina en tiempos de guerra], um espaço de formação e produção para mulheres.

No contexto da crise e da guerra econômica, as mulheres venezuelanas, como a maioria das mulheres do mundo diante de qualquer dificuldade ou perigo, concentram todo seu esforço e energia em sustentar a vida, assumindo cada vez mais trabalhos ou responsabilidades de subsistência. Esta realidade faz com que as mulheres fiquem menos dispostas a transferir um pouco do seu tempo para processos de formação ou participação política que não estejam ligados às suas responsabilidades como sustentadoras da vida. Nas organizações feministas têm se refletido que esta saída ou retirada das mulheres dos espaços políticos e comunitários é um dos objetivos do assédio.

Para as organizações feministas, tornou-se parte da agenda continuar nutrindo e motivando a participação das mulheres e garantir que a chamada feita pelo Comandante Chávez anos atrás não desapareça.

Moira e a equipe de formação da comuna tomam um aprendizado da sua organização de base e convidam às mulheres para participar de oficinas de cozinha, com o objetivo de socializar as técnicas de conservação dos alimentos. Estas oficinas despertam interesse porque, por um lado, satisfazem uma demanda familiar e, por outro, podem ser a semente de unidades de produção familiar ou comunitárias que gerem renda monetária. Além desses objetivos, há outros na chamada: promover mudanças nos hábitos alimentares tornando-os mais flexíveis e adaptáveis aos tempos de colheita, introduzir técnicas de conservação de alimentos e incentivar a reflexão e a formação feminista, ressalta Moira.

Durante a pandemia, foram realizadas seis oficinas de *Cozinha em tempos de guerra* dedicadas à elaboração de molho de tomate, tipo o *ketchup*. Durante os processos de preparação, falam sobre padrões de consumo, questionando o que é produzido e para quem se produz, qual é o sistema de produção que serve à comuna Vencedores

de Carorita, assim como sobre a violência de gênero e a participação política necessária das mulheres dentro das comunas.

Para Moira, a formação nasce das necessidades do povo, e as reflexões sobre como vivemos os momentos que nos tocam precisam se expressar no território.

A colheita do tomate terminou, e agora a *Cozinha em tempos de guerra* está se preparando para novas oficinas para atender às inquietações das mulheres. Por isso, elas estão pesquisando sobre conservas.

AS YERBATERAS

Como diz Moira, a covid-19 nos obrigou a nos concentrar mais em nossos próprios territórios. E, a partir deste novo desafio, nascem As *Yerbateras*⁷.

As *Yerbateras* são um coletivo feminista que propõe a intervenção em jardins públicos abandonados e sua transformação em espaços de produção agrícola comunitária, entendendo que a produção não se limita aos alimentos, mas também contempla a semeadura de plantas medicinais e a construção coletiva de espaços comuns, onde se possam tecer os vínculos comunitários necessários para a vida, sua sustentabilidade e organização territorial.

O coletivo nasceu em Los Caobos, paróquia El Recreo, um setor de classe média da capital venezuelana, que se caracteriza por estar dominado por edifícios e pensado apenas para as pessoas irem e voltarem do trabalho, e se deslocarem para os centros comerciais. Este território carece totalmente de espaços de organização comunitária, e os espaços públicos para o encontro são praticamente inexistentes.

Entrelaçando lutas e reflexões sobre o público, o privado e o comum, sobre a necessária transformação das cidades em espaços que produzam para a vida e

7. NT: Yerbateras vem de erva, uma tradução para o português seria Ervateiras, mas se optou por deixar o nome em espanhol.

deixem de ser parasitas do campo, o coletivo avança na intervenção de um jardim cujo abandono o havia transformado em um depósito ilegal de lixo e entulho, e também em um lugar de consumo de drogas e prostituição.

O jardim foi escolhido porque as integrantes do coletivo vivem nessa vizinhança, ou porque o espaço está em seu caminho cotidiano. É um espaço que pode ser “comunalizado”, ou seja, pode migrar do público para o comum a partir de seu uso e cuidado, e que seja um germe de comuna.

As *Yerbateras* combinam seu trabalho na rua com reflexões realizadas no início do dia e, no final, com uma partilha de alimentos e bebidas. Entre as decisões que tomaram, podem ser destacadas:

- > A cidade tem que fornecer os materiais para o projeto, isto se traduz no uso de borrachas (pneus de carros e motocicletas) como recipientes para o cultivo, os entulhos encontrados no local são utilizados para formar muros de contenção e o estabelecimento de uma composteira, que, em um primeiro momento, está recebendo resíduos da limpeza do local, e depois, se espera que seja alimentada com resíduos orgânicos de um mercado próximo.
- > Semear é um compromisso de vida. Isto destaca o dever com as plantas que são plantadas e seus cuidados ao longo do tempo, bem como a necessidade de construir um tecido comunitário que se aproprie do espaço para seus cuidados e manutenção.
- > Semear plantas medicinais contra o bloqueio e as empresas farmacêuticas. Para superar o impacto e a incerteza causada pelas ameaças de bloqueio sobre medicamentos e suprimentos médicos, o coletivo decidiu começar a reproduzir plantas medicinais tradicionais e a pesquisar sobre seus usos e benefícios para tratamentos paliativos da covid-19; além de avaliar que as plantas medicinais, por serem em sua maioria nativas, são ideais para adaptar a terra, limpando-a e nutrindo-a.
- > O fazer e a formação andam de mãos dadas; não se trata apenas de fazer, mas também de compartilhar conhecimentos e experiências. Assim, dentro do trabalho,

é preciso tempo e espaço para aprender a fazer uma sementeira ou melhorar as condições da terra. Além disso, os espaços de formação tornam-se os momentos ideais para convidar mais vizinhas a participar do projeto.

> Durante as jornadas de trabalho, também há tempo para cuidados e contenção. Nestes momentos, as companheiras do coletivo e seus aliades compartilham verbalmente como a realização do trabalho físico junto com outras e outros, desfrutando do sol, resolvendo coisas como preparar melhor a terra para a semeadura ou mover uma árvore caída, nutre os corpos de sensações de sucesso, companhia e esperança, tão necessários em meio da pandemia.

> As *Yerbateras* reconhecem outras formas de intercâmbios econômicos. Elas entendem que a economia envolve todos os trabalhos destinados para sustentar a vida, e que esta sustentabilidade não é apenas material, mas que as emoções, os vínculos e a comunidade também desempenham um papel importante.

> Apesar do pouco tempo de existência, as *Yerbateras* têm conseguido a solidariedade institucional através do Ministério do Poder Popular para a Agricultura Urbana [Ministerio del Poder Popular para la Agricultura Urbana], que ofereceu ferramentas, apoio técnico e está aberto ao intercâmbio de conhecimentos e experiências com o projeto Quintais Produtivos de Mulheres [Patios Productivos de Mujeres].

> Este Ministério está promovendo o potencial da agricultura urbana, cuja estimativa é de que supra até 20% das necessidades da cidade, e está comprometido com um tecido agro-urbano ecologicamente equilibrado, economicamente sustentável, social e culturalmente diversificado.

| PRODUZINDO O QUE COMEMOS

Luisimar López é uma jovem comuneira nascida e criada em revolução. Ela mora na Comuna El Maizal, uma comuna no oeste do país que se tornou um ponto de referência nacional pela capacidade do movimento comuneiro administrar eficientemente os meios de produção, exercer o poder popular e tornar realidade os pensa-

mentos e propostas do Comandante Chávez. El Maizal é formado por 22 conselhos comunaes localizados entre os estados de Lara e Portuguesa, promove fortemente a União Comuneira e administra 2200 hectares nos quais são criados porcos, bovinos e caprinos. Semeiam milho, café, grãos e vegetais como páprica, *ají* e cebola, e produzem queijo, creme de leite, leite, farinha de milho e carnes para consumo humano. Além das unidades de produção agrícola e pecuária, também têm uma fábrica de tijolos de propriedade comunal, com os quais construíram escolas e casas no território da comuna.

Diante da pergunta sobre como vivem durante a pandemia, Luisimar confessa que “tem sido um processo duro, às vezes até deprimente, mas quando você vê os frutos, você recupera a alegria”. Um dos frutos colhidos é a capacidade de se reinventar em meio às crises.

A covid-19 afetou projetos produtivos protagonizados por mulheres, como o da empresa têxtil em Sarare, que está paralisada devido à falta de tecidos, ou as padarias comunitárias, devido à falta de farinha. Entretanto, estes reveses não detiveram a capacidade produtiva das mulheres nas comunas. Na conjuntura atual, os esforços têm sido redirecionados para a produção de biofertilizantes para a agricultura e rações concentradas para animais de curral. O grande desafio em meio à guerra econômica e à pandemia é “produzir o que comemos”, diz Luisimar. Para isso, em El Maizal trabalham por cadeias de produção autônomas, que não dependam do exterior, seja para insumos ou para a distribuição de produtos.

Na comuna El Maizal é promovido um circuito de comercialização e distribuição interna que pretendem que seja abastecido pelo menos em 50% com a produção da comuna, a União Comuneira e os intercâmbios entre os territórios. A realização deste objetivo é dificultada pela falta de combustível, e, em vista disso, a comunidade privilegia o acesso ao combustível para o transporte de alimentos e concentra a distribuição nas lojas comunitárias. Como Luisimar diz, “é hora de caminhar e caminhamos”.

Dentro da União Comuneira, a propriedade coletiva da terra e as unidades de produção comunitária são fortalecidas, assim como as unidades de produção familiar, muitas das quais são dirigidas por mulheres.

De acordo com as palavras de Luisimar, na comuna El Maizal se produz para mudar as relações humanas, para cobrir as necessidades, não apenas materiais, mas também espirituais. Entre seus objetivos está assumir a totalidade dos processos produtivos, transformar este trabalho em um modo de vida e em um direito, defender os territórios de forma integral e, sobretudo, manter vivo o legado do comandante Chávez e seu sonho de consolidar uma nova divisão político territorial baseada em comunas, com governos populares onde se exerça a democracia direta.

Em toda essa construção coletiva, a formação é fundamental, e nela o feminismo é transversalizado. A formação feminista não se realiza com palavras difíceis, mas é introduzida em espaços como as oficinas de administração comunal ou nas pesquisas que as mulheres fazem, por exemplo, sobre a conservação de alimentos ou a confecção de roupas íntimas.

MINHOCA VERMELHA CARACAS SE REINVENTA

Marianela Carrillo é uma mulher aposentada que, juntamente com sua mãe María del Carmen e seu sobrinho Gregorio, dirigem Minhoca Vermelha Caracas [Lombriz Roja Caracas], um empreendimento familiar de criação de minhocas vermelhas que nasceu dentro da Feira Conuquera em Caracas⁸. Trabalham para a promoção e estabelecimento de unidades de produção de húmus de minhocas como biofertilizantes para a produção de alimentos orgânicos e o reaproveitamento de resíduos orgânicos.

8. A Feria Conuquera é um mercado de produtos agrícolas frescos e processados que se define como “um espaço para aprender a produzir e consumir de forma saudável e soberana!”. Ela nasceu da organização popular de produtoras e produtores urbanos e periurbanos de Caracas que decidiram contribuir para a resistência à guerra não convencional a partir do intercâmbio de alimentos orgânicos a preços justos ou outras formas de intercâmbio.

Marianella diz que, no início, na Feira Conuquera, ela e sua mãe espalhavam a história de que era possível criar minhocas em apartamentos e cada um produzir fertilizante para a terra. Na medida que despertaram interesse, as pessoas pediram minhocas para se juntar à criação, e assim nasceu a Minhoca Vermelha Caracas.

Minhoca Vermelha Caracas oferecia oficinas de minhocários na Feira Conuquera no primeiro sábado de cada mês, distribuía húmus líquido e sólido de minhocas, núcleos e mudas para iniciar os minhocários, até a chegada da pandemia. Como diz Marianella, era hora de assumir o desafio de continuar o trabalho com distanciamento social.

O grande desafio, segundo Marianella, foi aprender a utilizar as redes sociais para a promoção e realização das oficinas, bem como manter viva a Minhoca Vermelha Caracas como uma experiência de formação e distribuição de produtos de compostagem.

A primeira coisa foi pesquisar como ensinar através do *WhatsApp*, para em seguida conectar essa aprendizagem com a metodologia utilizada durante 7 anos nas oficinas da Feira Conuquera, assim como com a prática de Marianella como professora na Universidade Central da Venezuela (UCV).

A experiência tem sido muito positiva. As oficinas através de *chats* tem chegado a pessoas em todo o país, contando, inclusive, com a participação de pessoas de outras partes do continente. Marianella se sente muito contente porque a formação atinge pessoas que não conheciam a Feira Conuquera, que não sabiam nada sobre agroecologia, mas que, na pandemia, queriam investir parte de seu tempo na reciclagem, ou queriam fazer alguma atividade familiar que pudesse interessar às crianças.

As oficinas on-line de compostagem chegaram a ter até 40 participantes por mês e deixaram como saldo organizativo uma comunidade que continua em contato através das conversas por *WhatsApp*.

COM MUITAS GOTAS, FAZEMOS UM AGUACEIRO

Talvez algumas pessoas que leem estas linhas se perguntem: quantas pessoas participam? Qual é o impacto? Quantos quilos de alimentos ou litros de biofertilizantes são produzidos? Ou quantos hectares são semeados? Estamos acostumadas e acostumados a avaliar as experiências econômicas em termos da quantidade de riqueza monetária que geram ou de números. A verdade é que o que compartilhamos aqui são experiências que convocam poucas pessoas, que produzem em termos de pequenas ou moderadas quantidades de quilos ou hectares. A parte mais relevante disto é que elas não são as únicas, são milhares de experiências. Só em El Recreo, por exemplo, existem duas outras áreas de cultivo comunitário, uma com milho e outra com tubérculos.

Estas são experiências produtivas que nascem da necessidade: primeiro de produzir e depois de produzir a partir de diferentes lógicas. A partir de lógicas que não atropelam o povo, mas, muito pelo contrário, que apoiam seus direitos à liberdade, autodeterminação e justiça, ou seja, lógicas para a vida e não para o capital.

Produzir coletivamente, ou a partir das famílias, os próprios alimentos, a roupa que usamos, os remédios que nos ajudam a superar uma gripe, ou assumir o comando da distribuição dos alimentos que chegam às nossas comunidades, gera uma sensação de realização muito importante em momentos em que as circunstâncias – guerra, crise, bloqueio, covid-19, o “meu deus, o que mais poderia nos acontecer?!” – podem nos mergulhar no desespero, na depressão e na imobilidade social.

Estas experiências fortalecem os tecidos sociais, tanto quanto proporcionam uma base de sustentação, que permite aos venezuelanos e venezuelanas defender o território e continuar ensaiando uma forma de governo que seja mais adequada ao ser venezuelana ou venezuelano.

Não se trata, portanto, de que uma experiência produza húmus de minhoca para toda a capital, por exemplo, mas, sim, que muitas unidades sejam capazes de produzir. Imaginem se, em Caracas, 20.000 famílias tomassem a decisão de ter um pequeno minhocário? E se convertêssemos pelo menos metade dos resíduos orgânicos de nossas cozinhas? Pelo menos 1 kg de húmus seria produzido por semana, que seriam 4 kg por mês. Para 20 mil unidades de produção ou família, isso seria de pelo menos 80 mil kg. Uma quantidade suficiente para que as hortas comunitárias fossem abastecidas com fertilizante orgânico, de forma rotativa. E aqui está o grande desafio: a articulação, as cadeias produtivas locais, as alianças econômicas, a percepção de que somos milhares de gotas e que, juntas, podemos nos tornar um grande aguaceiro.

El Maizal é um exemplo de como, articulando os esforços das famílias ou dos conselhos comunais, é possível criar circuitos econômicos a serviço da vida, e aspirar, a partir da soma de experiências, a conquistar o autoabastecimento.

Nos últimos sete anos, tem se falado muito de produção. O governo nacional faz chamadas regulares para produzir. Economistas debatem, fazem discursos sobre o Produto Interno Bruto, sobre as reservas nacionais e internacionais, sobre o que eles chamam de macroeconomia. O debate é replicado em todas as cidades da Venezuela e parece que as pessoas já concordaram, e o fizeram antes das e dos catedráticos, das e dos empresários e, inclusive, antes do governo.

Temos que produzir para comer, para viver, e é aí que o povo está concretizando essas experiências, que podem nunca chegar às contas nacionais, a menos que sejam pensadas outras maneiras de medir a riqueza de um país.

Uma perspectiva ecofeminista e da economia feminista sobre a problemática dos resíduos

O CASO DE
RECUPERADORES
URBANOS E PROMOTORAS
AMBIENTAIS
NA ARGENTINA

FLORENCIA FUNOLL CAPURRO
MAGALÍ MAGNANI
MAGALÍ RIVAS¹

1. INTEGRANTES DA ÁREA ECOFEMINISMO
DO TALLER ECOLOGISTA



A EMERGÊNCIA DE *CARTONEROS/AS*² E RECUPERADORES URBANOS COMO ATORES ECONÔMICOS E POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA E ARGENTINA

Desde 1970, o modelo econômico neoliberal na América Latina intensificou os impactos sobre o meio ambiente, as condições sociais da população e sua qualidade de vida. Um dos principais objetivos desta nova fase foi a expansão do capital internacional e suas lógicas mercantis voltada a setores, recursos e populações que ainda não haviam sido capazes de penetrar. É um processo de avanço do capital sobre a vida através de privatizações e expropriações de terras, água de rios e oceanos, alimentos, corte de liberdades e direitos da classe trabalhadora (Svampa, 2008). Isto é agravado pelo fato de que o avanço do capital extrativista sobre os recursos naturais destrói os modos de subsistência das mulheres, que são as principais responsáveis pelos trabalhos de cuidado nos lares, tornando a reprodução cada vez mais difícil para elas e suas famílias.

Este modelo gera enormes riquezas para um setor minoritário da sociedade latino-americana enquanto considera uma grande parte da população, que não consegue se inserir nos circuitos de trabalho formal, “supérflua” ou não rentável para o mercado. A finais da década 90, na Argentina, uma crise socioeconômica enorme levou uma grande parte da população para a pobreza. Esta crise provocou uma maior desarticu-

2. N.T: “*Cartoneros/as*” vem de “*cartón*”, papelão em espanhol. São pessoas que juntam papelão para logo venderem. Seriam os chamados catadores de materiais recicláveis mas, na Argentina ser *cartonero/a* virou uma identidade, que por vezes é e foi usado com uma conotação depreciativa. A palavra virou um verbo que também foi usado no texto original, assim como “*cartoneo*” que seria a atividade de juntar papelão. Por isso, optou-se por manter essa categoria no texto traduzido.

lação da classe trabalhadora, enormes taxas de desemprego e crescimento do trabalho informal, através da flexibilização e precarização, da deterioração das condições de trabalho, da perda do poder aquisitivo dos salários, da repressão e posterior erosão do poder de suas ferramentas sindicais.

Foi neste cenário que o *cartoneo* se massificou como um meio de subsistência para muitos argentinos/as, que logo iniciaram um processo de organização através da formação de cooperativas. Eles/as passaram da marginalidade a ser agentes centrais no processo de gestão sustentável de resíduos, o que se refletiu em uma mudança em sua caracterização: começaram a ser interpelados como “recuperadores urbanos” marcando a mudança em seu status social e sociológico (Paiva e Perelman, 2008). Pode ser dito, como propõe Soliz T. (2019), que os processos de segregação de *cartoneros/as* e recuperadores urbanos, as conquistas no processo de organização e suas lutas, são premissa e resultado das lógicas do conflito social, econômico e ambiental.

POR QUE É NECESSÁRIA UMA PERSPECTIVA ECOFEMINISTA SOBRE A PROBLEMÁTICA DE RESÍDUOS?

O capitalismo se encarregou de mercantilizar tudo, nos ensinou a nos pensar fora da natureza e mesmo acima dela, uma ideia que legitima a exploração e o não reconhecimento dos limites naturais ao consumo infinito e à produção de resíduos. O modelo capitalista de produção e consumo implica uma enorme e permanente demanda por matéria e energia, que são extraídas do meio ambiente para sustentar este crescimento ilimitado. Os resíduos são devolvidos ao meio ambiente em quantidades desproporcionais e a um ritmo que torna impossível para os ecossistemas reincorporá-los em ciclos naturais, inclusive pela qualidade e composição de alguns materiais.

Historicamente, nossa região tem sido fornecedora de materiais para o mundo, sacrificando matérias-primas e energia em troca de um crescente acúmulo de resíduos, um produto não só do consumo, mas também dos processos extrativos que des-

troem extensos territórios e desestabilizam as condições apropriadas para a reprodução da vida, gerando contaminação e conflitos socioambientais.

Com o amadurecimento dos debates no movimento feminista em nosso país e em toda a América Latina, a agenda feminista se ampliou e se aprofundou. Além de denunciar os feminicídios e outras formas de violência interpessoal, os feminismos começaram a tornar visíveis e a questionar as causas sistêmicas da violência contra as mulheres. A partir do movimento, começaram a ser demandadas transformações institucionais e políticas públicas concretas que atuassem sobre outras faces da violência, tais como a precariedade e informalidade do trabalho, a desigualdade salarial existente entre homens e mulheres, cortes orçamentários e políticas de ajuste que afetam principalmente as mulheres, a feminização das tarefas de cuidado que implicam uma dupla ou tripla carga de trabalho para as mulheres, e até mesmo processos de produção extrativista que impactam nossos corpos e territórios.

A perspectiva ecofeminista situa estas violações estruturais em primeiro plano. Ao colocar os movimentos feministas e ecológicos em diálogo, visa visibilizar e revalorizar a ecodependência e a interdependência (Herrero, 2012), entendendo que ecossistemas, processos da natureza e os trabalhos de cuidado e reprodução são pilares fundamentais para a sustentação da vida. Em outras palavras, destaca aspectos, práticas, processos e sujeitos que têm sido sistematicamente desvalorizados e invisibilizados pelo modelo econômico hegemônico, que é incapaz de interpretar os processos sociais e responder aos principais problemas econômicos: crises, desigualdades sociais, marginalidade e pobreza. Por esta razão, a perspectiva ecofeminista ajuda a iluminar outro paradigma que coloca no centro do interesse a possibilidade de viver uma vida digna em harmonia com a natureza. Ela propõe a busca de novas formas de socialização e organização social e econômica, em uma perspectiva comunitária, que permitam a libertação de um paradigma de desenvolvimento que prioriza os benefícios monetários sobre a reprodução da vida.

O ecofeminismo também afirma que estamos assistindo a uma crise civilizatória, e a problemática dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é uma clara representação disso,

pois destaca a relação que as pessoas tem com a natureza. Ao esquema irracional de consumo que sustentamos, se acrescenta uma gestão ineficiente dos resíduos na maior parte do mundo. No entanto, como a Federação Argentina de *Cartoneros*, Carreiros e Catadores [Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores] (FACCyR) declara em seus fundamentos:

(...) nos últimos anos, os resíduos têm sido revalorizados por um ator inesperado: as e os recuperadores urbanos. *Cartoneros*, carreiros, catadores, removedores, waste-pickers, são todas famílias humildes ao redor do mundo que encontram nos RSU (resíduos sólidos urbanos) um meio de subsistência digno. Cumprem, sem nenhuma retribuição como contrapartida, com um serviço que o Estado deve garantir de acordo com sua legislação interna (nacional e provincial) e com vários compromissos reconhecidos internacionalmente: recuperar resíduos, reciclar e minimizar o aterramento em aterros sanitários³.

Neste artigo, queremos compartilhar uma experiência impulsionada pela militância de organizações e movimentos sociais: o programa de Promotoras Ambientais do Movimento de Trabalhadores Excluídos [Promotoras Ambientales del Movimiento de Trabajadores Excluidos] (MTE) e a FACCyR. Este programa, que já foi implementado em diferentes cidades da Argentina, permite a efetividade de uma política pública de gestão de resíduos com inclusão social, ambiental e perspectiva de gênero, e por isso o reconhecemos como uma prática ecofeminista. Na cidade de Rosário, está sendo realizada uma experiência piloto com o acompanhamento do Grupo Obispo Angelelli (GOA) e de nossa organização, Taller Ecologista.

O PROGRAMA PROMOTORAS AMBIENTAIS

A promoção ambiental é a principal política de gênero da FACCyR, que busca recuperar um papel geralmente desenvolvido pelas mulheres, o de socializar e construir laços com os vizinhos/as para o processo de recuperação de materiais recicláveis. A tarefa de sensibilizar e explicar sobre reciclagem de resíduos, para sua posterior re-

3. Disponível em: <https://faccyr.org.ar/programa-argentina-recicla/>

cuperação, faz da promoção ambiental a base sobre a qual se desenvolve o trabalho *cartonero* de coleta seletiva porta-a-porta.

Este trabalho, invisível por muitos anos, principalmente em propostas de campanhas de conscientização dos diferentes governos locais – que na maioria dos casos provaram ser um fracasso –, adquire hoje um novo significado.

Na cidade de Buenos Aires, foi demonstrado que a promoção ambiental realizada pelas mulheres *cartoneras* gera uma maior consciência e adesão por parte dos vizinhos: de 20% alcança 80% após o trabalho de promoção. Além disso, as e os recuperadores urbanos sabem melhor que ninguém quais materiais podem ser reciclados e quais não podem (MTE, 2019).

EXPERIÊNCIA PILOTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS COM INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE ROSÁRIO

Em 2008, foi aprovada em Rosário a portaria nº 8335/08, conhecida como “Lixo zero” [Basura Cero], que visava uma redução progressiva dos resíduos depositados em aterros sanitários, até chegar a uma proibição do aterramento de materiais recicláveis e utilizáveis, inclusive orgânicos. Entretanto, no ano 2020, não só a quantidade de toneladas aterradas não foi reduzida, como aumentou em 30%⁴.

Nos últimos anos, a gestão de RSU tem sido colocada em tensão sob diferentes ângulos. Apesar do crescimento das políticas públicas que promovem a separação na origem dos RSU, o foco oficial é a higiene urbana, apostando na gestão privada do sistema e deixando de lado o reconhecimento dos/as trabalhadores e a melhoria de suas condições de trabalho. Considerando que aproximadamente 90% do que é reciclado em nossa cidade é devido à atividade das e dos recicladores urbanos, a problemática requer uma abordagem que também leve em conta fatores sociais, econômicos e políticos, e que inclua todos os atores do processo.

4. Informação disponível em: <https://tallerecologista.org.ar/metas-basura-cero-el-carro-esta-delante-del-caballo/>

Portanto, desde 2015, o Taller Ecologista, a GOA, o MTE e a FACCyR se uniram para reivindicar a atividade dos recicladores urbanos e conseguiram participar ativamente de uma mesa de trabalho com o município para exigir o reconhecimento dessas tarefas como um serviço público. A proposta destacou a importância de gerar acordos entre a Prefeitura e agrupações e cooperativas de *cartoneros* para fornecer serviços de coleta seletiva de resíduos, promoção ambiental para a separação desde a origem e classificação e tratamento de resíduos. Nesse marco, promoveram o decreto nº 51.224 no final de 2017, que encomendou ao Executivo o desenvolvimento de uma experiência de separação desde a origem que incluísse a *cartoneros/as* como principais atores do sistema.

Em 2019, o convênio foi assinado para iniciar a experiência piloto em um pequeno perímetro na região noroeste da cidade de Rosário e foi acordado trabalhar com uma das cooperativas de *cartoneros y cartoneras* do MTE. O convênio envolve 15 pessoas a serviço da coleta diferenciada e 19 a serviço da promoção ambiental. O objetivo das organizações é expandir essa experiência para todos os bairros da cidade, a fim de fortalecer a mudança cultural em torno da separação de resíduos.

Esta experiência piloto permite visibilizar as práticas que as cooperativas vêm desenvolvendo na gestão dos materiais recicláveis em nossa cidade e, ao mesmo tempo, destaca a experiência das mulheres *cartoneras*. Como Promotoras Ambientais, elas são responsáveis por tarefas específicas que as converte no laço entre as cooperativas de *cartoneros* e a comunidade: elas percorrem as casas e edifícios para incentivar a importância de separar os resíduos, informar sobre as normas vigentes e gerenciar a retirada do material reciclável de cada habitação ou comércio, para que ele possa ser entregue em mãos ao recuperador urbano. Elas também oferecem capacitações específicas e oficinas sobre materiais reutilizáveis em escolas, instituições e em qualquer lugar que solicite.

Jackie Flores, liderança nacional da União de Trabalhadores da Economia Popular [Unión de Trabajadores de la Economía Popular] (UTEP), secretária da FACCyR e Coordenadora Nacional do Programa de Promoção Ambiental, fala

do auto-reconhecimento, da construção de uma identidade junto com suas companheiras como “*promotoras ambientais, orgulhosamente cartoneras*”:

“Tenho muito orgulho de ensinar a separação desde a origem, que é uma bela e simples ação (...). A separação na origem não protege apenas o planeta, protege a vida de minhas companheiras e companheiros, ela protege a sociedade onde todos nós convivemos. Quando dizemos “gestão de resíduos com inclusão social” estamos falando em respeitar o trabalho que nós geramos... não queremos ser convidados a fazer outro trabalho. Não! Eu quero ser uma *cartonera*, quero ser uma Promotora Ambiental” (Jackie Flores, MTE Capital. Encontro Ecofeminista, agosto de 2019).

Desta forma, as mulheres recuperadoras urbanas se constituem como verdadeiras agentes de mudança, aprofundando seu papel social e ambiental ao conscientizar à cidadania da importância da separação na origem, e se empoderando através do uso da palavra e de uma abordagem discursiva da qual elas são as protagonistas.

REPENSAR NOSSAS CIDADES DESDE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Na América Latina, as grandes cidades foram construídas através de um processo de “acumulação por desapropriação” (Harvey, 2008) ou de saqueio de terras, recursos e territórios. A urbanização gerou novas formas de dependência e dominação, e mudanças nas relações socioeconômicas que modificaram a relação com a natureza e a estrutura social, em termos de desconexão e distância. Este processo se aprofundou nas últimas décadas, gerando uma polarização econômica e espacial na região. A urbanização seria um fenômeno de classe: o controle desse processo está nas mãos de uma minoria que encontra as condições para conformar as cidades de acordo com seus próprios desejos. Vivemos em áreas urbanas que estão divididas e propensas ao conflito. O giro neoliberal tem restabelecido o poder de classe às mãos das elites ricas e as cidades são cada vez mais caracterizadas por fragmentos fortificados, comunidades cercadas e espaços públicos privatizados (ibid.).

Neste contexto, o urbanismo feminista considera que o desenho e o funcionamento das cidades não é neutro, já que elas foram configuradas a partir dos valores de uma sociedade que é capitalista e patriarcal. A forma física dos espaços nas grandes cidades contribui para perpetuar e reproduzir esses valores. Diante disso, o urbanismo feminista propõe colocar a vida das pessoas no centro das decisões urbanas, levando em conta a diversidade de experiências e necessidades daqueles que habitam esses territórios, através do planejamento e da participação comunitária. Como os espaços e as distâncias estão ligados? Como eles são moldados e habitados para que não desarticulem as atividades diárias das pessoas e, fundamentalmente, aquelas necessárias para realizar o trabalho de cuidado? Com espaços que podem ajudar, cuidar e relacionar estas atividades (Col·lectiu Punt 6, 2016).

Na Argentina, o bairro tem sido historicamente um espaço de luta para alcançar o bem-estar e, a partir dele, foram criadas organizações que demandam respostas a problemáticas comuns, promovendo a atividade social e a identidade do bairro. Grande parte das ações de luta contra a pobreza e a organização para o cuidado nos bairros tem as mulheres como protagonistas, embora, na maioria dos casos, a participação não nasça como uma busca de transformação das desigualdades de gênero nem das desigualdades sociais, mas como uma estratégia de subsistência (Pereyra, 2013). As mulheres que vivem em comunidades pobres devem trabalhar ainda mais horas para garantir a sobrevivência de suas famílias, pois além de ocuparem posições de liderança nas comunidades, se responsabilizam pelas tarefas de reprodução diária e geração de renda, em condições habitacionais muito precárias, sem acesso a serviços básicos, em cidades que não são planejadas para a sustentabilidade da vida.

A dimensão doméstica da economia, protagonizada pelas mulheres, cria e valoriza circuitos de produção para tornar possível a vida nas cidades, constitui uma forma diversificada de organização marcada por uma lógica reprodutiva que vai além do Estado e do mercado. As estratégias de sobrevivência mostram a contribuição dos setores populares na construção da cidade e a potência política

do reprodutivo nos processos de organização social da mesma (Quiroga Díaz e Gago, 2017). Isto é evidente em contextos de crise social e econômica, como o atual, em que promotoras ambientais e outros grupos de mulheres geram redes e se organizam com panelas [ollas] populares para alimentar os bairros a partir de restaurantes comunitários⁵.

O CONFLITO CAPITAL-VIDA E O PAPEL DAS MULHERES

“Não apenas nos empoderamos. Nós nos consolidamos a partir daquela força que pudemos reconhecer em nós mesmas. Isso nos faz levantar neste lugar que escolhemos, que é combater ao capital desde nosso lugar. Isso também é bom que o feminismo discuta. É muito bom que estejamos começando a saber como vamos a enfrentar a grande batalha com o capital. A realidade é que todas e cada uma de nós merecemos escolher sobre que vida caminhar e, acima de tudo, desfrutar. Não somos mercadoria de ninguém. (Jackie Flores, MTE Capital. Encontro Ecofeminista, agosto de 2019).

Autoras como Silvia Federici (2010) escrevem sobre a perseguição sofrida pelas mulheres consideradas bruxas na transição para o capitalismo por cuidarem de seus corpos, controlarem sua saúde e ensinarem outras mulheres, através de relações solidárias, sobre esses cuidados. Hoje, muitas mulheres e feminidades de nossa região parecem continuar essa luta pela recuperação e defesa de seus corpos-territórios.

No livro *Reciclagem sem catadorAs, é lixo*, as autoras falam de um “retorno das bruxas” ao analisar o trabalho das mulheres recicladoras em diferentes países da América Latina. Elas não apenas lutam por sua sobrevivência, mas também realizam uma tarefa fundamental no cuidado com a natureza e com aqueles de nós, que vivemos nas grandes cidades, ajudando a restabelecer os circuitos de retorno de materiais. Expulsas do campo ou das cidades, as mulheres voltam a assumir um trabalho invisível, não remunerado e desprezado: a recuperação do lixo (Soliz T., 2019).

5. NT: Em espanhol, e sobretudo na Argentina, os restaurantes comunitários são chamados “comedores”, gerenciados por mulheres, onde não necessariamente se paga por comer, mas, muitas vezes, funcionam através de doações ou junto com organizações sociais ou ONGs.

As catadoras, como as bruxas, retornam às cidades para inverter as dimensões da acumulação originária de capital. Elas retornam para re-territorializar os espaços sócio-naturais dos quais foram historicamente segregadas, para exigir seu direito de acesso aos meios de produção que lhes permitirão garantir sua reprodução material através do ofício de reciclagem e, finalmente, para demandar o reconhecimento de seu ofício não como emprego informal, mas como conquista social e ecológica (ibid.).

Deve-se notar que, na América Latina, são muitas as mulheres que recuperam resíduos, mulheres empobrecidas, mulheres indígenas ou afrodescendentes organizadas para reivindicar a restituição de seus direitos vulnerados e para reverter as lógicas históricas de opressão e violências múltiplas: sexual, intrafamiliar, laboral, social, política e econômica. Mulheres que sofrem uma carga tripla (Breilh, 1991), a da classe social, de gênero e raça/etnia, além de outras diversidades que aumentam sua vulnerabilidade (orientações sexo-gênero diversas, idade, deficiências, etc.).

As catadoras de base enfrentam o peso do trabalho reprodutivo da procriação, da criação de filhos e do trabalho doméstico não remunerado; e, por outro lado, o peso da produção social precarizada. A produção social em que elas estão inseridas não é a de trabalho assalariado formal, regularizado e reconhecido pelos Estados, mas aquela considerada parte das economias informais e que, portanto, se faz em condições de exploração e exclusão. O destino do lixo está sujeito aos processos clássicos de injustiça ambiental e social: ele se concentra nas periferias, é feito com trabalho não remunerado, muitas das pessoas que vivem nessas periferias são as que assumem a limpeza daqueles que mais consomem, num claro subsídio ao capitalismo (Soliz T., 2019).

Existem práticas sociais que estão fora do mercado e que devem ser reconhecidas e valorizadas como um espaço econômico, e a atividade das recuperadoras urbanas é uma delas. É importante destacar a relação entre feminismo e economia popular, já que a luta empreendida a partir de espaços como o MTE, para as mulheres *cartoneras* e promotoras ambientais, também implica reconhecer as

múltiplas desigualdades e violências a que estão expostas simplesmente por serem mulheres do campo popular:

“Feminismo e popular, são termos que me afetam. Porque devemos ir contra todas as violências. E não ter trabalho também implica uma situação violenta. Não se pode naturalizar que uma mulher tenha que puxar um carrinho de trezentos quilos para ganhar o pão. Por isso, vamos reunir todas as vozes da família feminista, todas elas são válidas. Vejamos, eu nunca fui violentada da porta da casa para dentro, mas sim da porta da casa para fora. Eu fui violentada pelo Estado e não por um marido agressor. Como nos defendemos de todos esses abusos? Indo juntas num processo político por uma pátria livre, justa e soberana” (Jackie Flores citada em Guido, 2019).

A economia feminista contribuiu para um amplo estudo da participação econômica das mulheres, revelando principalmente os mecanismos de discriminação no mercado de trabalho. Assim, deu conta dos determinantes da menor e pior participação laboral das mulheres e das feminidades, o que as leva à precariedade laboral e à desproteção social (Rodríguez Enríquez, 2015), entre eles aqueles originados pela divisão sexual do trabalho⁶. Por isto, a necessidade concreta de criar espaços econômicos de subversão feminista (Pérez Orozco, 2014), entendidos como práticas que enfrentam o sistema capitalista, heteropatriarcal, ambientalmente destrutivo, colonialista e racista, que exerce seu poder através da violência e da legitimação.

As e os recicladores de base enfrentam o chamado conflito capital-vida (ibid.) e respondem aos bens e serviços, deixando para trás as lógicas do mercado que usa o lixo como uma mercadora privatizável, que não é reintegrado ao circuito econômico. A conquista de uma política local que considera o material reciclável como um princípio de justiça social, ecológica e de gênero, como um valor inalienável dos/as recicladores/as de base, permite a recuperação de metabolismos circulares da sociedade-natureza, ao contrário da lógica perversa dos extrativismos.

6. Processo que levou à reclusão das mulheres na esfera privada, naturalizando sua capacidade de cuidar através da construção social de uma ideia (as mulheres têm maior capacidade que os homens) baseada em uma diferença biológica (a possibilidade das mulheres darem à luz e amamentarem).

A experiência do programa de promotoras ambientais na cidade de Rosário (Argentina) é uma luta relacionada aos direitos fundamentais e à conquista de mudanças estruturais que desejamos em nosso imaginário de uma vida socioambientalmente justa, inclusiva, feminista e digna de ser vivida. Consideramos imprescindível e urgente continuar replicando essas experiências para construir formas de vida coletivas e solidárias, bem como para apoiar aqueles projetos que se desenvolvem sob essas premissas, que colocam no centro a sustentabilidade da vida e a transição para sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BREILH, Jaime. *La triple carga (trabajo, práctica doméstica y procreación): deterioro prematuro de la mujer en el neoliberalismo*. Quito: CEAS, 1991.

COL.LECTIU PUNT 6. *¿Qué es el urbanismo feminista?*. Julho 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dI4TOCPMMBA>

FEDERICI, Silvia. *El calibán y la bruja*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2010.

FLORES, Jackie; SVAMPA, Maristella. *Crisis civilizatoria y feminismos populares*. Encuentro Ecofeminista/Taller Ecologista. Agosto 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LVSLPB7_wBE&t=757s

GUIDO, Emiliano. Jackie Flores: una feminista nacional y popular. *Nuestras Voces-Periodismo Ciudadano*. 4 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.nuestrasvoces.com.ar/mujeres-en-lucha/jackie-flores-una-feminista-nacional-y-popular/>

HARVEY, David. El derecho a la ciudad. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 27, n. 4, 2008.

HERRERO, Yayo. Propuestas Ecofeministas para un sistema cargado de deudas. *Revista de Economía Crítica*, n.13, 2012.

Movimiento de Trabajadores Excluidos. *Cuadernillo de cuerpo de Promotoras Ambientales*. 2019.

PAIVA, Verónica; PERELMAN, Mariano. Recolección y recuperación informal de residuos: la perspectiva de la teoría ambiental y de las políticas públicas. Ciudad de Buenos Aires 2001-2007. *Cuaderno Urbano*, n. 7, Nov 2008, pp. 35-54.

PEREYRA, Brenda. Género, pobreza y poder: la participación de las mujeres en el ámbito comunitario. In: PENA, N. (Orgs). *Desarrollo y derechos de las mujeres: su participación y liderazgo en organizaciones comunitarias*. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2013.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

QUIROGA DIAZ, Natalia; GAGO, Veronica. Una mirada feminista de la economía urbana y los comunes en la reinención de la ciudad. In: CARRASCO, C. y DÍAS CORRAL, C. *Economía Feminista: Desafíos, propuestas, alianzas*. Barcelona: Entrepueblos, 2017.

RODRIGUES ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. *Revista Nueva Sociedad* n. 256, 2015.

SOLIZ T., Maria Fernanda. *Reciclaje sin recicladorAs es basura. El retorno de las brujas*. Ecuador: GAIA y WIEGO, 2019.

SVAMPA, Maristela. *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2008.

Economia feminista, organização política e crise do coronavírus

REFLEXÕES SOBRE
AS EXPERIÊNCIAS
DAS MULHERES NO
RIO GRANDE DO NORTE

ADRIANA VIEIRA
CONCEIÇÃO DANTAS
RENATA SAPUCAÍ¹

1. MILITANTES DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
E INTEGRANTES DO CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (CF8).



INTRODUÇÃO

Com mais de 20 milhões de infectados no mundo inteiro e cerca de 800 mil mortos², a crise do coronavírus nos impõe uma série de elementos para pensarmos a lógica de organização do mundo capitalista – e sua incapacidade de lidar não só com a vida real das pessoas, mas com a incompatibilidade entre a economia neoliberal e a sustentabilidade da vida. Além de mostrar as fragilidades dos sistemas de saúde, a necessidade do isolamento social expôs de forma aguda como a manutenção da vida depende da classe trabalhadora, que é quem, de fato, produz riqueza. Duplamente responsáveis por essa riqueza são as mulheres da classe trabalhadora, que acumulam uma quantidade inesgotável de trabalho doméstico e de cuidados. Este trabalho central para a sustentabilidade da vida é sistematicamente desvalorizado, mas ganhou certa visibilidade devido ao isolamento social, que soma no mesmo ambiente a rotina de trabalho, estudos e lazer na maioria dos lares. Isso não significa que ocorreu socialização desse trabalho, ao contrário: em alguns casos, a responsabilização centrada nas mulheres até aumentou, conforme indica a pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” realizada pela SOF e Gênero e Número em abril e maio de 2020³.

No Brasil, a pandemia acentua uma crise política, social e econômica vivida desde 2016. Desde os processos que culminaram no golpe de Estado que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República, o país tem vivenciado um constante desmonte das políticas de seguridade social e de proteção ao trabalho. Esse desmonte

2. COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University. Disponível em: <<https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>> Acesso em: 13/08/2020

3. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em <http://mulheresnapan pandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf> Acesso em 02/09/2020.

tem empurrado milhões de brasileiras e brasileiros para o emprego informal, para a “adesão” a contratos de trabalho intermitente (o chamado contrato “zero hora”) ou mesmo para as fileiras do desemprego, cuja taxa atualmente é de 13.3% (IBGE/PNAD, 2020⁴). A eleição de Bolsonaro piorou ainda mais as condições de trabalho da população, e reduziu a garantia de aposentadoria e de outros direitos necessários ao bem viver.

O resultado do descaso do governo Bolsonaro com a vida do povo brasileiro continua durante a pandemia e é visível nos números. O Brasil é o segundo país com maior número de mortes e de casos confirmados de covid-19 (depois apenas dos Estados Unidos, governado por Donald Trump), mesmo com o quadro grave de subnotificação por falta de testes. São mais de 120 mil mortes, 4 milhões de casos confirmados e mais de três meses sem ministro ou ministra da saúde. Ainda carregamos a marca de ser o país com o maior número de mortes entre os profissionais da enfermagem. Concentramos 80% das mulheres grávidas e puérperas que morreram vítimas de covid-19 em todo o mundo⁵. Vale ressaltar que estamos falando do país que conta com um dos sistemas de saúde mais acessíveis do mundo, que havia sido exemplo mundial, graças à política permanente de assistência à saúde, no enfrentamento às pandemias do HIV e do H1N1, nos anos 1980 e no final dos anos 2000, respectivamente. O número enorme de mortes e infecções explicita a característica genocida do governo de Jair Bolsonaro, que condena aquelas e aqueles que mais dependem do Estado para terem acesso à saúde e qualidade de vida e, nesse cenário ímpar da nossa história, à sobrevivência, literalmente.

Apesar de exacerbado, esse quadro de extrema precarização não é isolado, muito menos desconectado do que o neoliberalismo apresenta para a humanidade há décadas. Desde os anos 2000, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) se organiza em todos os continentes a partir da denúncia dos efeitos do capitalismo sobre a vida das pessoas e a natureza. Norteada pelo horizonte de uma sociedade que te-

4. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>>

5. International Journal of Gynecology and Obstetrics Disponível em: <<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ijgo.13300>> Acesso em 02/09/2020.

nha a solidariedade como princípio e prática política, construímos diversas ações de solidariedade que se distanciam da noção burguesa de caridade. A caridade e a “responsabilidade social” são tentativas falhas de docilização do capitalismo, falsas soluções que pretendem pintar esse sistema como algo palatável. Ao longo da nossa história, acumulamos uma infinidade de práticas que concretizam essa concepção, fruto de sermos um movimento que aglutina mulheres de todas as idades, das mais variadas situações socioeconômicas, dos mais variados países e continentes com suas múltiplas demandas conjunturais e políticas.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres se articula permanentemente com diversos movimentos que são referências na construção da agenda política de enfrentamento ao neoliberalismo, como a CUT, a Via Campesina, a Marcha das Margaridas. Esse enfrentamento político, que atualmente se expressa na campanha “Fora, Bolsonaro”, também tem organizado a solidariedade de classe: a demanda urgente por alimentação e por acesso a produtos e serviços de cuidados e higiene durante a pandemia fez com que diversos setores se organizassem em campanhas de solidariedade por todo o país.

A campanha “Vamos precisar de todo mundo!”, coordenada pela Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, contou com ações da MMM em pelo menos 14 estados. Ao todo, no Brasil, a MMM arrecadou mais de 40 toneladas de alimentos e mais de 35 mil itens de higiene e proteção, apoiando mais de 10 mil famílias. Embora articulados em uma ação nacional, cada lugar partiu de prioridades e atividades diferentes, de acordo com a articulação política local, as estratégias e o envolvimento com cada setor e comunidade – estas são características da atuação da MMM como movimento.

Este artigo é fruto das reflexões construídas a partir das ações de solidariedade desenvolvidas pela MMM como um todo. No entanto, em nome da objetividade, centraremos nosso olhar nas ações coordenadas pela Marcha Mundial das Mulheres e pelo Centro Feminista 8 de Março (CF8) no Rio Grande do Norte (RN), no nordeste do país.

A SOLIDARIEDADE COMO PRÁTICA POLÍTICA, CONEXÕES E APRENDIZADOS

A solidariedade é um componente e uma prática política que está na origem da MMM. A solidariedade é a compreensão de que as mulheres compartilham histórias e realidades de opressões em comum, embora se materializem de diferentes maneiras em cada país, território ou região.

Isso se articula a uma perspectiva feminista antissistêmica de forma global. As empresas transnacionais que exploram minérios no Congo, por exemplo, têm conexões com as empresas transnacionais do agro e hidronegócio que abusam das terras e da água na Chapada do Apodi, no Brasil.

Essa compreensão tem mobilizado as ações internacionais da Marcha em luta contra o capitalismo patriarcal e racista representado pelas transnacionais que exploram a natureza, o corpo, a vida e o trabalho das mulheres em todo o mundo. A partir da ação internacional de solidariedade às vítimas do desabamento do edifício Rana Plaza, em Bangladesh, no ano de 2013, a MMM transformou o dia 24 de abril em uma data que é símbolo internacional de resistência, ação e solidariedade. Todos os anos, nessa mesma data, das 12h às 13h, do Oceano Pacífico ao Atlântico, militantes feministas se mobilizam nas ruas, nas redes sociais e no campo, seguindo por 24 horas o caminho do sol, resultando em 24 horas ininterruptas de solidariedade feminista pelo mundo.

Em 2014, a MMM reforçou a Campanha Roupas Limpas, que é uma campanha internacional de pressão às transnacionais do ramo têxtil a cumprirem as legislações nacionais. Em 2015, as hashtags #QuemFezSuaRoupa e #VidasPrecárias estiveram entre as ações brasileiras que a MMM organizou na rede de lojas Walmart, denunciada pela precariedade do trabalho. Em 2018, as militantes da MMM mobilizaram ocupações em empresas de facção da rede de lojas Riachuelo, condenada em 2016

pelo Ministério Público e do Trabalho por práticas análogas ao trabalho escravo e cujo dono apoiou publicamente a reforma trabalhista que precarizou mais o trabalho e a vida no Brasil.

O princípio da solidariedade e do internacionalismo é, assim, uma constante em todas as ações da MMM. Essas ações mostram, na prática, o quanto as mulheres do mundo inteiro podem estar conectadas pela solidariedade, pela resistência, pela luta coletiva, estejam elas em uma periferia da cidade de Natal ou em uma comunidade rural na Guatemala.

Construir uma sociedade igual significa combater o capitalismo patriarcal e racista a partir de cada local. Construir ações de solidariedade compreende vincular o cotidiano da vida local aos processos políticos de maneira geral. As ações internacionais de solidariedade feminista se constroem a partir dos territórios e para os territórios, de modo que o feminismo constitui uma resposta coletiva e prática que articula ações locais das militantes com as dinâmicas internacionais dos territórios e do movimento.

As ações de solidariedade da MMM no Brasil se consolidam a partir do seu próprio processo de construção política como movimento permanente. Isso significa que elas resultam de processos coletivos, auto-organizados, que compreendem mais do que apenas responder a demandas imediatas de alimentação ou saúde. É necessário também potencializar a organização dos grupos de mulheres a partir da solidariedade feminista, da solidariedade de classe, da economia feminista e solidária como respostas propositivas, capazes de enfrentar o capitalismo e fortalecer a autonomia das mulheres.

No Brasil, nesse contexto da pandemia, as primeiras ações de solidariedade foram mobilizadas em diálogo com a ação do dia 24 de abril. Nossa prática política ancorada na coletividade tem contribuído para o enraizamento da solidariedade de classe. Essa prática das ações de solidariedade internacional, entre movimentos e entre as mulheres fortaleceu a campanha e tem enraizado a solidariedade enquanto prática

política de movimento. A arrecadação e entrega das doações, articuladas com ações de denúncia da política genocida do governo Bolsonaro, potencializou a consciência de classe, a responsabilidade coletiva com a luta e a auto-organização das mulheres para manter a resistência.

No Rio Grande do Norte, entre os dias 24 e 29 de abril, a MMM arrecadou máscaras, álcool 70%, diversos produtos de limpeza e higiene pessoal e cerca de três toneladas de alimentos, que foram entregues no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, para 290 famílias distribuídas em quinze municípios do estado. Além de suprir a necessidade imediata de alimentação, as ações geraram alguns aprendizados.

Um desses aprendizados foi uma percepção mais coletiva da realidade dos bairros periféricos e da área rural desses municípios. O isolamento social nos obrigou a ficar em casa e cessar as atividades presenciais, buscando formas virtuais de nos mantermos em contato e informadas das notícias do país. Nessa nova caminhada pelas ruas do mundo virtual, que nem sempre é online, sentimos a ausência de muitas das mulheres. Essa ausência tem a ver com as dificuldades que muitas enfrentam para manterem-se conectadas devido à falta de serviços de telefonia ou internet em suas comunidades ou mesmo limitações financeiras para acessá-los. Essa ausência corrobora com as pesquisas do CGI.Br⁶, quando esta indica que, no Brasil, 21% da população urbana e 42% da rural não são usuárias de internet. Essa realidade acaba isolando ainda mais as mulheres dos espaços organizativos e umas das outras, e deixa à margem suas demandas emergenciais.

Essas dificuldades nos ensinaram que é necessário construir novas formas de nos mantermos juntas na caminhada. Com isso, durante a campanha de solidariedade foram produzidos vídeos, áudios, textos, cartazes virtuais para a circulação de conteúdo nas plataformas digitais. Também, para incluir as mulheres “offline” na mesma caminhada, produzimos vinhetas para carro de som que circularam nos bairros e áreas rurais, além de da impressão de panfletos informativos que foram enviados

6. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018.

junto com as cestas de alimentos. E, para garantir a interação e o intercâmbio necessários para a construção da luta, organizamos debates transmitidos ao vivo, participamos e mobilizamos a participação das companheiras.

Nos encontramos no espaço virtual ou nos deslocamentos para a arrecadação e as entregas das cestas de alimentos e produtos de higiene e proteção individual. Nesses encontros, compartilhamos as preocupações com a pandemia e a política do governo Bolsonaro de descaso com a vida. Com isso, temos construído estratégias para nos mantermos na resistência e construirmos alternativas para defender o SUS, a democracia, o direito à saúde e à vida do povo brasileiro. A luta é também uma maneira coletiva de compartilhar cuidados e afetos em meio aos sentimentos de solidão e insegurança que o isolamento social e a pandemia nos impõem.

Essa partilha de comida, de cuidados coletivos e da própria luta aumentou a conexão entre as mulheres. Também contribuiu para expressar para as mulheres e para sociedade a dimensão da MMM e sua complexidade: são mulheres jovens, idosas, negras, lésbicas, estudantes secundaristas e universitárias, servidoras públicas e trabalhadoras rurais, trabalhadoras urbanas dos mais variados setores.

A campanha tem sido construída de uma maneira que possibilita uma troca de saberes e aprendizados entre as militantes da MMM e as mulheres que recebem as doações. Isso é fundamental para a compreensão da diversidade e das disparidades das realidades para, a partir disso, organizar politicamente um movimento e uma sociedade que sejam, de fato, para todas as mulheres.

Durante as reuniões dos núcleos municipais e estadual da MMM do Rio Grande do Norte, percebemos o aumento da potência das atividades, novas possibilidades de construção e seus desdobramentos políticos. Com as nossas ações de solidariedade, conseguimos questionar a visão tradicional “caridosa” das doações, fortalecendo o papel político da solidariedade. Compreendendo esse papel, a campanha, explicitou a responsabilidade do governo Bolsonaro pelo desamparo de milhões de brasileiras e

brasileiros e pelo agravamento da crise do coronavírus, causada pela incompetência, pela insuficiência de políticas públicas, precarizadas, e pelas suas declarações e atitudes de descaso com a vida. Além das denúncias e resistências, ao longo da campanha foram sendo construídas respostas populares para a garantia dos cuidados e de uma vida digna. Uma dessas respostas passa necessariamente pelo impedimento de Bolsonaro continuar na presidência do país.

Com essa compreensão e os aprendizados acumulados na primeira fase da campanha, a segunda ação, realizada na semana de 25 a 30 de maio, potencializou o sentido da 5ª Ação Internacional da MMM. Nessa ação, evidenciamos as discussões políticas e os elementos que constituem essa crise política, econômica e sanitária que o povo brasileiro enfrenta. A entrega das doações aconteceu no dia 30 de maio, dia nacional de agitação e mobilização da Marcha Mundial das Mulheres contra Bolsonaro.

Foram organizadas ações de solidariedade em dezesseis municípios, com a distribuição de 120 cestas básicas, 100 jantares, duas mil máscaras, 250 litros de álcool e 120 kits de material de limpeza. Junto às cestas, os panfletos continham a denúncia feminista da política genocida de Bolsonaro e as justificativas políticas e jurídicas que fundamentam o *impeachment* dele. Nesse dia, também foram feitas mobilizações de visibilidade nas ruas e roçados dos municípios: fixamos faixas em muros e portais das cidades, circulamos com carros de som em bairros, comunidade e assentamentos rurais, e fizemos um “adesivaço” de carros (com paradas rápidas, sem necessidade de a condutora sair do carro).

Na medida em que a campanha ia tomando forma, outras atividades e ideias surgiam. A receptividade e aceitação das mobilizações políticas aliadas às doações são perceptíveis em todos os bairros, pelos comentários e avaliações das pessoas, sobre o material, a atividade ou mesmo sobre as cestas de alimentos. Na cidade de Currais Novos, os cartazes “Fora, Bolsonaro” no entorno da distribuição dos jantares e os adesivos colados nos rótulos dos recipientes de álcool chamaram atenção e renderam muitos comentários.

No dia das ações nos municípios, os grupos de WhatsApp das militantes da MMM são espaço de compartilhamento de fotos, áudios e vídeos sobre o que aconteceu em cada lugar. Assim, elas produzem e compartilham aprendizados coletivos. Um exemplo foi o caso das faixas que foram arrancadas por opositores bolsonaristas e mesmo por policiais e funcionários de prefeituras. Considerando esses ataques, as militantes do município de Assu agregaram à ação a responsabilidade compartilhada pelo cuidado com a faixa, e afixaram as faixas em locais que facilitassem a vigília. Seguindo esse exemplo de Assu, no município de Baraúna a faixa foi afixada no muro da sede do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais.

No RN, algo que se destacou foi uma chamada do governo para que diversas associações, cooperativas e empreendimentos da economia solidária produzissem máscaras, lençóis e vestuário hospitalar, garantindo, além das doações, a autonomia econômica de muitas mulheres nesse período. Esta política se diferenciou da maioria dos estados brasileiros que, governados pela direita, priorizam o lucro das grandes empresas e não propõem qualquer política para a economia solidária.

A trajetória de acompanhamento e assessoria técnica que o CF8 realiza há anos com os grupos de economia solidária contribuiu para viabilizar a organização e acesso de diversas cooperativas e artesãs à chamada do governo estadual. Nesse mesmo movimento, também vale mencionar a produção e montagem de cestas básicas com produtos oriundos da agricultura familiar. Nessa parceria, entra a Rede Xique-Xique de Economia Solidária, associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais que foi criada em 2003.

A Rede Xique-Xique se originou com a organização de mulheres rurais que mobilizaram uma rede de consumidores para venderem sua produção orgânica sem intermediários. É fruto de um amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade.

Marcada por essa experiência, aconteceu a terceira ação de solidariedade, em 10 de julho. Em todo o estado, as ações de solidariedade foram se fortalecendo enquanto prática política, questionando o capitalismo, o descaso do governo federal e, consequentemente, o desamparo da população.

Foram distribuídas mais 120 cestas básicas e produtos de higiene para mais de cem famílias de quatro bairros da cidade. Utilizamos parte das doações em dinheiro para comprar a matéria-prima para a produção artesanal de sabão e água sanitária pelos próprios grupos de mulheres da economia solidária. Isso contribuiu para a compreensão de que solidariedade é, também, construir alternativas e autonomia econômica para as mulheres.

Aqui é importante ressaltar a concepção política que orienta essa movimentação: a compra dos alimentos e produtos de higiene dos grupos da economia solidária e da agricultura familiar não se justifica pelos preços. Existe uma ampla cadeia de produção capitalista que explora a força de trabalho das pessoas e maximizam seus lucros, diminuindo os preços desses produtos e fazendo com que a competição seja injusta. Adquirir produtos da economia solidária e da agricultura familiar é praticar e demonstrar a importância em valorizar processos que respeitem a natureza e todas as pessoas envolvidas na produção, e é contribuir com a sustentabilidade da vida dessas famílias com oportunidade de trabalho e autonomia financeira. São práticas de uma economia que coloca a vida em primeiro lugar, e não o lucro.

No que tange à autonomia financeira e à economia feminista e solidária como alternativa, o CF8 ainda iniciou a Caravana Virtual Feminista da Economia Solidária, uma alternativa para que grupos de mulheres artesãs possam expor seus produtos pela internet, sempre associando o trabalho da comercialização através da economia solidária com a formação política. Na caravana, incentivamos a compra de produtos dos grupos de mulheres artesãs, pois suas atividades econômicas estão paralisadas, por serem realizadas, na maioria das vezes, em feiras e exposições. A Caravana, além de uma loja virtual, promove transmissões ao vivo de debates que envolvem feminismo, economia solidária e auto-organização das mulheres.

A campanha de solidariedade no RN tem se preocupado em deixar um processo organizativo para enfrentar o processo pós-pandemia, seja a partir da caravana, seja pelo fortalecimento de lideranças locais que, em cada município, constroem na coletividade os critérios e as atividades de solidariedade.

| ALGUNS DESAFIOS E CAMINHOS

Já estamos vivenciando uma tentativa de reabertura do comércio e demais espaços coletivos em diversos estados do país, inclusive no RN. Isso não significa, entretanto, que estamos à beira de voltar ao que se chamava “normal”. Inclusive, não nos contentamos com o que está ou estava posto como “normal”. “Voltar ao que era antes” significa voltar a um cenário de crescente desemprego e precarização do trabalho, de sobrecarga para as mulheres e de privação de direitos.

A crise do coronavírus escancarou a centralidade do trabalho de cuidado para a manutenção da vida e o fato de que é a classe trabalhadora quem produz toda a riqueza que poucos usufruem – e, justamente por isso, é a força motriz para criar alternativas ao neoliberalismo. O dito “novo normal” não promete nada de melhor para a classe trabalhadora, que não teve o direito mínimo de ficar em casa e cumprir o isolamento social, enquanto seus patrões cuidaram de suas saúdes e continuaram a lucrar e a manter seu padrão de vida baseado na exploração insustentável da natureza.

Mesmo com o retorno às atividades presenciais, as ações de solidariedade, que são uma ação política, precisam continuar. Um dos desafios é formularmos uma estratégia que fortaleça as mulheres no período pós-pandemia, momento em que vamos lidar com um grande contingente de desempregadas e desempregados. E, diante disso, precisamos manter viva e enraizada a solidariedade; e fortalecer a compreensão de que campo e cidade são interdependentes e da relação entre campo e periferia, que tem como exemplo os bancos de alimentos, uma importante resposta para a garantia da segurança alimentar depois da pandemia.

Todo esse processo de articulação aponta diversas saídas para essa crise, e evidencia os projetos de sociedade que estão em disputa.

As ações de solidariedade, em diálogo com a auto-organização dos grupos de mulheres, com as redes de economia solidária e com a agricultura familiar e articuladas com as ações nacionais por “Fora, Bolsonaro”, evidenciam nossa luta contra o neoliberalismo, colocando a sustentabilidade da vida no centro. Evidenciam, também, nossa aposta na construção da soberania alimentar, da economia feminista e solidária e dos processos auto-organizados gestados nas próprias comunidades.

Ao mesmo tempo em que cuidam das pessoas garantindo a alimentação, se preocupam em manter a articulação e o fortalecimento de trabalhadores e trabalhadoras e disputam, no dia a dia, a política e as formas de organização da vida.



A stylized illustration in a folk-art style. It depicts several people in a field. In the foreground, a person with short, curly blonde hair and a red shirt is looking towards the right. To their left, a hand is holding a wooden stick. In the background, other people are visible, including one with dark skin and white hair wearing an orange shirt, and another in a purple shirt and red pants. The ground is green with some brown patches, suggesting grass and soil. The overall style is bold and graphic with thick black outlines.

Flor de Luna

MULHERES POR UMA AGRICULTURA PARA A VIDA

CARMEN DÍAZ
CARMEN GARCÍA
XIMENA TORRES¹

1. ESTE TEXTO COMBINA AS REFLEXÕES DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA REALIZADA POR CARMEN GARCÍA, INTEGRANTE DA ESCOLA DE DEFENSORAS BENITA GALEANA, AO ARTIGO DE XIMENA TORRES, DA ZONA DOCS, UM PROJETO DE JORNALISMO DOCUMENTÁRIO E INVESTIGATIVO. A ORGANIZAÇÃO E REVISÃO DO TEXTO É DE CARMEN DÍAZ, MILITANTE DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO MÉXICO.

O mercado solidário alternativo Flor de Luna é um projeto em Jalisco, no México, que surge da organização de mulheres que participam de diferentes iniciativas produtivas e cidadãs para enfrentar a crise econômica e ambiental. Elas estão comprometidas com um projeto de economia solidária a partir de uma perspectiva feminista. Muitas mãos, de diferentes coletivos, organizações e grupos, se uniram ao projeto de forma solidária e colaborativa, para que o espaço fosse inaugurado em 24 de junho de 2015, com a festa de *San Juan*, na qual se celebra a fertilidade e o início da vida. Naquele dia, foi plantada a semente deste espaço educativo para outra economia possível.

Esta é uma experiência de organização coletiva de grupos e cooperativas de mulheres em rede para enfrentar este sistema econômico capitalista-patriarcal, que coloca a vida a serviço do capital. Ela se insere em um longo processo de experiências coletivas, saberes e aprendizados dos grupos, organizações e cooperativas de mulheres na busca de alternativas para melhorar sua qualidade de vida, a de suas famílias e de suas comunidades. Ao mesmo tempo, a organização contribui para o cuidado e defesa da natureza.

O mercado Flor de Luna comercializa produtos e artesanato de grupos de mulheres das regiões sul e sudeste, de Sierra de Amula, Valles, Ciénega, e regiões centrais do estado de Jalisco. Esse trabalho solidário uniu organizações e cooperativas de mulheres produtoras e artesãs de 17 municípios do estado de Jalisco: Ciudad Guzmán, Tuxpan, Tapalpa, Atemajac de Brizuela, Chiquilistlán, Atoyac, San Gabriel, Mazamitla, Zapopan, San Martín de las Flores, San Cristóbal Zapotitlán, Zapotiltic, El Salto, Tequila, Tepatitlán e Tlajomulco. Graças ao seu impacto, outras redes de produtores em Jalisco também se uniram. “Flor de Luna” é uma rede composta por

redes menores e que fortalece o consumo local, a economia das mulheres e de suas famílias, reduz a pegada ecológica e caminha para a soberania alimentar.

CULTIVAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA

No Flor de Luna, há uma grande variedade de produtos para alimentação e saúde, produtos orgânicos e naturais; além de artesanato, espaço para oficinas de capacitação e uma cafeteria.

Como parte dos produtos de medicina natural, são oferecidos produtos herbáceos (tinturas e microdoses, ervas medicinais para infusão, óleos, sabonetes medicinais) e pomadas (de neem, caroço de abacate e beladona, arnica, calêndula, peiete e cannabis). Para a higiene e estética, existem produtos como pastas e escovas de dente, cremes faciais, colágeno natural, shampoo, sabonete e creme para pentear.

Dentre os produtos comestíveis, o mercado oferece massas artesanais, torradas, hibisco, café orgânico de Chiapas e Jalisco, geleias de frutas da época, vinagre de abacaxi e maçã, *rompope*², chia, mel de abelha e agave, pimenta, óleo de coco, pão árabe, jocoque seco³, pão pita, biscoitos artesanais, rapadura, trigo, soja e feijão orgânico, queijo, cogumelos, tortilhas vegetais, ervas aromáticas, chocolate amargo com amendoim e amêndoas, aperitivos, chips de banana, beterraba e batata-doce.

Também estão disponíveis artesanatos de Chiapas e das regiões de Jalisco: bordados, blusas, xales, caminhos e toalhas, almofadas, cestos de palha e folhas de palmeira, colares, brincos e pulseiras de miçanga. A cafeteria oferece cappuccino, café coado e expresso, chá de ervas, infusões, chocolate quente, biscoitos feitos à mão, pamonhas vegetarianas, água fresca com frutas da estação e chás gelados.

2. N.T.: *Rompope*, também conhecida como “licor de ovos”, é uma bebida preparada com gemas de ovos, baunilha, canela, amêndoas moídas, leite, açúcar e licor.

3. N.T.: Coalhada típica mexicana.

As oficinas de capacitação oferecidas abordam temas como ecotecnologias (desidratadores solares), agroecologia (hortas urbanas e germinações), cozinha tradicional antiga, cozinha vegana e vegetariana (coalhadas e cremes veganos, transformação de grãos e brotos: soja, trigo, milho, etc.) e artesanato (tecelagem de bancos). Também são oferecidos treinamentos em fitoterapia, em produção de sabonetes de óleo reciclados, cataplasmas de argila, massagens e consultas com curandeiras tradicionais e quiropatas.

As estratégias de divulgação do mercado se dão através das redes sociais, da rádio e de indicações de boca a boca. Todos os meses, as cestas solidárias são distribuídas e as pessoas são convidadas para oficinas de treinamento e palestras temáticas, assim como podem acessar os serviços oferecidos pelas parceiras e promotoras de saúde.

AS CESTAS SOLIDÁRIAS: UMA ALIANÇA ENTRE O CAMPO E A CIDADE

A cesta é oferecida – com assinatura prévia – na primeira segunda-feira de cada mês, e é composta por 15 ovos orgânicos, pão vegano, 1 kg de tortilhas de milho de com nopal⁴, uma massa artesanal, 1kg de feijão, torradas de milho feitas com massa de tortilha, ervas aromáticas, mel, rapadura, queijo fresco, frutas e vegetais da estação. O objetivo da entrega das cestas é criar uma ponte entre produtoras/es e consumidoras/es na área urbana, incentivando o consumo local e conscientizando sobre saúde, alimentação, ecologia e respeito pela natureza. Desde a abertura do mercado, a entrega de cestas solidárias tem sido uma estratégia de venda, difusão e garantia de pagamento para os produtoras/es.

A iniciativa começou entre os membros da rede, com 15 cestas, e desde então o número de consumidores/as tem aumentado progressivamente. Até agora, existem 120 consumidores/as cadastrados, e são entregues 70 cestas a cada mês. Entretanto, é um desafio manter este número de entregas de cestas devido à falta de infraestrutura e espaço.

4. N.T.: Folha de cacto comestível.

A Rede de Produtoras/es que participam do fornecimento das cestas solidárias provém dos municípios de San Martín de las Flores, Santa Cruz de las Flores, Tlajomulco, Zapopan, Temacapulín, Zapotlán el Grande, Tapalpa, Atoyac e da região metropolitana. A logística é colaborativa, as e os produtores enviam seus produtos para o mercado através de amigos e conhecidos solidários, buscando não aumentar o preço dos produtos. Estudantes universitários e voluntários de outras organizações, amigos e parentes, prestam serviços na entrega de cestas.

Alguns dos desafios enfrentados pela experiência dizem respeito à gerar mais envolvimento dos consumidores na entrega da cesta e nas oficinas, ao pagamento antecipado da cesta de, pelo menos, uma semana para garantir um compromisso com produtores/as (o ideal seria o pagamento antecipado de alguns meses, mas enfrentam as dificuldades econômicas, especialmente durante a pandemia). Também estão entre os desafios assegurar o envolvimento das e dos produtores da Zona Metropolitana de Guadalajara, melhorar a gestão dos produtos e a campanha de consumidores conscientes. Para isso, o mercado formalizará progressivamente uma rede de consumo consciente e a sistematização da experiência administrativa e contábil, além de buscar uma melhor apropriação das ferramentas tecnológicas, como redes sociais e meios de comunicação. Dentro desse quadro, se coloca a necessidade de melhorar a apresentação de alguns dos produtos dos grupos de mulheres, além da já mencionada apropriação das ferramentas e uso das redes para comercialização.

A CONTRIBUIÇÃO DO MERCADINHO PARA A COMUNIDADE

O objetivo do Mercadinho Flor de Luna é oferecer produtos livres de agrotóxicos, naturais, artesanais e econômicos, que beneficiem a economia de produtoras/es e consumidoras/es, sua saúde e cuidados com a natureza. Além disso, promove o consumo local, consciente e solidário e, entre os objetivos do local,

está a construção de pontes entre o campo e a cidade, criando uma economia social alternativa, solidária e sustentável.

O projeto faz parte do programa de capacitação para mulheres, jovens e meninas da Escola para Defensoras dos Direitos Humanos e Ambientais Benita Galeana A.C., para aumentar o cuidado e o acesso aos recursos naturais, com alternativas sustentáveis. O nome da escola é uma homenagem a uma das pioneiras do feminismo no México, Benita Galeana, defensora dos direitos das mulheres e das trabalhadoras.

A escola fomenta processos de educação e conscientização entre as mulheres rurais para que elas possam se apropriar de conhecimentos e ferramentas que lhes permitam ter uma vida mais digna e livre da violência. Por mais de 30 anos, o trabalho da Escola para Defensoras em Jalisco tem ajudado mulheres de diferentes municípios a tomar consciência do que elas são capazes de fazer e a criar em seus próprios territórios, com seus próprios conhecimentos históricos. Foi assim que as cooperativas e coletivos de mulheres organizadas, que compõem a Rede de Produtoras de Jalisco Flor de Luna⁵, surgiram.

O objetivo é articular processos de economia social e solidária para a comercialização de produtos e artesanatos de cooperativas de mulheres rurais em 17 municípios do estado de Jalisco, a fim de fortalecer sua saúde e nutrição, sua economia e o bem-estar de suas famílias, sua liderança e de suas organizações. A experiência sintetiza a organização coletiva de mais de 20 anos de trabalho de cooperativas e grupos de mulheres produtoras e artesãs no estado de Jalisco. Durante todo esse tempo, as integrantes da Escola Benita Galeana têm construído processos de colaboração, participação e confiança mútua com os grupos e organizações de mulheres, o que tornou possível construir e fortalecer o projeto de comercialização no âmbito local. Podemos dizer, então, que este projeto surgiu a partir de uma base social e não econômica.

5. Disponível em: <<https://www.zonadocs.mx/2020/08/09/mercadito-flor-de-luna-la-red-de-mujeres-que-luchan-por-una-agricultura-para-la-vida/>>. Acesso em 9 de setembro de 2020.

POR UMA ALIMENTAÇÃO SEM AGROTÓXICOS, RUMO À SOBERANIA ALIMENTAR⁶

Desde a abertura do Mercadinho Solidário, as comunidades que participam dele têm obtido mais recursos econômicos e políticos para resistir à desapropriação de suas vidas e territórios. Através da agroecologia, as produtoras e produtores estão lutando contra a invasão de suas terras pelo agronegócio, que atua com fertilizantes químicos e pesticidas. Como assinala Eva Nelly, integrante do Mercadinho, “são iguais a doença e morte” para o meio ambiente, para si mesmos e para sua história. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) expõe que os pesticidas são altamente tóxicos para os seres humanos e para o meio ambiente.

De acordo com a pesquisa “Agrotóxicos: manchando a comida”, do Greenpeace do México (2015), quando agrotóxicos são aplicados nos cultivos, são absorvidos pelos alimentos e ficam impregnados até que sejam consumidos. Essas substâncias também podem permanecer no solo, no ar ou contaminar rios, nascentes e aquíferos através de escoamentos e infiltração. A organização ambientalista também afirma que é difícil medir o impacto quantitativo dos agrotóxicos na saúde, porque as doenças são multicausais, mas a exposição a agrotóxicos está relacionada ao aumento de doenças neurodegenerativas, como Parkinson e Alzheimer; câncer de próstata, pulmão e outros tipos de câncer, além de outros efeitos nocivos sobre os sistemas reprodutivo e imunológico.

As e os trabalhadores da agricultura, bem como suas famílias, são a população mais afetada devido ao contato direto com produtos químicos e pela precariedade do trabalho que enfrentam com frequência. Os agrotóxicos podem até mesmo estar presentes no leite materno, de modo que os recém-nascidos podem sofrer de desnutrição e outros problemas de saúde.

6. As informações desta seção foram extraídas do artigo de Ximena Torres em Zona Docs, “Mercadito Flor de Luna: la red de mujeres que luchan por una agricultura para la vida”, disponível em: <https://www.zonadocs.mx/2020/08/09/mercadito-flor-de-luna-la-red-de-mujeres-que-luchan-por-una-agricultura-para-la-vida/>

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) diz que a agricultura industrial, desmedida e voraz, “afeta a base de seu próprio futuro através da degradação do solo, salinização, extração excessiva de água e a redução da diversidade genética agrícola”. Por esta razão, para as e os produtores que abastecem o Mercado Flor de Luna, a agroecologia é uma opção de luta e resistência para enfrentar a invasão.

No Mercadinho, ficam somente os recursos necessários para custear o local e para pagar as mulheres que lá trabalham. Não há outros intermediários que buscam enriquecer, e graças a isso, algumas cooperativas prosperaram, como a cooperativa Saúde e Nutrição, Esperança de vida, que produz massas no povoado de Tapalpa, e A Flor de Atoyac, que produz mel neste município de Jalisco. Os consumidores também são beneficiados, uma vez que os alimentos levados às suas mesas estão livres dos agrotóxicos que enfraquecem a saúde, ao mesmo tempo em que contribuem diretamente para a vida digna das/os produtoras/es.

| PARA UMA ECONOMIA FEMINISTA, SOLIDÁRIA E SORORÁRIA

Para as organizadoras desta experiência, falar de economia social e solidária é falar de economia feminista e cooperativista em sua mais ampla expressão. Elas afirmam que as cooperativas que não contemplam a visão da economia feminista são cooperativas incompletas, pois o que a economia feminista faz é ampliar nossa estrutura conceitual de trabalho, incluindo não apenas o trabalho remunerado, mas tudo aquilo que é necessário para a produção da vida, como bens e serviços, relações, afetos e cuidados que todas as pessoas precisam ao longo de suas vidas.

A economia feminista permite a compreensão da interdependência entre os processos que garantem a sustentabilidade da sociedade e, além de revelar que a reprodução da vida é essencial para a produção de bens, afirma que o centro de nossa organização social e econômica não deve ser o mercado e os lucros, mas o cuidado com a vida.

A compreensão sobre o funcionamento de uma cooperativa é possível desde aquela primeira cooperativa, os lares, este pequeno espaço ao qual as mulheres foram relegadas há milhares de anos, desde que o trabalho foi dividido entre trabalho para homens e mulheres. Entender o que acontece dentro de casa é entender como a vida se torna sustentável; estas tarefas de cuidado são feitas de forma desproporcional pelas mulheres no dia a dia.

A intenção, assim, não é apenas tornar visível o trabalho doméstico e de cuidado, mas mostrar que essas tarefas invisibilizadas, pouco reconhecidas e não remuneradas são parte fundamental da economia do país e da realização das pessoas, embora o sistema capitalista só reconheça como produto de valor o que está na lógica do mercado. O cuidado e a reprodução da vida, que o patriarcado atribuiu às mulheres, não parecem ser tão valiosos e importantes para a sociedade e seu crescimento produtivo.

Neste sentido, é urgente reorganizar a economia, colocando no centro a sustentabilidade da vida humana e o trabalho em função do que ele proporciona em termos de crescimento pessoal, e não por sua medida mercantil ou seu valor de troca. E, conjuntamente, reorganizar social e culturalmente o cuidado através de uma responsabilidade social e familiar.

RESISTIMOS PARA VIVER, MARCHAMOS PARA TRANSFORMAR

O Mercado Flor de Luna é uma experiência concreta de como a economia feminista se transforma em uma ferramenta de luta e transformação, diretamente ligada à construção de sujeitos políticos coletivos. No contexto atual de emergência sanitária devido à covid-19, a importância de refletir sobre o cuidado torna-se ainda mais evidente: como nos alimentamos, como fortalecemos nosso sistema vital e em que empregamos nosso dinheiro.

Embora a pandemia seja certamente acompanhada por uma recessão econômica no país, o Mercadinho conseguiu superar a crise com a solidariedade e a confiança da-

queles que transportam seus produtos e daqueles que os consomem. Um mês após o início da quarentena, foi lançada a campanha “Quarta-feira Fresca” como uma alternativa à crise sanitária. A cada semana, produtoras/es e consumidoras/es redobram seus esforços e contribuem de forma solidária frente ao contexto atual. A resposta a esta iniciativa não se deve apenas ao cuidado com a saúde daqueles que consomem, também à solidariedade com o mercado e com aqueles que produzem, para evitar o fechamento parcial ou total das instalações, o que significaria a perda de renda de muitas famílias. Diante da crise sanitária, há uma oportunidade de fortalecer a criatividade e a organização para aumentar sua participação, a cooperação e a solidariedade para um sonho comum: mulheres livres em territórios livres e autônomos!

REFERÊNCIAS

Escuela de Defensoras Benita Galeana A.C. *Consumir en solidaridad*. Boletín de enlace de la Marcha Mundial de las Mujeres. Agosto 2020. Disponible en: <https://marchemondiale.org/index.php/2020/08/02/consumir-en-solidaridad/?lang=es>

GARCÍA, Carmen *Mercadito Alternativo Solidario “Flor de Luna”*. Sistematización. Documento interno.

MORA, Yunuen. *En Mercadito Flor de Luna, agricultoras resisten al uso de químicos*. Periódico El Informador. 20 Agosto 2020. Disponible en: <https://www.informador.mx/economia/En-Mercadito-Flor-de-Luna-agricultoras-resisten-al-uso-de-quimicos-20200820-0081.html>

TORRES, Ximena. *Mercadito Flor de Luna: la red de mujeres que luchan por una agricultura para la vida*. Zona Docs, 2020. Disponible en: <https://www.zonadocs.mx/2020/08/09/mercadito-flor-de-luna-la-red-de-mujeres-que-luchan-por-una-agricultura-para-la-vida/>

Resiliência e autonomia

EXPERIÊNCIAS DAS AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS NO VALE DO RIBEIRA/SP

LILIAM TELLES¹
SHEYLA SAORI IYUSUKA²
VIVIAN FERREIRA FRANCO³

1. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E GRUPO DE TRABALHO DE MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA.

2. SOF E MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.

3. SOF E MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.



I INTRODUÇÃO

A economista Amaia Pérez Orozco (2017) afirma que as teóricas feministas fazem uma crítica muito potente sobre o sistema econômico, mas que há sempre uma inquietude a ser respondida: além das críticas no nível teórico, há propostas concretas para a subversão feminista da economia?

Este trabalho busca demonstrar como os aportes teóricos da economia feminista de ruptura e da agroecologia se traduzem em métodos analíticos, metodologias participativas, instrumentos pedagógicos e alimentam a ação política. Ao mesmo tempo, expor como a ação prática subsidia as reflexões coletivas e as novas formulações teóricas, num movimento de retroalimentação entre teoria e prática.

No Brasil, afirmamos que a agroecologia é ciência, prática e movimento, embora haja ainda distintas acepções conceituais, especialmente no campo acadêmico, também refletidas na prática das organizações. Ainda tem força uma visão tecnicista da agroecologia, que a limita à mudança no modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos, ainda que, em alguns casos, os vieses econômico e sociológico possam ser incorporados nas análises. As mulheres têm apontado outros sentidos políticos para o conceito de agroecologia, distanciando-se cada vez mais dessa visão.

O Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) tem sido o palco para a confluência de lutas, perspectivas políticas e ações práticas entre as mulheres organizadas em seus movimentos, e um espaço importante para as conexões entre economia feminista e agroecologia. Para o GT Mulheres da ANA, a agroecologia deve ser compreendida como um projeto de vida,

que busca transformar nossa relação com a natureza, mas também as relações entre as pessoas, com base nos princípios da igualdade, da solidariedade e da justiça: “(...) a agroecologia não é só prática, mas ainda o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente” (ANA, 2018). Por esse motivo, afirmam que a agroecologia é necessariamente feminista, anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbica.

Em diálogo com a economia feminista, essa perspectiva permite problematizar o modo como a divisão sexual do trabalho afeta a vida das mulheres. A economia feminista faz críticas profundas à forma como a economia hegemônica se concentra apenas nas relações de mercado e como desconsidera uma enorme quantidade de trabalho e atividades não mercantis necessárias para a sustentabilidade da vida. A partir da prática das organizações, ela se traduz em ações concretas, novas metodologias de trabalho e propostas para a incidência política para transformar a vida das mulheres.

Fruto deste processo de reflexão, ação prática e incidência política, em 2015, ainda durante o governo Dilma, o governo federal implementou a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para as Mulheres, como parte das ações afirmativas para a igualdade de gênero. Esta foi uma resposta às reivindicações das mulheres do movimento sindical, agroecológico e feminista no Brasil. Foi nesse contexto que a SOF Sempre Viva Organização Feminista iniciou a prestação de serviço público de ATER agroecológica junto com 240 mulheres no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

Essa ação de assessoria técnica às agricultoras na perspectiva agroecológica e feminista tem inspirado processos de reflexão em diferentes espaços de articulação, como o GT Mulheres da ANA, a Marcha Mundial das Mulheres e a Rede Economia e Feminismo (REF). O presente artigo traz algumas destas reflexões e aprendizados para uma prática feminista de transformação social a partir das conexões entre feminismo e agroecologia.

O VALE DO RIBEIRA: TERRITÓRIO DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

O Vale do Ribeira se situa no sudeste do estado de São Paulo e é uma das mais antigas regiões de colonização do país. Abriga uma enorme diversidade sociocultural, representada pela agricultura familiar e camponesa, por comunidades indígenas e quilombolas⁴, mas também ocupada por grandes fazendas e latifúndios (propriedades extensas com pouca ou nenhuma produtividade agrícola). É a maior porção contínua de Mata Atlântica do Brasil e, apesar desta sociobiodiversidade, a região com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado de São Paulo (IBGE, 2006).

Historicamente, essa região se tornou palco de muitos conflitos entre grandes projetos de “desenvolvimento” (construção de estradas, barragens e empreendimentos da mineração, projetos de pagamentos por serviços ambientais etc.), a criação de unidades de conservação e a luta das comunidades tradicionais pela manutenção de seus modos de vida.

A partir da década de 1980, teve início um processo de auto-organização na região como Comunidade Negra do Vale do Ribeira, que, posteriormente, possibilitou o reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos em toda a região.

Na década de 1990, iniciou-se o processo de disseminação da agrofloresta como um modelo de produção sustentável, compatível com as limitações impostas pelas Unidades de Conservação na região. Em 2003, foi constituída a Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, através da qual se fortalecem as iniciativas para a comercialização dos produtos em circuitos curtos de comercialização.

4. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, o termo quilombo se refere a “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo de cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

A partir de 2015, com o início da execução dos serviços de ATER para Mulheres, a SOF passa a atuar sistematicamente na região, envolvendo agricultoras familiares, pescadoras, marisqueiras, indígenas e quilombolas do Vale do Ribeira. Nesse processo percebeu-se nitidamente a presença dos quintais diversificados, denominados quintais agroflorestais, com a predominância do trabalho exclusivo das mulheres nesses subsistemas produtivos.



FIGURA 1
QUINTAL AGROFLORESTAL DE
UMA AGRICULTORA DO VALE DO
RIBEIRA/SP

Também foram perceptíveis os intensos processos de resistência das comunidades quilombolas e de agricultores/as familiares aos conflitos socioambientais e fundiários na região. A produção agroflorestal, a organização sociopolítica e econômica das mulheres e a construção social de mercados estão entre essas iniciativas de resistência e serão mais bem detalhadas a seguir.

TERRITÓRIO E TRABALHO: OUTROS OLHARES NA PERSPECTIVA DAS MULHERES

Segundo Emma Siliprandi (2015), são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. Ao contrário do que possa afirmar o senso comum, este maior engajamento das mulheres nos processos de conservação ambiental não se dá por uma suposta essência maternal e cuidadora, e sim por uma construção social.

As mulheres sofrem as consequências diretas da degradação ambiental, o que as faz aguçar a percepção sobre os bens comuns. Elas precisam, por exemplo, se deslocar por distâncias maiores para buscar água ou lenha para cozinhar quando esses recursos são escassos ou quando o custo do gás de cozinha fica muito alto, em função das políticas econômicas ultraliberais impostas pelo governo. Quando alguém fica doente na família, é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados que, muitas vezes, depende da qualidade ambiental de remanescentes florestais.

Em rodas de conversa realizadas pela SOF como parte da metodologia de assessoria técnica, as mulheres associaram o uso de agrotóxicos com certos problemas de saúde, como crises alérgicas em crianças, manchas na pele, infecções e dores. Isso mostra que é o papel social atribuído às mulheres, vinculado à esfera doméstica, que condiciona o seu olhar e sua prática para o cuidado com as pessoas e os bens comuns, expressos no seu maior envolvimento na transição agroecológica dos agroecossistemas.

No âmbito dos trabalhos que envolvem a produção e a vida no território, as mulheres afirmam que a presença das Unidades de Conservação reduziu a autonomia de quem vivia ali, impedindo a manutenção dos modos tradicionais de plantio em sistema de coivara, reduzindo a liberdade de transitar no território e de se sentir parte dele. Iyusuka (2018, p. 9) descreve os relatos das agricultoras sobre este período:

(...) a polícia ambiental aumenta sua fiscalização, questiona a maneira de plantar e produzir nas roças, exige que as pessoas comecem a fiscalizar seus vizinhos e parentes, dá rádios para as pessoas se comunicarem com o parque e fazerem denúncias. Uma agricultora lembra que, nesse período de fiscalização mais acirrada, não podia mexer nem no mato que estava crescendo ao redor de casa, e relata que foi um período de muita confusão e brigas entre as pessoas da comunidade: "colocavam uns contra os outros, parecia que era de propósito".

A política de limitação das áreas cultiváveis e a presença de instituições que impulsionavam o discurso conservacionista modificaram as relações de trabalho das comunidades tradicionais e das famílias agricultoras. As roças itinerantes (coivara) foram criminalizadas e passaram a ser consideradas práticas ilegais. Atualmente, após anos de luta para reconhecimento das práticas tradicionais de produção, as comunidades quilombolas podem, em caráter emergencial, obter licenças para o plantio no sistema tradicional.

As roças itinerantes por muito tempo foram a combinação entre cultivo de roça e criação de animais de pequenos portes. Fazia parte de um sistema de alternância de uso do solo. Os porcos eram criados soltos sobre as roças abandonadas, que chamamos de tiguera nas famílias quilombolas, alimentando-se do resto ali existente. As novas roças eram realizadas do lado oposto do rio, para evitar que os porcos delas se alimentassem e/ou as pisoteassem. [...] Hoje esta realidade tem sido alterada, mas não por completo, devido às limitações, à criminalização de nossas práticas de produção e técnicas tradicionais de trabalho sociocultural ambiental (PEREIRA, 2019).

As agroflorestas foram muito incentivadas por projetos ambientais, através de organizações como a Cooperafloresta, como uma alternativa às roças de coivara. Ao desenhar os agroecossistemas, as mulheres mostram que algumas espécies vegetais são plantadas próximas às casas, nos quintais, e outras são coletadas apenas no "mato". Durante uma roda de conversa, revelaram que:

Sempre fizemos agrofloresta. Sempre plantamos tudo junto. As roças é tudo do lado da floresta hoje porque era costume plantar junto com a floresta. A gente também podia fazer queimada, hoje não. Hoje a agrofloresta é um pouco diferente.

A relação entre as pessoas de algumas comunidades quilombolas com a agrofloresta é ambivalente. Algumas entendem que esta prática traz benefícios à conservação dos fragmentos florestais e, ao mesmo tempo, contribuem para a segurança alimentar e a geração de renda para as famílias. Outras questionam a introdução de novas técnicas de manejo da biodiversidade, como as agroflorestas, que desconsideram os conhecimentos ancestrais na prática da coivara.

O olhar das mulheres sobre o território expõe mudanças no ambiente, como a poluição dos rios, mortes de peixes, doenças nas crianças, o agrotóxico pulverizado, novas doenças e “pragas” nas plantações. Por outro lado, suas práticas agroecológicas são responsáveis pela manutenção da sociobiodiversidade do território, pela guarda de sementes e mudas, produção sem agrotóxicos, trocas de plantas, raças de animais e de receitas. Iyusuka (2018) afirma que:

(...) é justamente porque as mulheres transitam no território que a preservação da diversidade existe. Uma agricultora questionando a presença dos projetos de economia verde afirmou que não tem lógica limitarem as pessoas e sua relação de troca com a natureza, e ainda colocarem cercas dizendo que é para preservação. E, depois da cerca colocada, aparecer projetos para ensinar o povo a fazer manutenção das sementes (IYUSUKA, 2018).

Além de um olhar crítico sobre o território, a assessoria técnica feita pela SOF às agricultoras também mobilizou reflexões sobre a organização do trabalho na propriedade. Para isso, utilizou como ferramentas o Mapa da Sociobiodiversidade e o Mapa da Divisão Sexual do Trabalho⁵, onde as mulheres desenharam os diferentes subsistemas, seus usos e de quem era a responsabilidade nesses espaços. Desse exercício foi possível perceber que as áreas de roçados e pastos muitas vezes são de responsabilidade masculina, e aquelas próximas às casas, incluindo a criação de pequenos animais, são de responsabilidade das mulheres.

As agricultoras relataram também que o uso de agrotóxicos e ferramentas consideradas “mais pesadas” estavam sob responsabilidade dos homens, geralmente nos

5. Para saber mais, acesse: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/guia-metodologico-da-caderneta-agroecologica-294.pdf>.

monocultivos (produção de banana, pupunha e outros) destinados para o mercado. A proximidade entre as áreas de produção das mulheres e as casas, e a interação social resultante desta condição, está relacionada ao papel atribuído a elas na esfera reprodutiva, exercido no núcleo da família e na vida comunitária. Por este motivo, boa parte da produção protagonizada pelas agricultoras é destinada à esfera não mercantil, como o autoconsumo, a doação e as trocas com a vizinhança.

O Mapa da Divisão Sexual do Trabalho também indicou um acúmulo do trabalho doméstico e de cuidados sob responsabilidade das mulheres, o que também é evidenciado nas estatísticas oficiais. Segundo Karla Hora e Andrea Butto (2014), as mulheres rurais trabalham em média 55,3 horas por semana, incluindo o trabalho doméstico, enquanto os homens trabalham 47,7 horas. Nas atividades que envolveram as mulheres, ao comparar as horas trabalhadas por elas com as dos homens, foi comum ouvir: “sou a primeira a acordar e a última a dormir”, “parece que o dia de trabalho não tem fim” ou “meu marido tem coragem de me falar que não fiz nada o dia inteiro, que só fiquei em casa”.

Essa é uma das expressões concretas da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres. Como consequência, as atividades relacionadas à reprodução social (incluindo o trabalho doméstico e de cuidados e todas as atividades relacionadas à produção não mercantil) recaem sob a responsabilidade das mulheres, enquanto o mundo público (da política, da produção mercantil e do mercado) é concebido como de domínio masculino (KERGOAT, 2003).

Diferentes estudos evidenciam que as mulheres rurais realizam tanto o trabalho produtivo como o reprodutivo, mas, historicamente, uma parte considerável das atividades produtivas realizadas por elas é considerada como extensão do trabalho doméstico. Ao colocar a sustentabilidade da vida no centro das análises econômicas, a economia feminista se contrapõe a esta lógica, ressignificando as práticas sociais e o trabalho realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo, a agroecologia permite evidenciar o conjunto de atividades realizadas pelas agricultoras e sua contribuição

para a segurança e soberania alimentar, para a conservação da sociobiodiversidade e também para a economia.



FIGURA 2
GRUPO DE MULHERES DO
VIVEIRO COMUNITÁRIO RIO
VERMELHO

Essas experiências, compartilhadas coletivamente, possibilitam às mulheres forjar maneiras de seguir vivendo e resistindo às pressões de um território em constante conflito. Também permitem transformar as relações de poder no interior da família e na relação com diferentes atores.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E MONITORAMENTO DA PRODUÇÃO ECONÔMICA: POR UMA VIDA COM MAIS AUTONOMIA

A auto-organização dos grupos de mulheres e a construção social de mercados para ampliar a geração de renda têm sido um exercício constante e desafiador para a construção da autonomia econômica com as agricultoras. Para isso, foram desenvolvidas ações de organização e monitoramento da produção e de cons-

trução de novos canais de comercialização para a diversidade de produtos das agricultoras, tendo como base os princípios da agroecologia, do feminismo e da economia solidária.

Uma das ferramentas adotadas para dar visibilidade à contribuição econômica monetária e não monetária das agricultoras foi a Caderneta Agroecológica (CA), um instrumento político e pedagógico, inspirado nas ideias da economia feminista, criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA/ZM), para tornar visível o conjunto de atividades produtivas protagonizadas pelas mulheres do campo agroecológico.

Cada página da CA está organizada por quatro colunas: consumo, doação, troca e venda, onde são anotadas as informações referentes ao tipo de produto, quantidade e valor monetário da produção. A Figura 3, abaixo, ilustra uma página da CA com os registros de uma agricultora de Barra do Turvo/SP.

QTD	CONSUMIDOR	QTD	PROD	PROD	PROD
01	Frango	2500	calças Alfaca	2500	4c. alfaca
3	kg. Zucini	500	2 kg. Zucini	500	troquei com
1	maço abacate	200	5 calças Alfaca	500	batatas
1	maço abacate	200	2 Duzia de ovos	400	
36	OVOS	1000	2 mamão	400	
5	kg. Feijão	2500	5 Calças alfaca	500	
2	duzia limão	200			
2	kg. mandarina	200			
01	Frango	2500			
02	maço de couve	200			
10	knuffles milho	4000			
5	calças Alfaca	500			
1	mamão	200			
10	mandarinas	2000			
3	DUZIA de ovos	200			


 Mônica
 Agrotécologia

11100
 Consuma produtos da sua propriedade, isso é sua maior segurança!



FIGURA 3. CADERNETA AGROECOLÓGICA PREENCHIDA POR AGRICULTORA DE BARRA DO TURVO/SP

As redes, organizações e movimentos sociais que compõem o GT Mulheres da ANA executaram um projeto para a ampliação do uso das CA no Brasil que, ao todo, envolveu cerca de 300 agricultoras. Dentre estas, 30 eram mulheres do Vale do Ribeira assessoradas pela SOF. O exercício de preencher a CA trouxe reflexões importantes sobre o trabalho e o que é produzido nos quintais e terreiros. É o que ilustra a fala de uma agricultora de Iporanga:

Os quintais não são valorizados como espaços produtivos e rentáveis, pouco ou nenhum investimento é realizado pela família ou visto como área com potencial de financiamento pelos bancos ou mesmo dividindo o tempo dos trabalhos da roça com as atividades domésticas, dizem que as mulheres não fazem nada (...)

A Caderneta Agroecológica foi um importante instrumento para dar visibilidade ao trabalho realizado pelas agricultoras. As relações de consumo, doação e troca passaram a ser vistas também por seu aporte econômico. Dessa forma, diferentes relações (mercantis e não mercantis) da produção econômica das mulheres se tornaram visíveis (TELLES, 2018).

Durante o exercício de anotação das CA, percebemos que as colunas destinadas ao autoconsumo foram preenchidas, mas apenas alguns produtos foram precificados. Ao perguntar às agricultoras sobre o motivo, elas responderam que foi difícil colocar valor num alimento que é produzido para o “gasto da casa”. Em boa parte dos casos, aquele produto carrega um valor simbólico que “não tem preço”, como as próprias agricultoras relataram. Isso mostra que há outras motivações não mercantis que envolvem as relações socioeconômicas praticadas por elas.

Algumas agricultoras ligadas à Cooperafloresta e às associações das comunidades quilombolas conseguiram precificar de acordo com os mercados que acessavam: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, os valores adotados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estão baseados em relações de mercado – não consideram, portanto, o tempo e a força de trabalho colocada na produção ou mesmo o valor simbólico daquele alimento que pode ser destinado para consumo ou doação.

Nem todas as relações de produção e distribuição se dão por meio do mercado. Ao mesmo tempo, nem todos os mercados funcionam com base em relações estritamente capitalistas. É o que mostra a iniciativa desenvolvida a partir de 2016 pela SOF, em conjunto com as agricultoras, para a construção de um circuito solidário de produção e consumo. O circuito envolve: oito grupos de mulheres do município de Barra do Turvo que se articulam na Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA)⁶; uma apiculadora do município de Pariqueira-Açu; e oito grupos de consumo⁷, todos localizados na cidade de São Paulo e região metropolitana.

Esse circuito se iniciou pelo reconhecimento e valorização dos produtos dos quintais das agricultoras, incentivadas a comercializar o excedente da produção para o autoconsumo. Foi coletivamente construído através de encontros semestrais entre as mulheres e os grupos de consumo, onde foram feitos os acordos e a precificação justa, o que permanece sendo um exercício constante.



FIGURA 4
ENCONTRO DAS AGRICULTORAS
COM GRUPOS DE CONSUMO

6. Grupo das Margaridas, Perobas, Rochas, Grupo Esperança, Grupos de mulheres do Rio Vermelho, do bairro Conchas e do quilombo Ribeirão Grande e Grupo Rosas do Vale, que inclui o Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira.

7. ComerAtivamente, CAUS – Coletivo Agroecológico Urbana Social, CRU Solo – Conexão Rural Urbano Social, CRU Associação Oeste, Horta di Gueto, Feminismo e Agroecologia – SOF, CUCA e Ponto de Economia Solidária.

O circuito solidário de produção e consumo foi tecido por muitas mãos, com base em relações de confiança e numa ética feminista. Partiu da valorização do trabalho das agricultoras e da aproximação entre campo e cidade, produção e consumo, agroecologia e feminismo. Atualmente, os grupos de consumo recebem uma lista de oferta com uma diversidade de aproximadamente 95 tipos de alimentos in natura e quase 90 alimentos transformados artesanalmente, além de uma variedade de mudas florestais da mata atlântica e produtos com fins medicinais, totalizando mais de 240 itens que vêm dos quintais e das agroflorestas.



FIGURA 5
PRODUTOS DOS QUINTAIS DAS
AGRICULTORAS.

A Figura 6, a seguir, faz uma representação do processo de comercialização criado em um dos encontros entre consumidoras/es e agricultoras:

A experiência da construção de mercados com os grupos da Barra do Turvo é um processo vivo e cheio de matizes que vão aparecendo na medida em que a dinâmica é colocada em prática. Apesar dos conflitos e da complexidade do processo, as agricultoras têm conseguido estabelecer suas vontades, lidar com situações novas e ajustar acordos de forma a manter a autogestão nos grupos.

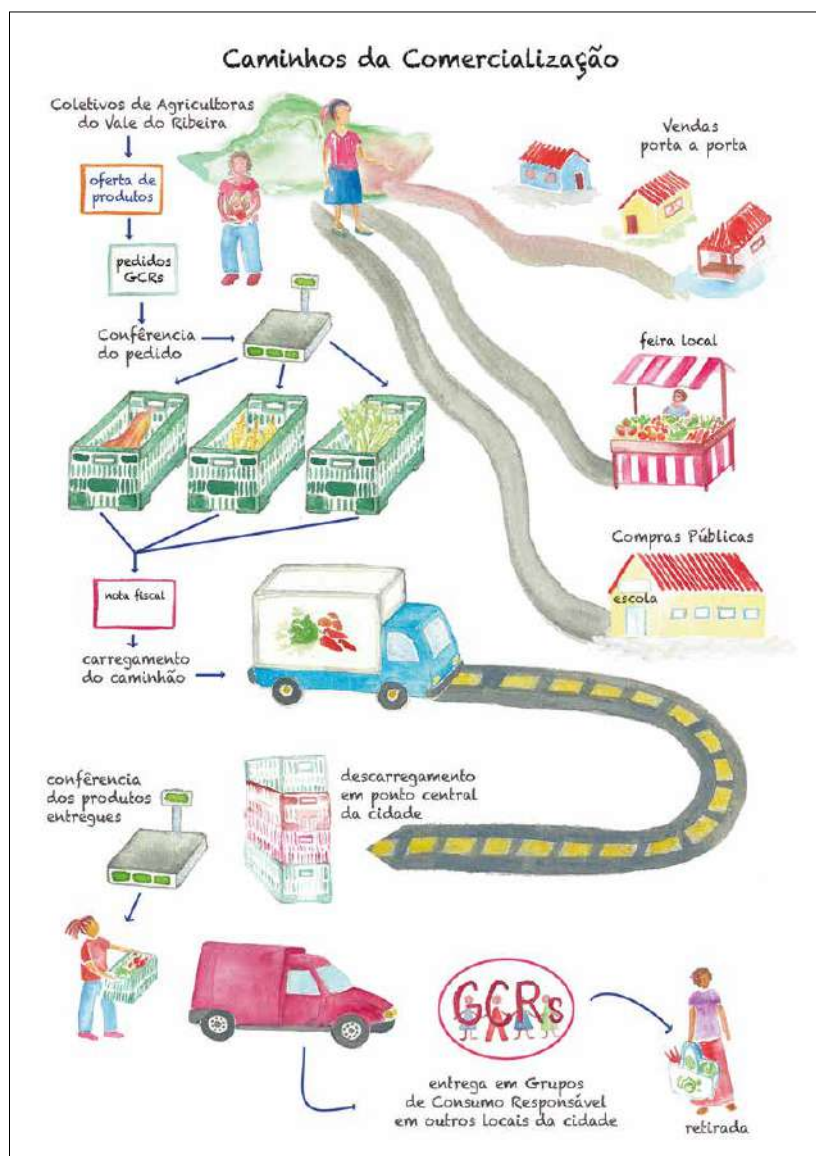


FIGURA 6
CIRCUITO SOLIDÁRIO DE
PRODUÇÃO E CONSUMO¹

1. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>

Conforme afirma Telles (2018, p. 149), “(...) não se trata simplesmente de adquirir ou vender produtos em um mercado convencional. Valores como a confiança e a solidariedade permeiam todo o processo e o mercado passa a ser um caminho para fortalecer os grupos de mulheres”. Nessa construção, ampliam-se as possibilidades de alterar as relações de poder na unidade familiar e, ao mesmo tempo, construir laços sociais mais permanentes entre campo e cidade.

A autonomia econômica envolve também a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos e de colocar em prática essas decisões. Muitas vezes, a resistência dos homens da comunidade é um obstáculo que as mulheres enfrentam. Fazem parte da construção permanente da autonomia econômica as discussões sobre a produção e a busca de equilíbrio individual e coletivo entre o que é produzido para o autoconsumo e o que é para ser vendido nos mercados locais, institucionais ou para os grupos de consumo. Tudo isso coloca em prática os princípios da economia feminista e solidária e da agroecologia.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da agroecologia no Brasil é influenciada e influencia o movimento feminista. Ao mesmo tempo em que a crítica feminista ao modelo de desenvolvimento e à mercantilização conta com muitas contribuições da agroecologia, a economia feminista tem sido uma fonte de inspiração para pensar novos processos, novas metodologias e formulações teóricas.

A experiência relatada teve impactos positivos para a luta das mulheres no território, para a segurança alimentar das famílias e para a geração de renda a partir de mercados construídos socialmente e mediados por valores como a confiança e a reciprocidade. O monitoramento da produção econômica das agricultoras por meio das Cadernetas Agroecológicas possibilitou dar visibilidade ao trabalho não mercantil realizado pelas mulheres, voltado para o autoconsumo da família ou para as relações de reciprocidade, como a doação e troca, estabelecidas com grupos mais próximos, na família ou na comunidade.

Há um aprofundamento na percepção sobre a contribuição econômica e a segurança alimentar das famílias, decorrente desse conjunto de atividades não monetárias realizadas pelas agricultoras. Isso, somado à inserção em mercados que remuneram melhor o seu trabalho e os seus produtos, tem possibilitado às mulheres a alteração nas relações desiguais de poder, seja no âmbito familiar ou nos espaços públicos nos quais participam.

Num território atravessado por conflitos pelo controle dos bens comuns e pela mercantilização das esferas da vida, as análises e práticas feministas para a construção da agroecologia e transformação da economia têm contribuído para uma maior autonomia das mulheres em Barra do Turvo. Ao mesmo tempo, as experiências concretas, base para a produção do conhecimento, têm aportado novas ideias, reflexões e perspectivas analíticas para a construção da economia feminista e para uma nova sociedade, livre de todas as formas de opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Rios da memória das mulheres da agroecologia*. IV Encontro Nacional de Agroecologia. 2018. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2018/06/03/rios-da-memoria-das-mulheres-da-agroecologia/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar*.

IYUSUKA, Sheyla Saori. O território ameaçado: Vale do Ribeira/SP. *Debates Feministas*, n. 11. SOF. 2018. Disponível em: <https://www.sof.org.br/o-territorio-ameacado-vale-do-ribeirasp/>

PEREIRA, Nilce. *Como foi o Mutirão de práticas agroecológicas, economia feminista e solidária no Vale do Ribeira*. Disponível em: <https://www.sof.org.br/como-foi-o-mutirao-de-praticas-agroecologicas-economia-feminista-e-solidaria-no-vale-do-ribeira-por-nilce-pontes-pereira/>

OROZCO, Amaia Pérez. ¿Espacios económicos de subversión feminista? In: BENGUA, C. C.; CORRAL, C.D. (ed.). *Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas*. Barcelona: Entrepueblos, 2017. pp. 29-58. Disponível em: https://www.entrepueblos.org/wp-content/uploads/2017/07/Libro-Economia-feminista_web.pdf

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018. 84p. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015

TELLES, Liliam. *Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais: 2018

Economia Feminista e o Bem Viver

UMA PROPOSTA PARA
A RESISTÊNCIA
E A REEXISTÊNCIA

ALIANÇA POLÍTICA
SETOR DE MULHERES¹

1. A ALIANÇA POLÍTICA SETOR DE MULHERES INTEGRA A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NA GUATEMALA - IXIMULEU.



A economia feminista é, para as mulheres, uma ferramenta de análise do feminismo que contribui para situar o lugar que ocupamos neste universo; um exercício político para compreender nossos desconfortos e bem-estar. O bem viver, uma proposta de vida que os povos originários têm mantido viva como parte da resistência, tem permitido a sustentabilidade da vida, protegendo os saberes e as práticas ancestrais que as mulheres recriam diariamente a partir de seus povos e territórios.

Assim, a economia feminista e o bem viver elaboram categorias de análise como: divisão sexual e racial do trabalho, o cuidado da rede de reprodução da vida, trabalho de cuidado remunerado e não remunerado das mulheres, e desafia os modos de reprodução da vida. Isto nos permite desenvolver uma análise crítica do ciclo de acumulação do capital através do papel tradicional das mulheres na economia clássica e neoclássica, no que se refere ao consumo, produção e comercialização de bens e à desapropriação de corpos, territórios, da mãe terra e do cosmos.

Essas duas práticas nos permitem visualizar, no privado e no público, como o trabalho de cuidado e reprodutivo que as mulheres fazem contribui para a economia mundial, nos ajudando a descobrir tudo aquilo que reforça a reprodução como uma tarefa natural do ser mulher. Portanto, é necessário reconhecer a contribuição para a reprodução da vida em todas as suas formas, pois é através deste trabalho de cuidado que se garante a reprodução da saúde, educação, alimentação, afeto, espiritualidade, identidade, trabalho, participação, relações sociais e relações com os seres vivos.

O cuidado da rede da vida é produzido e entregue principalmente pelas mulheres e pela natureza, que fornecem os recursos para a vida, para as necessidades humanas fundamentais, tais como água, ar, terra, alimentos e conhecimento.

A economia feminista propõe a transformação das relações de poder entre homens, mulheres e natureza, a redistribuição igualitária do trabalho de cuidado, bem como seu direito à recreação, ao prazer, ao ócio e a uma vida sem violência. Propõe que o empoderamento da produção política das mulheres tem a ver com a apropriação, valorização dos saberes e poderes para o reconhecimento de que os corpos são um lugar de conhecimento.

A economia feminista faz uma crítica permanente às propostas capitalistas e neoliberais que impulsionam a acumulação de capital, o crescimento econômico perpétuo, a mercantilização e espoliação da natureza para acumular dinheiro e riqueza, que provocam o empobrecimento dos povos, sobretudo das mulheres.

A economia feminista e o bem viver, como propostas políticas, epistêmicas e analíticas, nos permitem ir mais fundo nas realidades que vivemos. Para isso, fizemos um processo de recuperação da memória histórica, entendendo que um dos fatos que marcam a própria vida é a colonização e a despossessão que ocorreu a partir da invasão dos territórios e corpos de mulheres.

Compreendemos como esses desejos se materializam em nossos corpos e como o modelo econômico capitalista, colonial e patriarcal funciona, gerando uma visão mercantilizada do bem-estar, das necessidades e dos recursos para a vida. A partir da economia feminista e da cosmovisão dos povos originários, entendemos e revalorizamos a rede da vida, dando um conteúdo diferente ao conceito de necessidades para viver e entendendo que os recursos para a vida são água, sementes, cuidado, lazer, conhecimento, fogo, entre outros. Isto nos permitiu colocar a vida no centro e deslocar o mercado, uma ação que implica uma proposta de longo prazo nas vidas pessoais e coletivas.

Isto significa uma responsabilidade social e ética de vida; a conservação dos ecossistemas e o reconhecimento dos direitos da natureza têm a ver com a relação harmoniosa entre os seres humanos, individual e coletivamente, com a recuperação da autonomia, incluindo a do corpo, decidindo viver livremente com ele em equilíbrio com a natureza e o planeta, como uma definição da rede da vida.

Como Aliança Política Setor de Mulheres (APSM), acolhemos a proposta dos povos indígenas e originários de recuperar, posicionar e seguir aprofundando e construindo a proposta do **Bem Viver – UTZ KASLEMAL para os povos indígenas da Guatemala** – e da Economia Feminista, e que nós, mulheres indígenas e mestiças do APSM, chamamos de **UTZ KASLEMAL IXOQUIB**¹, como uma proposta política, econômica, ecológica e cultural alternativa que coloca no centro a relação equilibrada e respeitosa dos seres humanos, homens e mulheres, com a natureza e o cosmos².

Reconhecemos as contribuições e reflexões de diversas cosmovisões das mulheres Maias e Xinkas, e entendemos o bem viver como uma proposta sistêmica e filosófica que propõe elementos concretos para melhorar a vida e as capacidades dos seres do planeta, em que as relações entre humanas e humanos permitem a felicidade, a criatividade e o fortalecimento de seu ser e de suas capacidades para a Rede da Vida.

Esta proposta implica romper com o poder eurocêntrico e colonialista, com o capitalismo predatório, explorador, racista, militarista e patriarcal, que se caracteriza pela imposição de políticas econômicas e de “desenvolvimento” às mulheres e aos povos indígenas do continente. Também implica respeitar a cultura milenar viva, com saberes ancestrais e seus próprios sistemas de convivência, com a participação de mulheres e homens, e exige cumprir e respeitar os direitos à livre autodeterminação.

A memória é o terceiro elemento na defesa do território corpo – terra. Para a APSM, é o espaço que nos conecta a nossas ancestrais, que nos dá continuidade e nos permite retomar o passado, passando pelo presente para gerar o futuro. Tudo tem uma história: nós, enquanto Setor, as comunidades, os povos. Neste território, enfrentamos uma história que foi imposta, mas esta história pode ser alterada, modificada, reinterpretada e transformada, e podemos recuperar a nossa, a nossa própria, aquela que nos recupera como sujeitos em resistência, em construção e em recuperação do futuro.

1. Neste texto utilizamos trechos da Plataforma Política da Aliança Política do Setor de Mulheres - Plano Estratégico 2014-2018 - O Bem Viver como um projeto emancipatório.

2. As discussões na América Latina sobre o conceito e a proposta de bem viver são diversas. A interpretação que o filósofo latino-americano Enrique Dussel faz de “O bem viver”, apresenta-o como uma proposta de vida tal como compreendida pelos povos indígenas de Abya Yala; não se refere a “viver bem” do ponto de vista ocidental. “Como dizem os povos indígenas, isso significa ‘devemos viver’ e é uma exigência ético-política”, diz ele. O bem viver é um projeto antiextrativista que respeita a Mãe Terra e exige um estado multicultural. Não é apenas econômico, é político, autogerido e participativo.

Em Iximuleu³ há uma luta de resistência, que tem as mulheres e os povos indígenas como protagonistas contra os megaprojetos extrativistas, racistas, capitalistas, militaristas e neoliberais. Estes colocam no centro a riqueza excessiva e predatória e o saqueio de bens comuns e recursos naturais, em uma clara apropriação e exploração dos territórios–corpos das mulheres e dos territórios das mulheres e povos indígenas, que vulnerabilizam e violam seus direitos individuais e coletivos, impondo um contexto de terror e violência.

Este saque explorador e predatório é material, cultural e simbólico e se expressa, por um lado, na crescente demanda de terras para o agronegócio em larga escala, por grandes empresas locais e transnacionais, que estão mudando o uso da terra em territórios indígenas, gerando também o desmatamento, a apropriação e o tráfico de terras e a violência política, com a criminalização de autoridades comunitárias, defensores/as da terra, movimentos sociais, mulheres e feministas. Entre outros, amplia a extração de petróleo, mineração, monocultura, construção de grandes usinas hidrelétricas, gerando inundações, contaminação e afetando a biodiversidade, a produção de alimentos, a água e os lugares sagrados de comunidades e povos.

Por outro lado, essas empresas transnacionais e nacionais também se apropriam, exploram e mercantilizam toda expressão simbólica e cultural, folclorizam e mercantilizam nossas identidades e o simbolismo dos tecidos das mulheres indígenas. Existem, ainda, o extrativismo dos dos saberes e conhecimentos das mulheres, tais como o cuidado.

NESTE SENTIDO, COMO MULHERES E FEMINISTAS,
DEFINIMOS NOSSAS APOSTAS POLÍTICAS PARA
A DEFESA DO TERRITÓRIO
CORPO – TERRA – MEMÓRIA E NATUREZA

Buscamos promover novas formas de ser mulher a partir da autonomia de nosso território corpo–terra, memória e história, questionando a estratégia de segurança e geopolítica de controle dos Estados Unidos e outras potências mundiais, as transna-

3. N.E.: Iximuleu é o nome maia para o território conhecido como Guatemala.

cionais e os poderes factuais, a luta contra a mercantilização dos corpos das mulheres e a luta contra os fundamentalismos religiosos.

Que as mulheres possam tecer, fortalecer e ampliar a cumplicidade entre si, fortalecer a organização coletiva e comunitária para defender a terra, a água, os bens comuns, a memória, buscando aproximação e segurança frente ao Estado criminoso, e posicionando a proposta de reorganização da vida para a autodeterminação de territórios e povos.

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS EMANCIPATÓRIAS (EEA)
COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO SISTEMA CAPITALISTA,
PATRIARCAL, RACISTA, LESBOFÓBICO E COLONIAL,
QUE PERMITA A RECONSTRUÇÃO DO
TECIDO SOCIAL E COMUNITÁRIO.

Propomos um modo de vida que passa pela mudança em nossa forma de pensar e transforma nossa maneira de viver, para torná-la palpável nas nossas atividades e comportamentos diários. Isto requer uma convicção pessoal e coletiva sobre estas práticas para que o “bem viver” seja realmente eficaz, recuperando o conhecimento das diversas cosmovisões existentes entre nós, como um modo de vida que foi deixado por nossas avós, nossas ancestrais. Este modo de vida deve passar pelo corpo, mente e espírito para que a mudança seja real, de modo que requer que ela esteja em permanente construção e reprodução, tornando visível e reconhecendo o trabalho que as mulheres e a mãe terra têm feito.

A emancipação implica assumir a decisão sobre nosso território corpo, deixando de ser objetos para sermos sujeitos políticos. Envolve ter controle sobre nossa sexualidade e, portanto, implica questionar os paradigmas existentes sobre consumo, produção–reprodução, troca, sobre alimentação, maternidade e a visão judaico-cristã sobre nossos corpos. É preciso construir níveis de cumplicidade entre nós e transformar a visão acomodada e individual do “isto é meu”, contribuindo, assim, para mudar a relação que as mulheres têm com o dinheiro.

Resistimos e reexistimos para defender a vida a partir do momento em que a água, a terra, as árvores, as sementes, nossas comunidades e nossas vidas estão em risco; é uma forma de defender nossos territórios corpo–terra. Vivemos a resistência para defender nossa liberdade, para dirigir nossas ações para o bem viver das mulheres e dos povos indígenas. É uma nova maneira de sentir, pensar e agir, criando organização política e construindo o novo imaginário das mulheres.

É **uma aposta política**, pois procura questionar e transformar as relações que derivam de múltiplos sistemas imbricados de poder, e nos permite aterrissar a partir de nossa própria história, territórios e ambientes. Também nos permite politizar dimensões da vida que não tínhamos muito presentes e ter instrumentos para enfrentá-las, como por exemplo: i) o trabalho doméstico e de cuidado que nós mulheres fornecemos a partir de várias posições; ii) nossa ligação com a globalização neoliberal através do consumo; iii) a globalização neoliberal e a racialização dos corpos das mulheres para o trabalho em condições de escravidão e exploração intensiva.

Isto nos permite promover a **ação feminista como um compromisso político para aprofundar e produzir conhecimento a partir de nós, como um coletivo**, da vida cotidiana. Também facilita desaprender, desnaturalizar, tornar visíveis e historicizar todas as nossas práticas e lutas do cotidiano ao mais complexo, tornar visível o que está escondido na relação econômica e política, destacar as presenças das mulheres em sua diversidade, pluralidade e sua luta pela sobrevivência da Rede da Vida.

Valorizar o trabalho das mulheres e da natureza significa **desenvolver a capacidade ética e política de tornar visível e politizar o que não é visto, como o trabalho da natureza, e de desnaturalizar o trabalho das mulheres**. Compreender e afirmar que valorizar o trabalho e o cuidado das mulheres não é sinônimo de pagar por ele. As formas de valorização dos bens no capitalismo neoliberal sempre escondem o roubo do trabalho de cuidado das pessoas e da natureza.

Copreender que o que chamamos de “desenvolvimento” envolve confusão entre necessidades e formas de atendê-las. Especialmente no capitalismo neoliberal, a sa-

tisfação das necessidades acaba por inibi-las, destruí-las ou satisfazê-las falsamente, deixando as pessoas e grandes grupos à mercê do mercado capitalista e do dinheiro.

A descolonização dos conhecimentos e práticas de alimentação, saúde e cuidados é outro compromisso que queremos aprofundar como APSM. Propomos desenvolver ações em três áreas: 1) A produção, intercâmbio, acesso e consumo de alimentos, a partir de uma nova prática política e da reprodução da vida. Recuperação de plantas e da biodiversidade que fortalecem a soberania alimentar, recuperação de fontes de água, etc. Isto significa que não queremos monoculturas e indústrias extrativas de grandes empresas, que supostamente nos trazem desenvolvimento, e ameaçam o equilíbrio dos bens naturais em nossos territórios. Queremos ressignificar as formas de produção e consumo social e ecologicamente sustentáveis e éticas, promover o consumo de produtos de pequenas agricultoras, nos mercados locais e não nos grandes supermercados do grande capital; desaprender e politizar novamente as práticas cotidianas. 2) A saúde e o autocuidado das mulheres 3) Intercâmbio de novos conhecimentos emancipatórios baseados na recuperação e recriação de conhecimentos e práticas ancestrais das mulheres e povos indígenas

Intercâmbio, produção e recuperação de conhecimentos, saberes e práticas em torno das características éticas, políticas e organizacionais das experiências de resistência econômica das mulheres. Reforçar a capacidade de análise crítica de nossas Alternativas Econômicas Emancipatórias de resistência ao patriarcado.

Fortalecer e reinventar a construção de Alternativas Econômicas Emancipatórias de resistência, retomando o conhecimento das mulheres e dos povos originários, no que diz respeito à defesa da rede da vida, dos âmbitos sociais e ambientais, recuperando o conteúdo simbólico das práticas de uso e cuidado dos bens naturais. Estas pequenas experiências buscarão um equilíbrio entre a vida humana e a natureza.

Promover o debate e a construção do posicionamento político a partir de uma ação participativa e coletiva de interaprendizagem, que parte da atuação individual e coletiva da vida cotidiana e do reconhecimento dos efeitos – nas dimensões de classe,

sexo, raça e sexualidade – do sistema patriarcal, militarista e capitalista–neoliberal sobre as mulheres.

Iximuleu, 31 de agosto de 2020
Aliança Política Setor de Mulheres, integrantes da MMM



Sementeira de alternativas feministas para o bem viver

MARCHA MUNDIAL
DAS MULHERES - CHILE



Desde sua criação, há 13 anos, a Marcha Mundial das Mulheres no Chile tem mantido processos de discussão e aprendizado permanentes, orientados a tornar visível a contribuição das mulheres para a economia, dentro de suas casas e em âmbito local e global. Por isso, através do reconhecimento dos efeitos da divisão sexual do trabalho, da contribuição das mulheres para os cuidados e da exploração da mão de obra feminina, o sistema econômico capitalista e patriarcal tem sido amplamente questionado. Tal sistema invisibiliza a contribuição econômica das mulheres e coloca seu trabalho – remunerado ou não – em uma categoria inferior, mesmo que seja realizado por homens.

Nesse sentido, há 9 anos, editamos a revista CERES¹, onde publicamos vários artigos sobre as economias alternativas das mulheres, em um processo contínuo de elaboração teórica a partir do feminismo. Com o passar do tempo, ela derivou em uma contra-aposta política à economia neoliberal: a economia feminista, na qual a vida, e não o capital, está no centro. A partir desta perspectiva, entendemos a economia como uma atividade necessária para gerir a vida e contribuir para o bem comum, e denunciamos a precarização, a racialização e o empobrecimento das mulheres.

A Segunda Escola de Economia Feminista da Marcha Mundial das Mulheres Chile foi realizada no contexto das diversas atividades organizadas no continente para marcar as *24 horas da Ação Feminista*, uma iniciativa global da MMM². No contexto da pandemia de covid-19 e tendo em vista a impossibilidade de nos reunirmos presencialmente, nos aventuramos ao encontro através das redes sociais. A escola,

1. Revista Ceres, criando feminismos. É possível fazer download em: <https://www.marchamujereschile.cl/>

2. Desde o desabamento de Rana Plaza, em Bangladesh em 2013, a MMM estabeleceu a data de 24 de abril como um dia de solidariedade e ação global.

organizada em três sessões, recebeu o nome de *Sementeira de alternativas feministas para o bem viver*³, e ocorreu entre os meses de abril e maio de 2020. Como prática inclusiva, os encontros virtuais contaram com interpretação em Linguagem de Sinais Chilena⁴. A seguir, compartilhamos o desenvolvimento desta experiência, apontando aspectos importantes das apresentações, reflexões e propostas para promover uma vida digna em torno da economia feminista.

NOÇÕES DE ECONOMIA FEMINISTA

CRISTINA CARRASCO, economista feminista que vive em Chiloé [no sul do Chile] e é docente na Escola Camponesa Curaco de Vélez, começou sua apresentação levantando algumas questões acerca da economia sob a qual vivemos. Segundo Carrasco, esta é uma economia que dá suporte ao neoliberalismo, tendo como objetivo a acumulação de capital em mãos privadas. As decisões são tomadas por grupos de poder a serviço do mercado, o que oculta as desigualdades de um sistema biocida, extrativista e predatório da natureza: *“a vida, nesta economia, foi colocada a serviço do capital, entendida como uma mercadoria, cada uma com seu preço, a vida foi privatizada (...) e agora (na pandemia), a morte também”*⁵.

Cristina propõe que devemos construir a economia feminista sobre bases anticapitalistas, anti-heteropatriarcais e anticoloniais, nas quais possamos nos entender como parte da natureza e evoluirmos com ela. Trata-se de uma proposta de ruptura, que busca mudar o sistema: *“a economia feminista é olhar o mundo de outra forma, é teoria e ação política”*. A primeira coisa para isso, segundo ela, é entender que o trabalho remunerado não é o único trabalho possível, de modo que possamos romper com as fronteiras que a economia oficial impõe e incorporar a visão sobre todos os trabalhos que existem, como o trabalho doméstico e de cuidados:m *“Ao se preocupar fundamentalmente com o mercado, todo o trabalho feito nos lares fica relegado ao limbo*

3. As sessões estão disponíveis no canal do Youtube da Marcha Mundial Mujeres Chile e da página no facebook: <https://www.facebook.com/marchamujeres>

4. Paulina Cortés e Paulina Azar nos acompanharam nesta prática inclusiva.

5. As citações em itálico se referem às exposições das debatedoras nas sessões “Sementeiras de alternativas feministas o bem viver”, realizadas entre abril e maio de 2020.

do invisível, e com isso, a economia oficial evita toda sua responsabilidade pelas condições de vida da população”.

A economia feminista torna este tipo de trabalho visível, como uma atividade fundamental para sustentar a vida e como uma tarefa naturalizada, atribuída às mulheres. No entanto, o cuidado deve ser um direito fundamental: *“Isso implica também a responsabilidade de cuidar de todos e todos (...), ter disponibilidade, aprender a cuidar, mas aqui também me refiro às instituições e aos governos”.* No contexto atual, a ideia de cuidado ressurgiu porque, a partir dos governos, o cuidado não existe, embora seja um elemento central para a subsistência e reprodução social das pessoas. A economia oficial oculta e se beneficia deste trabalho, já que aqueles que são transformados em mão de obra barata são criados em casa, dado que as empresas não pagam nem reproduzem esta mão de obra, enquanto o sistema explora o tempo e a energia de milhões de mulheres.

Toda política e suas ações, diz Carrasco, devem ter como centro de atenção uma vida digna, através da resolução das necessidades básicas das pessoas. Nesse ponto, em que se define o conflito capital-vida, a questão é: optamos pela acumulação em mãos privadas ou pela vida das pessoas? Estes são dois objetivos irreconciliáveis e, enquanto este sistema opta pelo capital, as mulheres optam pela vida. Cristina assinala que *“a economia feminista deslocou o eixo analítico político da economia oficial, que se concentra na produção de mercado, (...) para o que chamamos de sustentabilidade da vida. Para este sistema que despreza as pessoas, que são consideradas apenas uma simples mercadoria, cada uma com seu preço, a economia feminista elabora uma proposta onde o objetivo final teria que ser as pessoas, a vida humana e não-humana”.*

O que a economia feminista propõe? Construir um mundo habitável para todas as pessoas. É necessário descentralizar os mercados e discutir o fato de que existem elementos que não podem ser deixados sob o controle do mercado, mas que têm de ser administrados de forma comunitária e coletiva. Por outro lado, devemos pensar novas estruturas de produção e consumo, a economia deve estar a serviço das pessoas, e não o contrário. É importante rejeitar a divisão sexual do trabalho e desfeminizar o trabalho de cuidado, discutindo democraticamente como cuidar da população.

Com relação ao que ainda falta fazer, Cristina aponta que é preciso trabalhar mais em ações políticas de acordo com esta proposta teórica. É importante ampliar as experiências da economia feminista, já que estas mostram onde os problemas surgem e, a partir daí, oferecem orientações. Da mesma forma, é preciso promover pontos de encontro com outras economias, também contrárias à economia dominante, mas que encontram dificuldades para não serem androcêntricas. Ou seja, se também são a favor da vida, por que suas propostas começam da porta para fora? *“A famosa frase do feminismo, de que o pessoal é político, é fundamental (...), o que não é debatido no mundo público não existe”*. São necessários diálogos de saberes sobre subsistência, já que há muita riqueza na sabedoria das mulheres dos povos originários ligados à terra. Cristina reconhece a dificuldade do contexto, mas pensa que a situação atual pode oferecer alguma possibilidade, como diz sua amiga Tita da Costa Rica: *“Quando nada está assegurado, tudo se torna possível”*.

Por sua vez, **MIRIAM NOBRE**, integrante da SOF e da MMM Brasil, começou sua apresentação com a pergunta: o que é a soberania alimentar? Este princípio, ela aponta, é uma resposta da Via Campesina às negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), apoiada, por um lado, pela afirmação de que a agricultura não é uma mercadoria e, por outro, pelo direito dos povos de definir suas políticas agrícolas e alimentares. A Via Campesina propõe um processo de diálogo com vários movimentos sociais para formar um sujeito político em defesa da soberania alimentar.

Neste sentido, a MMM contribuiu com o princípio da economia solidária e com o reconhecimento das mulheres na agricultura como algo primordial. A produção não é vista apenas a partir do mercado, mas também a partir da relevância do autoconsumo, para entender os circuitos de distribuição de alimentos de uma forma mais ampla e reconhecer a contribuição das mulheres não apenas em termos econômicos, mas também dos saberes colocados na produção. A propósito, a Via Campesina está em uma campanha para defender as sementes como patrimônio dos povos, em que reconhece que todo o trabalho feito pelas mulheres para guardar e intercambiar sementes é uma forma viva de mantê-las, contrariando os critérios das corporações transnacionais. Além disso, Miriam destacou a importância de desvendar o trabalho

doméstico e fortalecer a soberania alimentar, a partir de uma aliança com a cidade, entendendo a população que vive em áreas urbanas não como consumidores, mas como trabalhadores e trabalhadoras.

Neste contexto, Nobre demonstrou preocupação em relação à escassez e aumento dos preços dos alimentos, pois a falta de soberania alimentar torna as pessoas mais vulneráveis frente à pandemia. Ela apontou que este sistema, nos momentos de crise, recorre aos territórios e submete aquilo que é mais fundamental à vida a suas lógicas mercantilizadas e financeirizadas: *“O tema da alimentação tem um potencial muito forte para articular várias dimensões do cuidado (...) se organizarmos a alimentação de um modo diferente, podemos colocar uma ideia integrada de cuidado de nós mesmas, de outras pessoas e da natureza como um processo contínuo”*.

A MMM está pensando na agroecologia como prática, ciência e movimento, tudo de uma só vez. A ideia é aproximar o fazer da agricultura aos processos da natureza, respeitando seu tempo e seus fluxos de energia. Neste processo, as mulheres são as protagonistas, já que há muito tempo estão experimentando, observando, trocando e organizando este conhecimento. Entretanto, muitas o fazem em espaços limitados e combinam esta atividade com o trabalho doméstico e de cuidado. Essas mulheres enfrentam os interesses das multinacionais, através de sua experiência com plantas medicinais ou da prática comum de troca de sementes. Nobre enfatizou que *“podemos desenvolver processos de experimentação e intercâmbio conjunto para reconhecer práticas tradicionais e encontrar maneiras de superar problemas, regenerar os territórios, plantas e animais diante do ataque da economia capitalista controlada por corporações transnacionais”*.

Como a economia feminista contribui para a organização? Para a Marcha Mundial das Mulheres, a economia feminista tem contribuído para a construção de alternativas antissistêmicas e de um sujeito político feminista popular. Desde o início da MMM, falava-se do capitalismo e do patriarcado como dois sistemas que se retroalimentam, mas às vezes há o risco de vê-los separadamente. Nesse sentido, Miriam mencionou um artigo de Cristina⁶ em que ela indica que a lógica do mercado é

6. *A sustentabilidade da vida: um assunto de mulheres?*, publicado em português pela SOF no Caderno Sempre Viva de 2003.

inconciliável com os tempos da vida, o que faz com que o tempo das mulheres funcione como uma variável de ajuste. Portanto, “*temos que ver como superar esta contradição e afirmar as lógicas e os tempos da vida*”. A vida é sustentada pela contribuição social e econômica dos bens comuns. Ao incorporar esta visão do comum, é possível criar um *continuum* entre vários níveis de sustentabilidade de vida.

Também é importante notar que não é o mesmo falar sobre a estrutura das famílias negras como a das famílias brancas. Patricia Hill Collins afirma que, nas comunidades negras, o cuidado materno e os espaços comunitários são compartilhados entre várias mulheres. Portanto, é fundamental descentralizar e esvaziar os mercados, desmercantilizar a vida e organizar nossa ação: “*a única possibilidade de nos abraçarmos novamente é destruir... é vencer o capitalismo patriarcal e racista*”, disse Miriam.

MULHERES E TRABALHO

Levantamos o tema Mulheres e Trabalhos motivadas pela proximidade do “Dia do Trabalhador”, a partir de um enfoque feminista, já que historicamente o trabalho tem sido associado à masculinidade, à força bruta e ao trabalho remunerado.

ANDREA SATO, da Fundación Sol, nos convidou a repensar a ideia de trabalho dentro dos feminismos: existe um contexto de acumulação capitalista que transgride os limites da vida e da sustentabilidade do bem viver, depredando os bens comuns naturais e expropriando a vida em seu conjunto. Portanto, assume-se que a contradição capital-vida existe. O capitalismo coloca no centro a mercantilização de nossos direitos e trabalhos (incluindo os não remunerados), é nesse centro que está, por exemplo, o endividamento. Nesta cultura econômica e política, as mulheres são superexploradas dentro e fora de casa.

No Chile, nos últimos dez anos, foram criados um milhão de empregos nos quais as mulheres foram inseridas. Mas destes, 60% são de empregos precários, caracterizados por baixas qualificações, trabalho a tempo parcial, subcontratado ou por conta própria. A precarização estrutural é feminizada, expressa a partir da casa até os empregos remunerados e extrapola para a esfera pública, como é o caso na educação,

saúde e trabalho doméstico. A remuneração em todo o país é baixa, mas 50% das mulheres com trabalho remunerado ganham até 343 mil pesos chilenos ou menos⁷, o que representa uma diferença salarial entre homens e mulheres de 27,2%.

Por outro lado, as mulheres dedicam, semanalmente em suas casas, 41 horas ao trabalho não remunerado (isto é, uma jornada de trabalho completa), enquanto os homens dedicam apenas 19 horas. Na situação das mulheres que são mães, calcula-se que, no ciclo inicial da família (famílias com crianças de 0 a 6 anos), elas dedicam 70 horas semanais ao trabalho não remunerado, enquanto seu tempo livre é dedicado apenas ao sono. No contexto de empobrecimento estrutural, algumas mulheres entre 45 e 65 anos de idade estão colaborando em outros lares, dedicado cerca de 3,6 horas por dia ao trabalho voluntário não remunerado. Estas mulheres fazem parte das redes invisíveis de cuidados que permitem que suas irmãs, netas, sobrinhas ou vizinhas trabalhem em busca de um salário.

Andrea Sato afirma que seria preciso criar um índice de “pobreza de tempo”, já que, nas economias neoclássicas do trabalho produtivo, o tempo está associado à escassez de renda e salários, aspectos que são monetarizados na economia. Mas o que acontece com esses outros aspectos de empobrecimento das mulheres, como a dimensão do tempo? A Fundación Sol propõe estabelecer um índice exploratório do tempo utilizado em atividades de autocuidado, como descanso e lazer: 53% das mulheres com mais de 15 anos de idade no Chile são pobres em tempo. Andrea indica que, devido à mercantilização de seus direitos, as mulheres desempenham as tarefas, tais como criar e cuidar de crianças e cuidar de idosos ou pessoas com mobilidade reduzida.

Neste sentido, algumas economistas feministas marxistas argumentam que a crise que estamos vivendo agora no capitalismo financeirizado tem três níveis:

a. Crise econômica e ecológica em escala global, relacionada com a degradação dos bens comuns naturais.

7. O que corresponde a um pouco mais do salário mínimo no Chile (320 mil pesos chilenos).

- b. Crise de reprodução da vida nas periferias globais, onde as famílias são muito empobrecidas e não conseguem reproduzir sua vida com renda mínima.
- c. Crise dos cuidados em centros econômicos globais, onde as mulheres estão trabalhando de forma assalariada com jornadas extensas e não têm ninguém para fazer trabalho doméstico e de cuidado, então pagam um salário mais precário para que outras mulheres o façam.

Assim, a crise da reprodução da vida e dos cuidados se entrelaçam. As pessoas racializadas deixam seu país de origem e se deslocam como migrantes a lugares em que a mão de obra é necessária para o trabalho precário de cuidado. É importante considerar outras dimensões de opressão além de classe e gênero, tais como etnia, raça, idade e deficiência. São as mulheres do Sul global, de Abya Yala, as que sustentam a vida nos centros econômicos globais. Isso está intimamente ligado ao modelo de apropriação que faz não só com que as mulheres migrem, mas que também desvaloriza sua força de trabalho, que é essencial. A Fundación Sol sustenta que a perspectiva de analisar a situação dos lares, também do Sul global, é fundamental para construir um processo emancipatório e rebelde e para buscar um horizonte em direção ao bem viver.

NASSILA AMODE, da Rede de Mulheres Afrodiaspóricas, fazendo a interseção entre migração, trabalho, racismo e gênero, pergunta: *O que é trabalho para uma mulher racializada no Chile?* E sua primeira resposta é que o trabalho não pode ser compreendido desde sua concepção hegemônica, ou seja, o trabalho produtivo, remunerado e formal.

Muitas mulheres migram na esperança de encontrar um emprego formal e estável, embora nem todas tenham sucesso. E aquelas que conseguem, são inseridas em empregos subordinados, simbolicamente menos valorizados e precários. As mulheres migrantes racializadas, por exemplo, têm empregos como auxiliares de limpeza, operárias de fábrica, auxiliares de cozinha, trabalhadoras sazonais agrícolas. Esta inserção tem a ver com fenômenos históricos de longa data, como a estratificação racial

e sexual dentro do sistema capitalista. Os estereótipos de raça e gênero colocam as mulheres racializadas em uma posição subordinada, a fim de assegurar a exploração de seus corpos.

Nassila indica a importância de revelar a política de migração chilena e seu papel, já que tem uma abordagem utilitarista calculada com base no proveito que pode ser tirado da situação das migrantes, vistas apenas como uma força de trabalho e não como sujeitos de direito. A precariedade da permanência legal da população migrante é um recurso utilizado para sua precarização e exploração. Um grande parcela de mulheres é excluída do trabalho formal, subsistindo através das vendas nas ruas, em feiras e mercados, como é o caso das mulheres haitianas no Chile. Para algumas, esta é sua atividade principal, muitas vezes a mesma atividade que elas vêm fazendo desde seu país de origem; outras mulheres acumulam empregos como uma atividade transitória ou complementar. Muitas mulheres racializadas passaram a ser inseridas em economias populares, o que não significa que sejam economias anticapitalistas, antirracistas ou antipatriarcais. Portanto, a busca de trabalho fora da formalidade não significa, necessariamente, que práticas diferentes do pensamento hegemônico estejam sendo implantadas.

As mulheres racializadas são responsáveis pelos procedimentos de imigração, por negociar redes de apoio, se comunicar com os professores de seus filhos, muitas vezes com a barreira linguística presente. Tudo isso também é trabalho. Às vezes, eles precisam cuidar não apenas de seus familiares no Chile, mas também de suas famílias nos países de origem e, até mesmo, nos países de trânsito, o que é chamado de cuidado transnacional.

No contexto atual da pandemia, a mídia hegemônica, juntamente com uma estratégia do governo, procura representar os corpos migrantes como corpos infecciosos. Por exemplo, no setor informal, as e os ambulantes não deixaram de sair para vender, já que é o único meio de subsistência que têm e não podem deixar de se expor ao vírus. Mesmo as mulheres grávidas de até oito meses, ou que têm bebês, são obrigadas a sair para vender.

Na organização das vendedoras de café haitianas, chamadas *cafeteras* – às quais Nassila presta apoio –, há um esforço comum a partir da experiência compartilhada de marginalização socioeconômica. Como vendedoras de café, as mulheres haitianas formaram um sindicato para empreender um caminho crítico em direção à administração que tinham, com poucas realizações materiais. Algumas delas viveram um processo de reconversão econômica para um empreendimento coletivo, incorporando-se a um fundo de economia popular, no qual escolheram os produtos e realizaram oficinas de confeitaria, panificação e comunicação para ajudá-las a vender esses produtos. Nassila afirma que existe uma desigualdade estrutural quando se trata de incorporar práticas que propõem alternativas autônomas e cooperativas, pois sair da precariedade absoluta requer tempo e esforço. Um dos desafios para a autogestão das mulheres racializadas é uma barreira simbólica: a autoestima coletiva. Com o peso do estigma social, é difícil começar uma iniciativa horizontal coletiva, quando sempre estiveram subordinadas. Portanto, é importante aproveitar seus conhecimentos e fortalecer a autoestima. Em termos de identidade coletiva, a cooperação também ocorre no campo linguístico. A interculturalidade é apresentada não como um selo político, mas como uma característica do processo de organização coletiva.

Tanto Andrea como Nassila estão repensando a economia popular a partir de uma perspectiva anticapitalista. A lógica do Estado subsidia empreendimentos solitários com formas hierárquicas, enquanto, nas famílias, o cuidado recai sobre as mulheres. No autocuidado entre nós reside um potência coletiva, já que nas trincheiras sociais há corpos que importam e outros que são explorados. Organizar-se acaba sendo um privilégio, especialmente quando a vida gira em torno dos cuidados.

Como aponta Gayatri Spivak: “O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno? A questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática, com relação a subalternidade. Para ela é evidente que se você é mulher, negra e pobre, está envolvida de três maneiras” (2010, p. 85). Assim, o convite é para disputar os imaginários que têm sido fundamentais no processo de acumulação capitalista, criando novas subjetividades: abolir a concepção de trabalho “por amor”, a culpa

como um peso moral que reside na abnegação, a rígida estrutura familiar e o amor romântico, mesmo aquele filial.

EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS DA ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA

Procuramos aprofundar o debate sobre as diversas práticas em torno da economia feminista: em que contextos elas surgem, como são organizadas e trabalhadas, que melhorias significativas elas trouxeram, e como são projetadas politicamente.

CAROLINA ESPINOZA e **RAYÉN LANDEROS** compartilharam a experiência do Movimento de Solidariedade Vida Digna. O bairro de La Bandera, na cidade de Santiago do Chile, tem uma longa história de organização, interrompida na ditadura, em que as mulheres se organizavam coletivamente para comprar no atacado para diminuir os custos. Atualmente, a experiência de abastecimento nasce destes grupos que começaram a se organizar coletivamente há cerca de 10 anos, em torno de uma escola comunitária.

Com o passar do tempo, as reflexões fizeram com que elas compreendessem a necessidade de territorialização das lutas e a organização como a força motriz das comunidades. Naquela época, elas também deram início à luta pela moradia como parte de um giro estratégico. Há quatro anos, estão organizadas nacionalmente e trabalham simultaneamente em quatro Comitês de Moradia. Por entenderem a luta como um todo, além dos comitês, elas se organizam em assembleias de mulheres e escolas de educação popular. Dentro destes espaços organizativos, é fundamental que aqueles e aquelas que compõem os espaços sejam protagonistas, promovendo uma organização horizontal.

Na comunidade de La Bandera, a pandemia encontra um território com agrupamentos que chegam a 80 pessoas, em sua maioria mulheres. Existe um grande número de famílias amontoadas, com uma evidente precariedade de vida, trabalho extenuante e desemprego. Estas informações foram detectadas a partir de um censo

comunitário realizado para conhecer a situação geral dos núcleos de convivência, de doença, contágio, a situação do trabalho, etc. Isto permitiu repensar a atuação de acordo com as novas circunstâncias. As primeiras iniciativas aconteceram virtualmente, com transmissões para oferecer cuidados emocionais, dicas para melhorar o sistema imunológico, para construção de hortas e panificação. Uma vez que conseguiram entender melhor a situação, foi elaborado um novo plano que incluía outras iniciativas: abastecimento, assessoria jurídica (para situações de trabalho complicadas e desemprego), saúde, fundos solidários (rotação solidária de dinheiro e mercadorias) e comissão de bem-estar.

Com relação à iniciativa de abastecimento, há uma divisão de trabalho que permite que todas e todos estejam envolvidos coletivamente em momentos diferentes. Para este fim, organizaram o trabalho através de comissões: Comissão administrativa (responsável pela pesquisa e verificação de preços, pelo cálculo dos custos gerais e pela distribuição de dinheiro, etc.) – sob responsabilidade da Assembleia de Mulheres; a Comissão de Compras (responsável por fazer as compras); a Comissão de Distribuição (responsável pela organização, entrega, pesagem, distribuição e montagem das cestas de alimentos); a Comissão de Limpeza e Higiene (responsável pela manutenção das medidas sanitárias necessárias, como uso de máscaras, lavagem das mãos, espaço seguro entre grupos, higienização pré e pós-distribuição); a Comissão de Distribuição Particular (responsável pela entrega direta em residências com casos especiais de mobilidade) e a Comissão de Comunicação (que registra os processos e divulga nas redes sociais). Além disso, nesse território funciona um esquema de arrecadação solidária de alimentos e dinheiro, que são doados aos vizinhos e vizinhas que se encontram em situações particularmente difíceis.

Em La Bandera, as moradoras e moradores ressaltam a forma como foram capazes de implementar de naturalmente, graças a todo o trabalho realizado antes da pandemia, uma política de cuidados que procura garantir ambientes saudáveis e comunitários em que os seres humanos e a natureza possam viver juntos. Em particular, o contexto da cidade apresenta outras dificuldades, como, por exemplo, o fato de a maioria das mulheres do território viverem na casa de parentes, sem casa própria e

sem terra. Esta situação impede a geração de práticas de economia feminista autônomas em relação à terra, mas é possível optar por gerar comunidades organizadas. A partir daí, sustentar a organização através da alimentação e da política de cuidado cotidiano é sua resistência política. Além disso, a forma como as pessoas estão vivendo e gerindo a economia, estando atentas umas às outras, sabendo que há apoio mútuo, lhes permitirá superar a crise sanitária, bem como construir perspectivas para este trabalho para o pós-pandemia.

ESPERANZA DÍAZ nos falou sobre a Cooperativa de Abastecimento La Cucha, na cidade de Concepción. Diante do cenário de revolta [desde outubro de 2019], o tecido social foi abalado e começaram a ser gerados novos laços territoriais com as assembleias dos bairros. É evidente que há uma necessidade sentida por todos e todas de colocar o foco no território e buscar autonomia. As Juntas de Abastecimento e Preços (JAP), que foram fundamentais durante o governo da Unidade Popular, são assumidas por Esperanza como antecedente histórico para a formação de La Cucha. As JAPs eram compostas principalmente por mulheres que procuravam atender às necessidades alimentares de grandes grupos da população (só em Concepción havia mais de 100 JAPs). Entretanto, não lhes é dado valor político, provavelmente porque este trabalho parece estar relacionado com o “papel natural” das mulheres. Algo semelhante ocorreu com as cozinhas comunitárias na ditadura, com o registro de um primeiro comedor popular após três meses do golpe de Estado de 1973. As mulheres de La Cucha se veem como herdeiras dessas outras mulheres, e priorizam a vida acima de tudo, dispostas a explorar o potencial político de suas ações, transformando os papéis que lhes são obrigatoriamente impostos, em um sentido coletivo.

Atualmente, La Cucha é uma experiência de organização mista com companheiras e companheiros de Concepción, Talcahuano e Hualpén. Ao mesmo tempo, as mulheres da cooperativa se encontram e fazem suas próprias reflexões, procurando dar sentido ao seu trabalho e ao papel que elas desempenham como mulheres. Trabalham juntos há mais de um ano. Algumas pessoas têm experiências anteriores e outras estão aprendendo do zero, buscando sempre encontrar práticas e conhecimentos

livres do patriarcado e da intervenção capitalista. Isto impulsionou suas reflexões sobre cooperativismo com apostas organizativas que são territoriais, a partir da base e da economia feminista.

Com essa crítica comum, decidiram se autodenominar “cooperativas de abastecimento” e não cooperativas de consumo, deixando de lado este termo associado ao capitalismo e às compras. Da mesma forma, aquelas e aqueles que são membros da cooperativa são chamados de “núcleos de convivência” ao invés de núcleos familiares, entendendo a família como a instituição básica do patriarcado, apostando em novas formas de afinidade. Esta experiência lhes permite destacar princípios como cooperativismo, solidariedade, apoio mútuo, anticapitalismo e antipatriarcado.

Na Cooperativa La Cucha, inicialmente havia 11 núcleos de convivência, mas devido à contingência devido à crise da covid-19, eles foram ampliados para 50. O trabalho está dividido em 3 grandes eixos: compras coletivas [*comprando juntos*, em espanhol], réplica e autoformação. O eixo de compras coletivas consiste na compra de uma cesta de mantimentos e uma de verduras. A cesta de verduras busca fortalecer o vínculo com produtores locais que estão em transição agroecológica, a fim de recuperar o controle do que se come, a informação sobre quem produz e, assim, fortalecer a aliança entre o campo e a cidade. Isto ajuda a quebrar a lógica do consumo e promove uma ética de cuidado, com alimentos a um preço justo e cuidado entre aquelas e aqueles que pertencem à mesma classe. O Centro Agroecológico de Longaví e várias produtoras rurais próximos têm sido aliadas e aliados estratégicos neste processo. Por sua vez, a réplica consiste no fortalecimento das organizações sociais e de base, promovendo a formação de novas cooperativas e redes de abastecimento. E finalmente, a autoformação consiste em criar espaços que permitam a formação interna e externa através do conhecimento de outras experiências organizacionais similares.

A cooperativa coloca a vida no centro, e não o capital. Mesmo que utilize dinheiro, ele consegue retornar à comunidade, servindo como um insumo para quebrar a

lógica do capital e do patriarcado. A reprodução da vida e os cuidados domésticos, atribuídos às mulheres, são trabalhos não remunerados, mas fundamentais para a manutenção do capitalismo que, mesmo assim, os ataca e vulnerabiliza sistematicamente. Espaços com La Cucha tem a possibilidade de extrair a essência do privado, politizando, coletivizando e estabelecendo redes de solidariedade em torno do abastecimento e dos cuidados, distribuindo-os entre aqueles que pertencem a uma comunidade. Politizar esses tipos de trabalhos é colocá-los no centro do debate. Isso significa conceber a cooperativa como uma oportunidade para o exercício da autonomia, sem a presença do Estado e sem assistencialismo. E, por outro lado, reconhecer que as mulheres desempenham papéis de liderança e, por isso, é necessário trabalhar para que, no momento de escrever a história, seja dado lugar ao corpo, mente e energia envolvidos, para que o crédito não seja concedido a outros.

SILVIA BEATRIZ ADOU e nos contou sobre experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu nos anos 1980 no Brasil em resposta às consequências da “revolução verde”, que integrou os territórios de produção agrícola às cadeias do capital. As economias dependentes dedicadas à exploração e exportação de *commodities* abriram a disputa não só da posse da terra, mas também dos usos dados a ela. Durante esse processo, uma grande parte das camponesas e dos camponeses que foram expropriados se dedicou à ocupação de terras para produzir alimentos, não só pela sobrevivência, mas também para a abundância. As mulheres do MST desempenharam e ainda desempenham um papel de liderança na gestão da vida nos assentamentos, mantendo o espírito da reforma agrária no Brasil, que vê a terra como um lugar para produzir em abundância e não a partir de uma abordagem funcional à economia produtiva da exploração.

O MST, no contexto da pandemia, produziu belas experiências. As companheiras assentadas organizaram grandes doações e distribuição de cestas básicas em todas as regiões do país, aproveitando as redes que já tinham sido criadas, inclusive nas grandes cidades. Sem esta rede de solidariedade e venda direta não poderiam enfrentar a pandemia, já que o preço da cesta básica de alimentos nos supermercados aumentou

muito. A rede de solidariedade e a rede de comercialização direta e local permitiram que muitas pessoas continuassem comendo com o mesmo preço de antes.

As mulheres dos assentamentos do MST produzem de modo ecológico e abundante, o que implica a compreensão de que somos parte de um sistema interdependente, em que os demais seres também precisam da terra e nós precisamos conviver com eles. Outro fator a ser observado é que, durante a pandemia, os povos originários, habitantes tradicionais do território, foram os que mais demonstraram solidariedade e entre os quais persistiu a economia das mulheres.

Em geral, podemos observar que estamos vivendo uma crise de capitalismo, da qual o sistema estava tentando escapar através de uma atividade desenfreada e consumo excessivo, cada vez mais intensos. Isto indicava, há muito tempo, uma grande recessão, com altas taxas de desemprego e crises sanitárias. A pandemia só acelerou a situação.

| COMO CONCLUSÃO

Este texto buscou apresentar as ideias compartilhadas, de forma amorosa e comprometida, por nossas convidadas: Cristina, Miriam, Andrea, Nassila, Rayén, Carolina, Esperanza e Beatriz. Nossa profunda gratidão a cada um delas. Convidamos a um aprofundamento das reflexões e perguntas que surgiram desses diálogos, bem como à observação de nossas próprias práticas e nossa atuação de acordo com elas.

No atual contexto, onde vemos um agravamento das desigualdades e opressões em relação aos nossos corpos, autonomia e territórios, é necessário tornar visíveis as alternativas que estão pensando na vida. Essas alternativas são experiências pensadas e construídas graças ao coletivo e às comunidades, que vislumbram uma transformação radical dos fundamentos capitalistas e patriarcais de nossas sociedades. É neste sentido que reside a importância de facilitar estes espaços de diálogo e reflexão sobre a economia feminista, abordando suas bases teóricas, práticas e experiências. Da mesma forma, se coloca a necessidade de realizar este exercício de sistematização e compilação de nossa história e trabalho feminista.

Como MMM Chile, nos sentimos profundamente gratas pelo impacto e interesse nesse diálogo, sendo nosso objetivo final facilitar espaços de encontro onde todas e todos possam tomar consciência das causas de nossa opressão e de nossas possíveis alternativas.

REFERÊNCIAS

MMM Chile: *Semillero de Alternativas Feministas para el Buen Vivir*. I sesión: Nociones sobre Economía Feminista. 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/806861909431657/videos/224541318854814>

MMM Chile. *Semillero de Alternativas Feministas para el Buen Vivir*. II sesión: Mujeres y Trabajo. 5 de mayo de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/806861909431657/videos/281490219683661>

MMM Chile. *Semillero de Alternativas Feministas para el Buen Vivir*. III sesión: Experiencias territoriales de economía feminista y solidaria. 12 de mayo de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/806861909431657/videos/2552506981516548>

SPIVAK, Gayatri. “¿Puede hablar el subalterno?” In NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry (Orgs.). *Marxism and the interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.



Um olhar do ambientalismo popular sobre os ensinamentos da Economia Feminista¹

LETÍCIA PARANHOS M. DE OLIVEIRA²

2. COORDENADORA DO PROGRAMA DE JUSTIÇA ECONÔMICA
E RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO DA AMIGOS DA TERRA
INTERNACIONAL E INTEGRANTE DA AMIGOS DA TERRA BRASIL.

A Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC) reúne as organizações-membro da Federação Amigos da Terra Internacional (ATI) em 13 países da região. Nossas posições são nutridas e fortalecidas por nosso trabalho nas comunidades de base e por nossas alianças com povos indígenas, movimentos camponeses, centrais sindicais, coletivos de direitos humanos e de direitos dos povos, movimentos feministas populares, entre outros. Nós da ATI, e seus membros latino-americanos, trabalhamos por uma mudança de sistema para que nossas sociedades tenham como base a justiça ambiental, social, econômica e de gênero, e para que os direitos e a soberania dos povos sejam respeitados. A transição para essa mudança de sistema é um caminho que percorremos em diálogo permanente, e na ação política, com movimentos aliados, a partir de nossa convergência na construção de poder popular e em um projeto político comum, com base na solidariedade internacionalista e na defesa da soberania dos nossos povos. Em nosso horizonte, que tornamos realidade em nossas práticas cotidianas, está a reorganização da política e da economia para que a vida esteja no centro.

Para ATI e para ATALC, a luta pela justiça ambiental passa pela desconstrução dos sistemas de exploração e opressão sistêmicos, fundados no patriarcado, na divisão da sociedade em classes, no capitalismo, no racismo, no colonialismo, no neocolonialismo y no imperialismo, que exploram os corpos das mulheres, os territórios e natureza. Nesse marco, defendemos o feminismo de base, popular e anticapitalista como ferramenta política capaz de desafiar as estruturas de poder e opressão, construída a partir de um movimento social organizado coletivamente, em diferentes níveis, tanto local, como nacional, regional e global. Dessa forma, fortalecemos nossa aliança

1. As experiências que compartilhamos aqui surgem do mapeamento de soluções em justiça econômica, elaboradas nos marcos do programa de Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo, assim como do mapeamento sobre agroecologia conduzido pelo programa de Soberania Alimentar (Disponível em inglês em: <https://www.foci.org/agroecology-map>). Os exemplos também se baseiam em reflexões contidas na publicação “Por que Justiça de Gênero?” da ATI (2020).

com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em uma relação de confiança essencial para a construção de um projeto político que procure igualdade, a justiça de gênero e, finalmente, a mudança do sistema.

Nossa aposta política em transversalizar, dentro da ATALC, o feminismo anticapitalista popular parte também do lema de luta que aprendemos junto com as companheiras da MMM: “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, e da compreensão de que somente com a perspectiva de classe será possível transformar a vida de todas as mulheres, assim como a de todos os povos. Assim, chegamos a um elemento fundamental que nos ensina o feminismo, que é a necessidade de reorganizar a economia e a política, colocando a sustentabilidade da vida no centro.

Para começar o debate sobre os aprendizados da economia feminista é preciso entender a dinâmica que sustenta a exploração das mulheres no sistema capitalista, patriarcal e racista: a divisão sexual do trabalho. Por isso, as ações que visam romper estereótipos de gênero e que nos permitem avançar em ter responsabilidades compartilhadas no trabalho de cuidados devem ser fortalecidas, visibilizadas e divulgadas. Nas experiências da ATALC, sintetizadas em exercícios de mapeamentos dos nossos acúmulos, fica evidente a visão de que o Estado deve assumir a responsabilidade de reverter a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres, organizando sistemas de cuidados públicos, reconhecendo e valorizando o trabalho reprodutivo – pois nenhuma economia sobrevive sem a realização dos trabalhos básicos de cuidados. Por isso é urgente, tanto reivindicar políticas públicas que garantam esse reconhecimento social e uma remuneração justa, quanto trabalhar para colocar em prática mecanismos que permitam conciliar as responsabilidades referentes aos trabalhos de cuidados com outros trabalhos.

Muitas experiências na ATALC incorporam a organização de “sistemas de cuidados” coletivos e populares. Trata-se da organização de espaços pensados para garantir o bem-estar das crianças e jovens, com adultos que se encarregam dos cuidados em encontros, feiras e outras atividades. Nas entrevistas realizadas durante um exercício

de mapeamento, uma das companheiras da região expressou que não é apenas uma questão de criar um ambiente pensado para crianças, mas de entender que para garantir a participação das mulheres, a organização deve incorporar o fato de que muitas são mães (e vivem a realidade da sobrecarga do trabalho reprodutivo). Portanto, torna-se necessário pensar na melhor maneira de adaptar o espaço para garantir que essa mulher possa exercer seu papel político de forma plena. A organização dos sistemas de cuidados é uma das formas de garantir a participação das mulheres nas organizações, e de reafirmar quão importante é o fato de que sua visão e contribuições sejam representados.



CUIDADO COMPARTILHADO
DURANTE FEIRA
AGROECOLÓGICA (2016). FOTO
DE DOUGLAS FREITAS.

A organização de sistemas de cuidados populares não é uma prática que, de forma isolada, possa romper a divisão sexual do trabalho, mas permite desafiar a

lógica, e possibilita a participação das mulheres de uma maneira mais plena dentro da organização. Se há algo muito presente nos ensinamentos do feminismo é que somos seres interdependentes que ao longo de toda a vida precisaremos de cuidados, mas que, no entanto, existe um brutal desequilíbrio na sociedade, pelo qual as mulheres (e especialmente as mulheres racializadas, negras e indígenas), passam a vida inteira cuidando, e quase nunca são cuidadas. Além de ter espaços de cuidados, é preciso sempre ter presente esse debate, assim como manter a formação e a reivindicação da política pública sempre, desafiando as estruturas racistas e patriarcais, interna e externamente.

O avanço do capital sobre os territórios tem um impacto bem explícito e específico do ponto de vista da exploração das mulheres. A aliança dos grupos membros da ATALC com movimentos da Via Campesina, como por exemplo com as mulheres do Movimento de Atingidos por Barragens da América Latina e Caribe (MAR), nos fornece muitos ensinamentos sobre como as mulheres são particularmente atingidas e enfrentam barreiras maiores para recompor suas vidas frente a crimes corporativos. Em geral, não são levadas em conta suas dificuldades específicas, ao se tornarem vítimas de crimes como o rompimento de barragens. As experiências regionais mostram que a expansão do capital tem uma relação intrínseca com o patriarcado, que é fortalecido e perpetuado para manter as atividades e processos das empresas transnacionais (ETNs), atores centrais do sistema de acumulação capitalista. Quando uma ETN chega, chega com violência contra as mulheres, além de aumentar sua exploração e sobrecarga de trabalho.

Algumas corporações transnacionais dominam milhares de hectares de monoculturas de soja, eucalipto ou milho. É difícil saber a qual empresa pertencem ou ter acesso a outro tipo de informações. Sua presença oculta o sol e provoca uma redução brutal de água – além de envenenar rios e destruir a biodiversidade. Também produzem muito mais trânsito nas estradas, com mais caminhões e pessoas desconhecidas, assim como muito mais casos de violências nas proximidades – principalmente contra mulheres e jovens. No primeiro encontro de atingidas e atingidos

por megaeventos e megaempreendimentos no Brasil, em 2013, foi cunhada uma expressão para falar da situação de um grande número de mulheres que têm que criar os filhos sem os pais: os “filhos do vento”. Os pais são trabalhadores temporários (precarizados) de megaprojetos, em geral transnacionais, que aterrizam em comunidades por um breve período de tempo para executar uma obra, ou para trabalhar em uma grande colheita.

No mapeamento que realizamos, fica evidente a relação entre a economia feminista e os processos de luta pela soberania alimentar, justamente pelas disputas que a região vive, por nossa aposta em uma plataforma política regional, na qual coincidimos com diversos movimentos, e por ser um princípio político orientador que tem fortes raízes no continente, nos países e territórios. Em muitos exemplos mapeados e analisados, podemos ver que os processos de resistência feminista (nutridos também pelo princípio da soberania alimentar), contra a opressão imposta nos territórios, exigem uma liderança forte das mulheres como sujeitas políticas, assim como uma perspectiva anti-patriarcal para as lutas. Trata-se de lutas por justiça econômica, pela soberania alimentar, pela autonomia das mulheres e a soberania dos povos, em defesa do patrimônio coletivo de nossos povos, e dos serviços públicos para toda a população, e nunca estão separadas da luta contra o sistema de opressão machista.

A soberania alimentar é um projeto que permite disputar a arena política e as políticas público, ao mesmo tempo em que é construída na organização social e autogestão. Permite construir poder popular ao retomar o controle dos sistemas alimentares diversificados e justos em nível local, mas também contribui para um projeto político popular que luta contra as tentativas das ETNs de controlarem o sistema alimentar da semente até o prato (Nansen, 2020). As lutas contras as ETNs estão presentes no campo e na cidade. As mulheres estão na primeira linha de enfrentamento, nos campos resistindo contra o modelo da agricultura industrial em grande escala, as monoculturas, os latifúndios, a agricultura geneticamente modificada e biossintética, e os agrotóxicos que não respeitam limites,

envenenam e destroem territórios. E também estão à frente na resistência contra as ETNs do mesmo sistema agroalimentar, donas dos grandes supermercados, que continuam explorando a classe trabalhadora dos centros urbanos, principalmente as mulheres negras e periféricas.

A perversidade das ETNs, que têm suas sedes e acumulam seus lucros no Norte Global (onde o discurso sobre a importância de uma alimentação orgânica e integral é cada vez mais forte), se expressa em que, não só as monoculturas e o trabalho precário urbano e rural se expandem no Sul Global, mas também a comida envenenada e ultraprocessada que chega à mesa do povo, que cada vez mais adoece por isso. Já sabemos para quem fica a responsabilidade da sobrecarga que demanda um povo empobrecido e doente. Seja de forma mal remunerada ou não remunerada, grande parte das vezes vai significar mais trabalho para as mulheres.

Se no exemplo do sistema de cuidados falamos do sentido da interdependência, outro conceito fundamental que devemos incorporar é o da ecodependência, uma realidade inegável que a lógica de acumulação capitalista quer que esqueçamos. Mais uma vez a relação do feminismo com a soberania alimentar nos convoca a questionar a ruptura entre nossas sociedades e a natureza, imposta pela doutrina e pela lógica do livre mercado, que reduz a natureza a unidades comerciáveis, onde tudo é passível de mercantilização, privatização e financeirização. A ecodependência, que tanto o ambientalismo quanto o feminismo nos ensinam, é essa relação de dependência que temos com a natureza, pois somos parte dela, somos natureza. É uma concepção que se opõe à lógica das falsas soluções da Economia Verde, que quer colocar à venda os territórios e patrimônios dos povos, pois utiliza os bens comuns para compensar e maquiagem as violações cometidas pelo capital. A maquiagem é um suporte fundamental das ETNs para manter o seu ciclo de violações, seja “verde” para o ambientalismo, ou “lilás” para o feminismo. Mas os movimentos já sabem que as falsas soluções corporativas têm sempre o mesmo objetivo, que é o de aumentar os seus lucros e continuar perpetrando sua impunidade.

Ao contrário de como funciona a lógica das ETNs, que espalham sementes resistentes a agrotóxicos cada vez mais fortes (ambos comercializados pelas mesmas corporações, com o objetivo de aumentar seus lucros), a agroecologia, como projeto político dos movimentos sociais, e que integra ciência, prática e conhecimentos populares, funciona sob outros critérios de seleção. Em geral, as mulheres são as protagonistas das práticas agroecológicas e as responsáveis de manter vivos seus conhecimentos e manejos de forma comunitária. Segundo Miriam Nobre da MMM (2020), os conhecimentos e critérios utilizados pelas companheiras agricultoras para escolher sementes, levam em conta a vida, as características e usos das variedades de sementes, como sabor, tempo de cozimento e resistência após a colheita. Cada vez mais, os exemplos que surgem das experiências agroecológicas mostram o papel político das mulheres, embora muitas vezes elas, e as tarefas fundamentais que desenvolvem, sejam invisibilizadas. É preciso reivindicar os saberes acumulados ao longo da história da agricultura, especialmente pelas mulheres, ao mesmo tempo que continuamos enfrentando a manipulação da ciência a serviço do capital.

A soberania alimentar e a perspectiva feminista permitem disputar o sentido do território, como construção social onde se desenvolvem as relações sociais para a produção e reprodução da vida, onde se produz o metabolismo sociedade-natureza, como espaço de luta, de construção de projetos políticos (Ibidem). No mesmo lugar onde as ETNs estão violando direitos, as mulheres estão fazendo resistência, construindo movimento e poder popular. Muitos dos exemplos são atravessados pela aliança entre a classe trabalhadora do campo e da cidade, e dão conta de como os movimentos sociais e as classes populares no meio urbano e rural são capazes de se articularem para caminhar rumo a um projeto político emancipatório pela soberania alimentar.

As mulheres representam a maioria das pequenas produtoras de alimentos do mundo, da classe trabalhadora do campo. Desempenham um papel vital na agricultura tradicional, mantendo sistemas sustentáveis para a produção e o consumo. Apesar disso, as mulheres enfrentam barreiras importantes, como a falta de acesso à terra



FEIRA AGROECOLÓGICA FRUTOS DA RESISTÊNCIA, 2017. FOTO DE DOUGLAS FREITAS.

e assistência técnica e financeira. Isso é ainda mais impactante quando são incorporadas as dimensões étnicas e de classe. Portanto, a luta contra o patriarcado, o racismo e a exploração de classe, e pela justiça em todas as suas dimensões, está no centro do projeto político que aposta no desenvolvimento de sistemas agroecológicos ambiental e socialmente justos. As ações da ATALC incluem a luta pelo direito das mulheres à terra, nos marcos da luta pela Reforma Agrária Popular e Integral, e o enfrentamento a todas as formas de violência ou violações institucionais, empresariais, ou no âmbito privado e doméstico.

Para derrotar a injustiça, as apostas e respostas coletivas dos nossos grupos visam o fortalecimento das alianças para a construção de movimento e de poder

popular. Da mesma forma, pautam a necessidade de repensar o papel do Estado, de reivindicar a esfera política e das políticas públicas, e de fortalecer a capacidade dos nossos povos de participarem ativamente na tomada de decisões para exercer o controle sobre os sistemas econômico, energético e alimentar. Identificamos o papel do Estado como central, mas de um Estado que esteja em função dos direitos dos povos e dos comuns, um Estado organizado em função da sustentabilidade da vida, do público, da defesa do patrimônio dos povos a serviço da humanidade (Ibidem). Isso requer, por exemplo, a criação de políticas e um gasto público voltado para as classes populares, os povos indígenas, comunidades afrodescendentes e mulheres. Exige romper com a arquitetura da impunidade que garante poder e privilégios para as ETNs, e que é característica do sistema capitalista.

Em um difícil contexto em que nossos povos são atingidos pela pandemia da covid-19, onde todas as opressões sistêmicas são radicalizadas, e em um continente em que vários países estão atravessando graves crises políticas, onde as corporações e incubadoras de *fake news* ferem de morte a democracia, e onde governos fascistas com políticas anti-populares se impõem, existem e resistem muitas experiências de movimentos que assumem o que deveria ser o papel do Estado. Nessa conjuntura de captura da democracia, os Estados se preparam somente pra proteger a classe burguesa e as elites. Mas são muitos os exemplos que chegam dos grupos membros da ATALC e de seus aliados, de solidariedade real e de classe para garantir a alimentação do povo, por exemplo, através da articulação dos movimentos camponeses para organizar a produção e comercialização a preço justo – tanto para os que produzem quanto para as comunidades das periferias organizadas politicamente nos movimentos sociais urbanos que vão receber os alimentos. As redes em solidariedade, funcionando para garantir uma renda justa para as agricultoras e agricultores, são as que, em geral, estão em resistência em seus territórios contra projetos neoliberais, e ao mesmo tempo, levam alimentos saudáveis para a classe trabalhadora da cidade – que dessa forma não tem sua saúde comprometida pelos produtos do agronegócio.

Experiências similares às que hoje se espalham pelas redes de solidariedade diante da pandemia (mas também desde antes), têm a ver com as mulheres na linha de frente das articulações para organizar a venda nos mercados locais; redes que rompem as barreiras entre o urbano e o rural. As propostas pela soberania alimentar disputam a esfera econômica e visam a autonomia econômica das mulheres, ao tempo que organizam a resistência contra a lógica do mercado e de acumulação de capital. Na Feira Frutos da Resistência dos Amigos da Terra Brasil, por exemplo, os grupos de camponesas e camponeses convidados para expor seus produtos nas feiras agroecológicas não são escolhidos por um critério produtivista ou puramente “econômico”. Muitas vezes a escolha para participar na feira pode ser uma forma de aproximar uma companheira que está isolada do grupo, e que pode estar sendo oprimida psicológica ou fisicamente. Assim, o convite para participar da rede é uma forma de aproximar essa mulher a uma rede de apoio e sororidade. O mais importante não são os produtos que ela possa vender, mas a vida dessa mulher e o cuidado que o coletivo pode oferecer.

As aprendizagens do olhar do ambientalismo popular, que transita um caminho junto à economia feminista, vão sendo tecidas a partir das práticas e da concepção da interdependência que existe entre nós como seres humanos, e de ecodependência com a natureza; o que nos impõe o desafio de construir uma economia e uma política que tenham sua centralidade na sustentabilidade da vida.

Nesse caminho, como ATALC, nos comprometemos a fortalecer sujeitos políticos coletivos feministas e agroecológicos, tanto no campo quanto na cidade. Nas trocas entre camponesas, e entre a classe trabalhadora do campo e da cidade, são construídos conhecimentos coletivos e reivindicações políticas, seja organizando manifestações potentes nas ruas em todo o continente, ou exigindo direitos e fazendo ouvir as nossas vozes.

São muitos os ensinamentos que nos oferece o processo de transversalização do feminismo em nossos grupos, especialmente na relação com nossas aliadas, na construção da prática real, concreta e diária do feminismo, mas também a partir dos

exemplos das grandes mulheres que representam sujeitos políticos coletivos que nos inspiram. São sementes que vão continuar brotando em cada luta popular e coletiva, como Marielle Franco, Nicinha de Souza, Berta Cáceres, e tantas outras. E claro, também aprendemos das que continuam de pé, ombro a ombro e em marcha até que todas sejamos livres de todas as opressões sistêmicas. E como não mencionar as mulheres fortes que recentemente sofreram golpes de Estado, completamente misóginos neste continente, e mesmo assim se mantêm firmes, como Dilma Rousseff no Brasil, e Patricia Arce na Bolívia. Patricia sintetiza com precisão o protagonismo e o papel fundamental das mulheres nas lutas antirracistas, antifascistas e em defesa das democracias quando, sofrendo todas as humilhações, diz de pé: “Não tenho medo de dizer minha verdade. Estou em um país livre, não vou me calar, e se quiserem me matar, que me matem. Por este processo de mudanças, eu vou dar minha vida”³. Vamos juntas Patricia. Ninguém deve se calar diante dos golpes arquitetados pelas corporações e forças imperialistas.

Com essa perspectiva de classe, gênero e raça, e a partir do ambientalismo popular, é que continuamos aprendendo do feminismo, para construir movimentos que derrotem o sistema capitalista, racista e patriarcal que oprime nossos povos em cada canto do mundo.

REFERÊNCIAS

ATI Grupo de Trabalho Justiça de Gênero. *¿Por qué la Justicia de Género y el Desmantelamiento del Patriarcado? Reflexiones e historias de la Federación Amigos de la Tierra Internacional*. Amigos da Terra Internacional, 2020. Disponível em: https://www.foei.org/wp-content/uploads/2020/02/Por-que-la-justicia-de-genero-y-el-desmantelamiento-del-patriarcado-manual_Amigos-de-la-tierra-internacional-ES.pdf

3. Vídeo disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/secuestran-y-agreden-alcaldesa-cochabamba-bolivia-20191106-0033.html>

CARRAU, Natalia; COSSAR-GILBERT, Sam. *Cómo transformar nuestra economía. Aplicación de las soluciones en una escala más amplia*. Amigos da Terra internacional, 2018. Disponível em: <https://www.foei.org/wp-content/uploads/2018/01/foei-transforming-our-economy-ES.pdf>

NANSEN, Karin. *Proyectos Políticos Emancipatorios*. Documento interno, ATI, 2020.

NOBRE, Miriam. *Agroecologia e economia feminista: tecendo a sustentabilidade da vida*. Revista NEADS, v.1, n.1, IFSP, 2020. Disponível em: <http://neads.btv.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revneads/issue/view/7>

Notas do webinar interno *Mujeres en la línea de frente del enfrentamiento de la Crisis del Covid19*, ATALC, 2020.



sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA



REDE LUTUOSAS
PARA O TROCANTO
DE COLOMBIA